



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**CLÁUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA**

**ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE FISCAL E DE GOVERNANÇA DAS  
CAPITAIS BRASILEIRA PARTICIPANTES DA INICIATIVA CIDADES  
EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS (ICES)**

**PALMAS – TO  
2020**

**CLÁUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA**

**ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE FISCAL E DE GOVERNANÇA DAS  
CAPITAIS BRASILEIRA PARTICIPANTES DA INICIATIVA CIDADES  
EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS (ICES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. João Aparecido Bazzoli

PALMAS – TO  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- S586a Silva, Claudia Regina de Sousa e.  
Análise da sustentabilidade fiscal e de governança das capitais brasileira participantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). / Claudia Regina de Sousa e Silva. – Palmas, TO, 2020.  
175 f.  
  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2020.  
Orientador: João Aparecido Bazzoli  
  
1. Sustentabilidade urbana. 2. Sustentabilidade fiscal e de governança. 3. Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). 4. Desenvolvimento sustentável. I. Título

**CDD 338.9**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

CLAUDIA REGINA DE SOUSA E SILVA

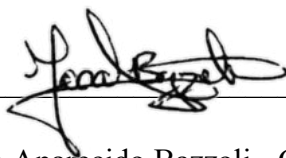
ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE FISCAL E DE GOVERNANÇA DAS CAPITALS  
BRASILEIRAS PARTICIPANTES DA INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E  
SUSTENTÁVEIS (ICES)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. João Aparecido Bazzoli

Aprovado em: 30/11/2020.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. João Aparecido Bazzoli - Orientador (UFT)



---

Prof. Dr. Nilton Marques de Oliveira – Avaliador Interno (UFT)



---

Prof. Dra. Dra. Lucimara Albieri de Oliveira – Avaliadora Externa (UFT)

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal realizar uma avaliação multicritério de sustentabilidade fiscal e de governança de cinco capitais brasileiras integrantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). De modo a atingir o proposto foi utilizada a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA) por meio do Método MACBETH com base em dados secundários referentes aos anos de 2014 e 2016, coletados e publicados por meio do BID e da Rede de Monitoramento Cidadão. Em relação à natureza, ele é classificado como sendo descritivo e com abordagem predominantemente quantitativa. Como fundamentação teórica foram utilizadas as teorias que versam a respeito da sustentabilidade urbana, cidades sustentáveis, da Agenda 2030, da sustentabilidade fiscal, da governança pública, da transparência e da participação social. Os resultados apontaram uma avaliação aquém do que se espera de capitais médias conforme proposto pelo modelo desenvolvido. De modo que nenhuma das cinco capitais estudadas, em nenhum dos dois anos avaliados, pôde ser qualificada com uma atuação sustentável quantos aos seus aspectos fiscais e de governança.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES); Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão; Método MACBETH; Sustentabilidade Fiscal e Governança.

## ABSTRACT

The main objective of this study was to carry out a multicriteria assessment of fiscal sustainability and governance in five Brazilian capitals that are members of the Emerging and Sustainable Cities Initiative (ICES). In order to achieve the proposal, the Multicriteria Decision Support Methodology (MCDA) was used through the MACBETH Method based on secondary data for the years 2014 and 2016, collected and published through the Citizen Monitoring Network. In view of the nature of the study, it is classified as being descriptive and with a predominantly quantitative approach. Theories that deal with urban sustainability, sustainable cities, Agenda 2030, fiscal sustainability, public governance, transparency and social participation were used as the theoretical basis. The results pointed to an evaluation below what is expected of average capitals as proposed by the model developed. So that none of the five capitals evaluated, in none of the two years evaluated, could be considered as being sustainable in terms of its fiscal and governance aspects.

**Keywords:** Agenda 2030; Emerging and Sustainable Cities Initiative (ICES); Multicriteria Decision Support Methodology; MACBETH method; Fiscal Sustainability and Governance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Equação 1 – Equação para cálculo do valor do desempenho global .....	43
Figura 1 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ....	22
Figura 2 - Estrutura Hierárquica de Valor das dimensões e PVFs .....	40
Figura 3 - Função de Valor.....	42
Figura 4- Fases da Metodologia ICES.....	46
Figura 5 – Dimensões e temas da ICES .....	47
Figura 6 - Localização das cidades analisadas .....	48
Figura 7 – Desempenho geral de Florianópolis.....	103
Figura 8 - Desempenho geral de Goiânia .....	105
Figura 9 – Desempenho geral de João Pessoa.....	106
Figura 10 – Desempenho Geral de Palmas.....	108
Figura 11 – Desempenho Geral de Vitória.....	110
Gráfico 1 – Desempenhos globais e as referências em termos de índices mensurados. ....	53
Gráfico 2 - Desempenho e as referências em termos de índices mensurados na área 1.....	56
Gráfico 3 - subPVE 1.1.1.1 - Existência de um processo de planejamento participativo .....	59
Gráfico 4 - subPVE 1.1.1.2 - Existência de um orçamento participativo .....	60
Gráfico 5 - subPVE 1.2.1.1 - Existência de orçamento plurianual.....	64
Gráfico 6 - Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho ..	65
Gráfico 7 - subPVE 1.2.2.1 - Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal .....	67
Gráfico 8 - subPVE 1.2.2.1 - Existência de sistemas de aquisições eletrônicos .....	68
Gráfico 9 - subPVE 1.3.1.1 Índice de transparência .....	70
Gráfico 10 - subPVE 1.3.1.2 - Porcentagem de contas da municipalidade auditadas.....	71
Gráfico 11 - subPVE 1.3.1.3 - Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros .....	72
Gráfico 12 - subPVE 2.1.1.1 Receita própria como porcentagem da receita total.....	77
Gráfico 13 - subPVE 2.1.1.2 Transferências totais como porcentagem da receita total .....	78
Gráfico 14 - subPVE 2.1.1.3 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências .....	79
Gráfico 15 - subPVE 2.1.1.4 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total.....	80
Gráfico 16 - subPVE 2.1.1.5 - Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso .....	80
Gráfico 17 - subPVE 2.1.2.1 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais.....	82
Gráfico 18 - subPVE 2.1.2.2 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados .....	83
Gráfico 19 - subPVE 3.1.1.1 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento .....	86

Gráfico 20 - subPVE 3.1.1.2 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos.....	87
Gráfico 21 - subPVE 3.1.1.3 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos.....	88
Gráfico 22 - subPVE 3.1.1.4 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente .....	90
Gráfico 23 - subPVE 3.1.1.5 - O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores.....	91
Gráfico 24 - subPVE 3.1.1.6 Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida .....	92
Gráfico 25 - subPVE 4.1.1.1 Passivos contingentes como porcentagem da receita própria....	95
Gráfico 26 - subPVE 4.1.2.1 Coeficiente do serviço da dívida.....	97
Gráfico 27 - subPVE 4.1.2.2 Crescimento da dívida.....	98
Gráfico 28 - subPVE 4.1.3.1 Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida.....	100
Gráfico 29 - subPVE 4.1.3.2 Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais).....	100
Gráfico 30 – Desempenho nas 4 áreas de avaliação.....	102



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensão Sociocultural da sustentabilidade urbana.....	18
Quadro 2 - Dimensão Político Institucional .....	19
Quadro 3 - Dimensão Ambiental.....	20
Quadro 4 - Dimensão Econômica.....	21
Quadro 5 - Exemplos de EPAs identificados na pesquisa.....	39
Quadro 6 - Valores de referência / Semaforização.....	41
Quadro 7 - Taxas e escalas .....	44
Quadro 8 - Área de preocupação 1 - Mecanismos adequados de governo.....	54
Quadro 9 - Área de preocupação 2 - Gestão adequada da receita .....	74
Quadro 10 - Área de preocupação 3 - Gestão adequada da despesa .....	84
Quadro 11 - Área de preocupação 4 - Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais ....	93

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exemplo de descritor com 4 níveis de impacto.....	41
Tabela 2 – Avaliação global .....	52
Tabela 3 – Avaliação da Área de preocupação 1 - Mecanismos adequados de governo .....	55
Tabela 5 - PVF 1.1 Gestão Pública Participativa .....	56
Tabela 6 - PVE 1.1.1 Participação do cidadão no planejamento da gestão pública.....	57
Tabela 7 - PVE 1.1.2 Prestação de contas aos cidadãos - subPVE 1.1.2.1 Sessões públicas de prestação de contas por ano .....	61
Tabela 8 - PVF 1.2 Gestão pública moderna.....	62
Tabela 9 - PVE 1.2.1 - Processos modernos de gestão pública do orçamento municipal.....	63
Tabela 10 - PVE 1.2.2 Sistemas modernos de gestão pública do governo municipal.....	66
Tabela 11 - PVF 1.3 Transparência .....	68
Tabela 12 - PVE 1.3.1 Transparência e auditoria da gestão pública.....	69
Tabela 13 - PVE 1.3.2 Acesso à informação .....	73
Tabela 14 - Avaliação da área de preocupação 2 - Gestão adequada da receita e PVF 2.1 .....	74
Tabela 15 - PVE 2.1.1 Receitas e impostos municipais .....	75
Tabela 16 - PVE 2.1.2 Gestão de cobranças .....	81
Tabela 17 - Avaliação da área de preocupação 3 - Gestão adequada da despesa.....	84
Tabela 18 - PVE 3.1.1 Qualidade do gasto público .....	85
Tabela 19 - Avaliação da área de preocupação 4 - Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais e PVF 4.1 .....	93
Tabela 20 - PVE 4.1.1 Passivos e contingentes.....	94
Tabela 21 - PVE 4.1.2 Sustentabilidade da dívida .....	96
Tabela 22 - PVE 4.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	99

## LISTA DE SIGLAS

ALC - América Latina e Caribe

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

EPA - Elemento Primário de Avaliação

FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICES – Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis

LRF - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal

MACBETH - *Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique*

MCDA - Metodologia Multicritério de Apoio À Decisão

MCDA-C - Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista

NAU – Nova Agenda Urbana

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PPA - Plano Plurianual

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAPI - Relatórios de Indicadores

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCU – Tribunal de Contas da União

WEF – *World Economic Forum*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 Objetivos.....	15
1.1.1 Objetivo geral.....	15
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1 Sustentabilidade urbana.....	16
2.1.1 Cidades sustentáveis: conceitos e definições .....	17
2.1.2 Caracterização das cidades sustentáveis.....	18
2.2 Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	21
2.2.1 A Agenda 2030 no âmbito municipal.....	23
2.2.2 ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis.....	24
2.2.3 A Nova Agenda Urbana .....	27
2.3 Sustentabilidade fiscal e de governança .....	27
2.3.1 Governança pública .....	28
2.3.3 Participação social .....	32
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>34</b>
3.1 Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA) .....	34
3.1.1 O Método MACBETH .....	35
<b>3.2 Estruturação e avaliação dos indicadores através do método MACBETH.....</b>	<b>37</b>
3.2.1 Fase de estruturação.....	37
3.2.2 Fase de avaliação .....	42
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>45</b>
4.1 A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) .....	45
4.1.1 As capitais brasileiras participantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis ..	48
4.1.1.2 Goiânia-GO .....	49
4.1.1.4 Palmas-TO .....	50
4.1.1.5 Vitória-ES.....	51
4.2 Avaliação Global .....	51
4.3 Área de preocupação 1 - Mecanismos adequados de governo .....	54
4.4 Área de preocupação 2 - Gestão adequada da receita .....	73
4.5 Área de preocupação 3 - Gestão adequada da despesa.....	83
4.6 Área de preocupação 4 - Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais .....	92

<b>5 ANÁLISE COMPARATIVA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>102</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICÊS .....</b>	<b>125</b>
APÊNDICE A – EPAS.....	125
APÊNDICE B - ESTRUTURA ARBORIZANTE.....	127
APÊNDICE C - ESTRUTURA HIERÁRQUICA DE VALOR DA AREA DE PREOCUPAÇÃO 1 E SEUS PVFS .....	128
APÊNDICE D – DESCRITORES, ESCALAS, FUNÇÕES DE VALOR E REFERÊNCIAS .....	129
APÊNDICE E - TAXAS E ESCALAS .....	151
APÊNDICE F – DESEMPENHOS VERIFICADOS NO ANO DE 2014.....	154
APÊNDICE H – PONTUAÇÕES AUFERIDAS.....	162
APÊNDICE I – TABELA DE ORDENAÇÕES – 2014.....	165
APÊNDICE J - TABELA DE ORDENAÇÕES – 2016 .....	166
APÊNDICE K - TERMÔMETRO GLOBAL – 2014 E 2016 .....	167
APÊNDICE L – ANÁLISE DE ROBUSTEZ.....	168
APÊNDICE M – DESCRITORES E REFERÊNCIA ICES .....	169
APÊNDICE N – DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES ICES - 2016.....	172
<b>ANEXOS .....</b>	<b>173</b>
ANEXO A - SEMAFORIZAÇÃO GERAL ICES – 2014.....	173
ANEXO B – SEMAFORIZAÇÃO – FLORIANÓPOLIS 2016 .....	174
ANEXO C - SEMAFORIZAÇÃO – GOIÂNIA 2016 .....	175
ANEXO D - SEMAFORIZAÇÃO – JOÃO PESSOA 2016.....	176
ANEXO E - SEMAFORIZAÇÃO – PALMAS 2016 .....	177
ANEXO F – SEMAFORIZAÇÃO – VITÓRIA 2016 .....	178

## 1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que atualmente no cenário mundial existe um intenso processo de urbanização, o que faz com que os centros urbanos não sejam considerados como lugares adequados à vida humana saudável. De acordo com a *World Commission on Environment and Development* (1987) isto faz com que o desenvolvimento sustentável se apresente como um meio de desenvolvimento focado no não comprometimento das necessidades de gerações futuras enquanto supre as necessidades das gerações presentes.

Assim, considerando Boyko *et al.* (2006) que em estudo abordaram como as questões de sustentabilidade influenciam o processo de design das cidades, em complemento com Harrison e Donnelly (2011) que observaram os desafios enfrentados diante dos problemas urbanos surgidos no século XXI, suas análises trouxeram à discussão pontos como a concentração populacional e problemas relacionados à poluição - os quais necessitam de demandas permanentes advindas das populações que por si só representam oportunidades para o desenvolvimento das cidades contemporâneas, já que as mesmas impõem novos esforços e abordagens que possibilitem alternativas inovadoras para superação dos atuais desafios.

Nesta mesma vertente de pensamento Cunda (2013) traz o desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva de natureza multidimensional encontrando bases também no aspecto fiscal e não só nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Assim, ao analisar o desenvolvimento sustentável e o aspecto fiscal Santos (2004) expõem que no Brasil eles enfrentam limitações devido à uma carência de instrumentos econômicos voltados para gestão fiscal, bem como à uma falha de coordenação entre autoridades ambientais e fiscais.

Neste contexto, Benites (2016) aponta como fatores motivadores o foco no desenvolvimento sustentável; a ênfase na participação popular na gestão, na elaboração e no processo decisório relacionados às políticas públicas locais; e o surgimento da necessidade de se apresentar uma mudança de postura para a proatividade e o planejamento das transformações urbanas contando com processos de aprendizado contínuo, para materializar novas políticas, práticas e metas locais ligadas à sustentabilidade e resiliência urbana.

Sob essas perspectivas surge então a necessidade de atentar-se à questão da Governança e conforme ressalta Bussolotto (2015), o desenvolvimento sustentável demanda que ocorram inovações na gestão pública e ainda a adoção de políticas públicas sustentáveis. Ainda segundo o autor devido ao aumento das preocupações de cunho ambiental nota-se uma alteração na agenda pública.

Considerando tal alteração e as atuais tendências, em entre 2010 e 2011 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desenvolveu o programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) visando apoiar cidades emergentes, da América Latina e Caribe (ALC) no desenvolvimento da sustentabilidade ambiental, urbana, fiscal e da governança.

Diante do presente cenário de busca de desenvolvimento urbano sustentável, em seus múltiplos aspectos e principalmente neste estudo, fiscal e de governança, tem-se que a presente pesquisa é guiada pela seguinte pergunta problema: Como é avaliado o desempenho em termos de sustentabilidade fiscal e governança das cinco capitais brasileiras integrantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis?

Buscando responder a problemática, o estudo proposto tem como objetivo geral avaliar a sustentabilidade fiscal e governança local, relacionando-a com objetivos e princípios da Agenda 2030. O período proposto para estudo corresponde aos anos de 2014 e 2016. O início desse corte temporal justifica-se pela criação da iniciativa ICES e o final pela publicação dos Relatórios de Indicadores Municipais pelas Redes de Monitoramento Cidadão.

Para tanto, de modo a atingir os objetivos, será utilizada a ferramenta de análise multicritério MACBETH para avaliar comparativamente os resultados obtidos pelas cinco capitais brasileiras que integram a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O presente trabalho se propõe a abordar a temática da sustentabilidade fiscal e governança em âmbito local, com base em arcabouço teórico relativo a princípios de sustentabilidade, desenvolvimento urbano sustentável, sustentabilidade fiscal e governança, gestão participativa, e de transparência pública, bem como sua relação com a Agenda 2030.

Para tanto, sua composição se dará através de 06 (seis) seções distintas, sendo que a primeira será destinada a introdução. Por conseguinte, a seção 2 apresenta o referencial teórico, cujo objetivo é identificar e caracterizar indicadores utilizados pela Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que englobem aspectos relacionados a sustentabilidade fiscal e governança.

Os aspectos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa, estão nas seções 3 e 4, onde a caracterização do objeto é exposta, seguindo para uma introdução à Metodologia Multicritério De Apoio À Decisão (MCDA) e ao Método MACBETH, ferramentas de análise multicritério de apoio a decisão, visando avaliar o nível de sustentabilidade fiscal e governança de cinco capitais brasileiras que integram a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) analisando os indicadores auferidos no início da ICES em 2014 e posteriormente em

2016. A seção 5 traz a avaliação e análise comparativa dos dados coletados com objetivo de analisar comparativamente o comportamento dos indicadores identificados através de uma análise descritiva com o intuito de sinalizar possíveis respostas à realidade dos municípios estudados. E por fim na seção 6 as considerações finais da pesquisa.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Avaliar os níveis de sustentabilidade fiscal e governança em municípios integrantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- Identificar e caracterizar indicadores utilizados pela Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que englobem aspectos relacionados à sustentabilidade fiscal e governança;
- Avaliar o nível de sustentabilidade fiscal e governança de cinco capitais brasileiras que integram a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES);
- Analisar comparativamente o comportamento dos indicadores identificados via análise descritiva com o intuito de sinalizar possíveis respostas à realidade dos municípios estudados.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Sustentabilidade urbana

Franco (2016) sintetiza o conceito sustentabilidade como sendo o balanço entre a promoção das necessidades de consumo das pessoas sem afetar as gerações futuras. Isso significa que os recursos existentes devem ser utilizados, reaproveitados e reciclados sempre que possível para que as necessidades das futuras gerações não sejam prejudicadas por falta de acesso a eles.

Em atenção ao aparecimento da concepção de sustentabilidade na agenda internacional Chiari e Accioly (2010) apontam que foi a partir da publicação de relatório de Bruntland em 1987, encomendado pela ONU, que a expressão passou a ser reproduzida mais amplamente. Por conseguinte, menciona-se aqui a sustentabilidade em seu aspecto espacial, que tem seu cerne na organização do espaço, abrangendo fatores relacionados à ocupação territorial combinados em uma rede natural duradoura com vistas a recuperação entre outros, da qualidade de vida e a biodiversidade (SACHS, 1993, 2000). Nesta dimensão Pesci (2003) destaca a atenção voltada ao desequilíbrio provocado pela concentração das pessoas nos centros urbanos, onde a formação das megalópoles se origina nos crescentes índices de urbanização, decorrentes do êxodo rural.

Historicamente ainda é recente nas administrações públicas municipais a inclusão da temática da sustentabilidade na agenda pública. De modo que segundo Bibri e Krogstie (2017) o início da aplicação da temática da sustentabilidade no âmbito do planejamento e design urbano se deu na década de 1990, a partir da importância da promoção de uma integração ambiental, a regeneração e o desenvolvimento econômico, além da justiça e igualdade social. Destaca-se assim que o planejamento da sustentabilidade em âmbito municipal possibilita a elaboração pelas cidades de uma visão para o futuro, de modo rentável e sustentável. No entanto foi apenas a partir da década de 2010, que o conceito de cidades sustentáveis adquiriu maior relevância e notoriedade da sociedade internacional (BIBRI, 2018, BAI et al., 2016, SUSTAINABLE CITIES INTERNATIONAL, 2012, GUERRA et al., 2016, BIBRI; KROGSTIE, 2017).

Em atenção aos problemas de sustentabilidade urbana Rode e Burdett (2011) apontam que estes não são necessariamente características da urbanização, mas podem ser consideradas como resultados de má governança e planejamento. Assim sendo, de acordo com Bazzoli (2013, p. 75), “a política de desenvolvimento urbano tem como objetivo o espaço socialmente

construído, com o recorte em torno de temas estruturadores do espaço urbano e de maior impacto na vida da população”.

Segundo Sachs (2008) para o alcance da sustentabilidade urbana se faz importante agir localmente, respeitar a diversidade de cada região, exercer a participação social e fomentar a inovação nas estratégias de desenvolvimento urbano. Sendo destacado por Bazzoli (2017) que é primordial que ocorra a união de esforços para o estabelecimento de um novo paradigma na estruturação do pensar e do agir sobre a dinâmica das cidades, instigando a ampla participação popular e valorizando a integração entre as diversas dimensões que compõe o espaço urbano, ambiental, econômico, histórico e cultural.

### 2.1.1 Cidades sustentáveis: conceitos e definições

Segundo exposto por Satterthwaite (1997) data do início da década de 1990 o momento no qual inúmeras cidades da Europa e América do Norte passaram ter preocupações com a questão da sustentabilidade e começaram a desenvolver programas que buscavam reduzir o desperdício de água e ressaltar a importância do compartilhamento de informações e ideias com outras cidades. No entanto apesar de ter surgido na década de 90, foi apenas a partir da década de 2010, que o conceito de cidades sustentáveis começou a ter mais reconhecimento e notoriedade da sociedade internacional, e passou a ser compreendido como sendo crucial para que as metas de sustentabilidade fossem atingidas e garantissem o bem-estar a toda a população (BIBRI, 2018, BAI *et al.*, 2016, SUSTAINABLE CITIES INTERNATIONAL, 2012, GUERRA *et al.*, 2016, BIBRI; KROGSTIE, 2017).

De acordo com Ribeiro *et al.*, (2018), é impreterível para o desenvolvimento do termo cidades sustentáveis que exista um compromisso com a busca de uma melhoria efetiva da qualidade de vida urbana, que garanta que a necessidade básica de toda a população seja cumprida, sem desprezar a preservação ambiental. Chehmehzangi (2016) aponta que as cidades sustentáveis apresentam uma natureza muito ampla e tratam com a mesma intensidade a proteção ecológica e ambiental, o desenvolvimento econômico urbano e a melhoria da qualidade de vida da população.

Bibri (2018) expõe que as cidades sustentáveis poder ser compreendidas como sendo um conjunto de abordagens para que conhecimento sobre sustentabilidade urbana e tecnologias relacionadas ao planejamento e projeto de cidades possam ser desenvolvidos na prática. Sendo vital para sua implementação identificar as principais categorias implicadas, pois elas fornecem

uma abordagem sistêmica que permite identificar as questões-chave para a elaboração de um planejamento urbano mais eficaz e sustentável.

### 2.1.2 Caracterização das cidades sustentáveis

A presente seção busca apresentar uma caracterização das cidades sustentáveis, a partir de dimensões, atributos e categorias gerais para sua implantação. Estes apontamentos podem ser encontrados na literatura a partir de levantamento realizado por Neiva (2019) combinado com o modelo de análise proposto por Réus (2012) contendo quatro dimensões do desenvolvimento urbano sustentável, sendo elas a Sociocultural, a Político institucional, a Ambiental e a Econômica.

Em seu modelo Réus (2012) busca integrar as dimensões do Ecodesenvolvimento trazidas por Sachs (2001) às características consideradas essenciais à gestão pública municipal moderna e demais estratégias de gestão democrática (governança, coprodução etc.) bem como e aos principais desafios da gestão pública municipal brasileira. De modo que a primeira dimensão aqui apresentada se refere ao aspecto Sociocultural e possui atributos relacionados às sub dimensões da Educação, Saúde, Cultura, e Habitação entre outros, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensão Sociocultural da sustentabilidade urbana

<b>Dimensão Sociocultural</b>	
<b>Sub dimensões</b>	Educação, Saúde, Cultura, Habitação, etc.
<b>Categorias relacionadas</b>	Acesso à bens públicos; Envolvimento da Comunidade; Igualdade Social; Uso da Terra.
<b>Atributos do município sustentável</b>	Envolvimento da comunidade na educação, saúde e assistência social por meio de conselhos e parceria em projetos;
	Políticas de saúde preventiva e incentivo ao esporte e lazer;
	Gestão proativa e eficiente, buscando expandir cobertura e qualidade dos programas federais;
	Iniciativas locais: desenvolvimento de programas sociais próprios e complemento aos programas federais e estaduais quando necessário;
	Incentivo e proposição de projetos e atividades culturais, esportivas e de lazer;
	Criação e manutenção de espaços públicos de convivência comunitária, esporte, cultura e lazer;
	Políticas de valorização do patrimônio material, imaterial e identidade local;
Projetos especiais de atenção às famílias mais pobres e manutenção do Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atualizado;	

Infraestrutura de serviços básicos nos bairros mais pobres;  
Ocupação do solo controlada evitando/minimizando as consequências da formação de bolsões de pobreza e especulação imobiliária.

Fonte: Adaptado de Réus (2012) e Neiva (2019).

A segunda dimensão proposta é a Político Institucional e engloba questões relacionadas à Gestão Pública, Participação Social e, Finanças Municipais. Sendo seus atributos expostos no Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensão Político Institucional

<b>Dimensão Político Institucional</b>	
<b>Sub dimensões</b>	Gestão Pública; Participação Social; Finanças Municipais.
<b>Categorias relacionadas</b>	Governança; Envolvimento da Comunidade; Transparência.
<b>Atributos do município sustentável</b>	Autonomia financeira: níveis de arrecadação própria que permitam investimento em ações e obras estruturantes. Cobrança dos tributos de sua competência e da dívida ativa. Atualização das bases de cobrança tributária, combate à sonegação e fiscalização educativa, a fim de aumentar a arrecadação e não onerar os bons pagadores;
	Saúde financeira: enquadramento na LRF.
	Efetividade dos conselhos: garantir que os conselhos sejam paritários e expandir o instrumento para além das áreas obrigatórias;
	Cultura de planejamento: existência de planejamento estratégico municipal, plano diretor e planos setoriais detalhados para todas as áreas de atuação da prefeitura, não se limitando aos planos obrigatórios. Preferencialmente, envolver a comunidade na elaboração;
	Cultura da avaliação: prática da avaliação da gestão e das políticas implementadas, sobretudo por meio de indicadores (objetivos e subjetivos);
	Institucionalização de espaços de participação popular: orçamento participativo, consultas públicas, fóruns de discussão para plano diretor e outros assuntos etc.;
	Capital social: envolvimento dos cidadãos, organizações civis e empresas nas instâncias de participação e em parcerias para projetos e políticas públicas;
	Articulação intermunicipal: participação em consórcios, colegiados e projetos de interesse regional;
	Transparência e accountability <sup>1</sup> : uso de instrumentos para disponibilização de toda informação de interesse público. Existência de Ouvidores que deem retorno ao cidadão;
	Prestação de contas e manutenção das bases de dados dos governos federais e estaduais atualizadas (a fim de também

<sup>1</sup> Termo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como responsabilidade com ética e remete à obrigação, à transparência, de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados.

fazer uso dos dados e não ter repasses e convênios bloqueados);
Aproveitamento das oportunidades: prática de elaboração de projetos para estabelecimento de convênios e parcerias com governo federal, estadual, organizações internacionais e empresas;
Quadro funcional de alto desempenho: investimento em alguns profissionais/lideranças de alto desempenho e inserção de práticas de gestão estratégica de pessoas como avaliação do desempenho e política de desenvolvimento funcional.

Fonte: Adaptado de Réus (2012) e Neiva (2019).

A dimensão político-institucional pode ser vista como aquela que articula todas as outras, já que dela depende a tomada de decisão e a ação sobre as questões levantadas acima. A qualidade da atuação dos gestores públicos e lideranças de um município tem influência direta sobre a sua capacidade de construir cenários sociais, culturais, econômicos e ambientais desejáveis em termos de desenvolvimento. O Quadro 3 apresenta a dimensão Ambiental estabelecida por Réus (2012).

Quadro 3 - Dimensão Ambiental

<b>Dimensão Ambiental</b>	
<b>Sub dimensões</b>	Meio Ambiente.
<b>Categorias relacionadas</b>	Energia; Resíduos; Transporte; Uso da Terra; Emissões de gases de efeito estufa; Recurso Hídricos.
<b>Atributos do município sustentável</b>	Economias limpas: pelo menos, parte da matriz econômica baseada em atividades com baixo potencial poluidor como agricultura orgânica, tecnologias etc.;
	Pensamento regional sistêmico: produção de políticas públicas locais e inserção em programas regionais ligados à sustentabilidade ambiental;
	Educação para a sustentabilidade: inserção do meio ambiente e da sustentabilidade como temática transversal no ensino municipal;
	Combate ao desperdício dos recursos naturais: políticas para redução do desperdício de água, sobretudo, na distribuição e de outros recursos naturais;
	Políticas de expansão do saneamento;
	Fiscalização rigorosa das indústrias e demais poluidores potenciais;
	Implantação de programas exclusivos para fiscalização e recuperação dos recursos hídricos, que devem ser entendidos como o maior patrimônio do território;
	Restauração ambiental: arborização urbana, combate ao desmatamento e expansão excessiva de florestas plantadas, despoluição de rios, lagoas, arroios etc.;

	Conscientização ambiental: projetos de sensibilização e conscientização ambiental e consumo consciente, inclusive, valorizando o consumo dos produtos locais.
--	---

Fonte: Adaptado de Réus (2012) e Neiva (2019).

Por fim no Quadro 4 encontra-se a dimensão Econômica e suas principais categorias sendo estas relacionadas a Governança; Transparência; Igualdade Social; Envolvimento da Comunidade e seus atributos.

Quadro 4 - Dimensão Econômica

<b>Dimensão Econômica</b>	
<b>Sub dimensões</b>	Economia.
<b>Categorias Relacionadas</b>	Governança; Transparência; Igualdade Social; Envolvimento da Comunidade.
<b>Atributos do município sustentável</b>	Estudo e levantamento das vocações econômicas locais;
	Matriz econômica baseada nas vocações locais;
	Diversidade na matriz econômica;
	Diversidade de negócios: sobretudo de pequeno e médio porte, a fim de que o município não fique dependente de uma grande empresa;
	Fomento e apoio ao cooperativismo, sobretudo no campo e entre as populações de baixa renda;
	Fomento à economia limpa e de alto valor agregado;
	Agregação de valor aos produtos agropecuários, sobretudo, nos municípios de perfil rural;
	Implementação de infraestrutura na área rural, favorecendo a permanência da população rural no campo;
Estudo e investimento nas vocações turísticas e culturais, quando houver.	

Fonte: Adaptado de Réus (2012) e Neiva (2019).

Diante das inúmeras categorias acima apresentadas e da complexidade dos desafios impostos às cidades para se tornarem sustentáveis, fica evidenciado que as mesmas precisam de apoio para desenvolver-se. Sendo assim, percebe-se que temas que envolvem as cidades têm tomado a agenda de órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, a exemplo da chamada Agenda 2030, que em conjunto com os ODS pretendem tornar a sustentabilidade para as cidades uma realidade mais próxima.

## 2.2 Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), aprovou a Agenda 2030 contendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que vinham sendo elaborados

desde 2012 no âmbito da Rio+20<sup>2</sup> visando a promoção global da inclusão social, do desenvolvimento sustentável e da governança democrática entre 2016 e 2030. Leone (2018) expõe que os ODS foram estabelecidos com o objetivo de reduzir a desigualdade social, ampliar o acesso à água potável, garantir uma sadia qualidade de vida para as pessoas, entre tantos outros direitos.

Os ODS se apresentam de modo integrado e indivisível, e constituídos como sendo uma combinação equilibrada, das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Sua construção foi desenvolvida a partir de diretrizes advindas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de modo a completar o trabalho e responder a novos desafios (LEONE, 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgiram em 2000, na Declaração do Milênio das Nações Unidas. Com uma meta determinada para até 2015, os ODM continham 60 indicadores globais, sendo 8 objetivos, 21 metas, mensurados e comparados entre os países. Essas metas eram mais simples e em menor quantidade e estavam sendo praticadas e alcançadas em sua maioria. Em 2015, de modo a estabelecer os ODS – Objetivo do Desenvolvimento Sustentável a ONU reestruturou os ODM, adicionando 9 objetivos, totalizando 17 objetivos, 169 metas e 230 indicadores. A Figura 1 apresenta os 17 ODS, conforme a organização e nomenclatura apresentada pela ONU.

Figura 1 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil, (2015).

<sup>2</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

Em atenção às diferenças entre os ODM e os ODS Parnell (2016) destaca que os ODS são a abordagem universal dos objetivos estabelecidos. Em outras palavras, isto quer dizer que podem ser aplicados em qualquer contexto e por qualquer ator. Existe também uma valorização da dimensão, social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade se apresenta mais explícita e integrada, aliada a um forte reconhecimento – impulsionado em parte pelas preocupações com as mudanças climáticas – sobre os limites ecológicos e as fronteiras do planeta. Existe também o reconhecimento da necessidade de se alavancar os investimentos em inovação e em tecnologia para criar melhores fontes de informações e monitorar os dados em diferentes escalas. E finalmente, o reconhecimento de que o desenvolvimento global está explicitamente ligado ao financiamento global proveniente das cidades (PARNELL, 2016).

Leone (2018) aponta que apesar de a Agenda 2030 ter sido firmada entre 193 Estados-membros da ONU, fica em evidência o fato de que a realização das políticas públicas necessárias se localiza nos níveis globais e locais. Assim, diante do contexto Leone (2018) demonstra ser possível inferir que a disseminação e alcance das metas estabelecidas pelos ODS demanda primordialmente da governança. Por fim menciona-se que no Brasil a legislação correlata aos ODS, incumbe aos municípios responsabilidade em diversas áreas de atuação, como por exemplo, nos quesitos de mobilidade e resiliência das cidades.

### 2.2.1 A Agenda 2030 no âmbito municipal

Medeiros (2019) destaca que a inserção das cidades na Agenda 2030 demonstra o reconhecimento da importância das cidades enquanto ponto central do desenvolvimento social, econômico e político. Este reconhecimento global de que as cidades são os espaços onde acontecem as mais desafiadoras batalhas para o desenvolvimento sustentável e humano enriqueceu o debate e promoveu um novo paradigma para o desenvolvimento.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE a Agenda 2030 destaca os atores locais com sendo uma parte fundamental do processo de desenvolvimento, estabelecendo assim uma mudança de paradigma, bem como abrange a maioria dos domínios políticos fundamentais ao desenvolvimento e a sustentabilidade. Neste sentido cabe destacar que das 169 metas estabelecidas pela Agenda 2030, o alcance de 65% delas só se faz possível por meio de trabalho conjunto com as autoridades locais (OCDE, 2018).



Atualmente a Agenda 2030 é o principal norteador para as cidades, com importância para a promoção do desenvolvimento sustentável. As metas existentes nos ODS possuem a capacidade de fornecer aos governos municipais padrões e modelos para execução de políticas públicas. Neste contexto é possível observar que o alcance do desenvolvimento sustentável é uma opção que depende de indicadores a serem observados e de uma gestão de excelência. Sendo primordial que se trabalhe com uma agenda que apresente eixos, indicadores, metas, sugestões e apoio de casos exemplares e de referências (LEONE, 2018).

Leone e Arruda (2016) apontam que a partir da Constituição de 1988 as prefeituras brasileiras passaram a ser protagonistas nos processos de decisão, ao mesmo tempo em que tiveram de enfrentar problemas relacionados à desigualdade social, à poluição, às dificuldades de mobilidade, ao excesso de resíduos, à falta de saneamento básico, habitações precárias, violência e mudanças climáticas. Assim a busca pela sustentabilidade urbana é um dos desafios atuais e está associada ao desenvolvimento de políticas públicas urbanas.

Leone (2018) afirma que para a elaboração de um planejamento urbano moderno, se faz necessária uma abordagem sistêmica pautada na sustentabilidade, que seja capaz de captar as interações existentes entre os diferentes campos que interagem no município: econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário, demográfico etc. O plano deverá envolver os diversos órgãos municipais relacionados a esses temas e realizar uma análise integrada das informações.

Sendo assim de todas as atitudes que precisam ser tomadas para que os ODS possam ser efetivados no âmbito municipal, a integração detém uma posição de destaque, pois a partir do momento em que diferentes setores podem traçar suas conexões com as diferentes áreas de prioridade local, surge uma força fomentadora da implementação dos ODS. Podendo a mesma se dar através da priorização da multidimensionalidade na construção de planos e políticas públicas, da participação social nas políticas públicas e da manutenção do foco nas interligações e interdependências das regiões e territórios (ONU, 2015).

Parnell (2016) observa que em se tratando da importância do futuro das cidades e da humanidade existe a necessidade de analisar as convergências da Agenda 2030, o ODS 11 estabelece uma posição política urbana global em uma declaração sobre a funcionalidade social, econômica e ambiental das cidades e do sistema urbano.

### 2.2.2 ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Dentre o conjunto com os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o objetivo de número 11 - cidades e comunidades sustentáveis - oferece uma agenda de

desenvolvimento compartilhada globalmente para tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Ela faz referência aos recursos humanos, tecnológicos, financeiros e de governança podendo envolver políticas públicas, legislação, planejamento urbano, entre outros necessários ao alcance dos ODS (ONU, 2015).

A redação do ODS 11 explicita com quais agendas internacionais a temática do desenvolvimento urbano deve passar a ter interconexões para além da Nova Agenda Urbana, como com o Marco de Sendai<sup>3</sup> para a redução do risco de desastres, com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com o Acordo de Paris<sup>4</sup> para mitigação dos efeitos da mudança do clima. Segundo Medeiros (2019) o ODS 11 vai além das questões de moradias e favelas, como aconteceu nos ODM, uma vez que trata as questões urbanas por meio de uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento e planejamento urbano. Ele estabelece para tanto 10 metas relacionadas às políticas públicas de planejamento urbano, social, ambiental e político.

A meta 11.1 refere-se à habitação, direito humano reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e crucial para o bem-estar das pessoas. No contexto das Nações Unidas, o conceito de moradia adequada abarca não só a sua estrutura física, mas também outras dimensões que influenciam na manutenção da saúde dos moradores e seu acesso às oportunidades presentes nas cidades. A meta 11.2 refere-se à promoção do acesso a sistemas de transportes seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos (LEONE; ARRUDA, 2016).

As metas 11.3, 11.4 e 11.5 foram estabelecidas tendo em vista a redução de prejuízos e do número de mortes de pessoas afetadas por catástrofes, bem como a promoção da preservação da cultura, por meio do fortalecimento dos espaços de participação, e ainda a redução dos impactos ambientais causados pela vida e produção econômica nas cidades, consequentemente. Já a meta 11.6 se ancora na previsão de redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros (LEONE; ARRUDA, 2016). A meta 11.7 busca promover o acesso universal a espaços seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, e apresenta-se com intensa ligação à gestão municipal.

Por fim apresentam-se como objetivos apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e

---

<sup>3</sup> O Marcos de Ação de Sendai foi definido na Assembleia do Escritório de Redução de Riscos de Desastres da ONU, realizada na cidade de Sendai, no Japão, em 2015. O Marco dá continuidade às ações definidas pelo Marco de Ação de Hyogo, estabelecendo diretrizes para que os governos locais possam investir no desenvolvimento da resiliência.

<sup>4</sup> O Acordo de Paris é um tratado mundial que possui um único objetivo: reduzir o aquecimento global. Ele foi discutido entre 195 países durante a COP21, em Paris. O compromisso internacional foi aprovado em 12 de dezembro de 2015 e entrou em vigor oficialmente no dia 4 de novembro de 2016.

regional de desenvolvimento (11.a); até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis (11.b) e, por último, apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive através de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais (11.c) (ONU, 2015, p. 21 e 22).

O ODS 11 e as suas dez metas requerem ação dos governos urbanos subnacionais. As metas contempladas pelo objetivo abordam uma ampla gama de desafios urbanos únicos, como: a melhoria das favelas e o fornecimento de moradias populares, sistemas de transporte público, planejamento e governança, cultura, patrimônio, gestão de desastres, qualidade do ar, gestão de resíduos e espaços públicos e verdes (KANURI *et al.*, 2016).

Por sua vez, muitas metas carecem de amadurecimento de conceitos, tanto para a correta mensuração quanto para a formulação de políticas e programas. Dessa maneira, novos dados precisam ser produzidos. Há um grande desafio que precisa ser superado no que diz respeito a coleta, organização e disponibilidade de dados que são necessários para se acompanhar o avanço do Brasil em grande parte das metas do ODS 11.

De modo geral, além do desafio da transversalidade, o pós-Constituição de 1988 gerou uma grande descentralização de competências para os municípios, sem que houvesse da parte deles capacidade para a consecução de algumas dessas políticas. A execução das políticas necessárias para o país avançar no cumprimento do ODS 11 é, em sua maioria, responsabilidade dos municípios. O papel dos estados e do governo federal é apoiar as ações dos municípios.

Apesar de todo o apelo a volta do desenvolvimento urbano apresentado pela Agenda 2030, ainda estamos muito distantes da realidade das cidades, no que se refere a implementação das metas apresentadas. O ODS 11 ainda não contemplou a necessidade de coordenação entre os governos nacionais e as cidades na transferência de competências para que os governos locais tenham cada vez mais autonomia para lidar com os seus maiores desafios e assim construir um espaço mais sustentável, em todos os sentidos do termo.

De modo a cumprir a meta 11, e suas subdivisões é fundamental equilibrar ambição e realismo para a definição de metas locais, evitando a frustração por não atingir objetivos ou a paralisia pela adoção de ações tímidas. Por fim, verificamos que há importantes políticas e programas com desdobramentos no desenvolvimento urbano que podem contribuir para as metas do ODS 11, dentre elas destaca-se a Nova Agenda Urbana liderada pela ONU-Habitat.

### 2.2.3 A Nova Agenda Urbana

O ONU-Habitat, como agência especializada em assuntos urbanos, é responsável pela disseminação e implementação do ODS 11, objetivo dedicado a questões específicas para a construção de cidades sustentáveis. O ONU-Habitat promove, portanto, soluções sustentáveis através de projetos operacionais, experimentais e inovadores que podem ser adotados e ampliados por países e outros parceiros. Foi desenvolvida e apresentada em 2016, em resposta ao ODS11, a Nova Agenda Urbana (ONU-HABITAT, 2016).

Assim como a Agenda 2030, a NAU é um compromisso entre os Estados-membros, que reflete uma visão comum para o futuro das cidades e traz princípios e recomendações do que deve ser feito para alcançá-la. Entre os principais compromissos estão a inclusão social e o enfrentamento da pobreza, a prosperidade urbana e a igualdade de oportunidades para todos, um desenvolvimento urbano sustentável e o fortalecimento de sistemas de resiliência para o enfrentamento das mudanças climáticas.

A Nova Agenda Urbana tem em suas estratégias os seguintes princípios: a urbanização deve proteger e promover os direitos humanos e o princípio da legalidade; garantir a equidade no desenvolvimento urbano, empoderar a sociedade civil, expandindo a democracia; promover a sustentabilidade ambiental e promover inovação que facilite o aprendizado e a aquisição de conhecimento.

Segundo o ONU-HABITAT (2016) a NAU é um documento orientado para ação que definiu padrões globais para o alcance do desenvolvimento urbano sustentável, “repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades”. O documento prevê urbanização em todos os níveis de assentamentos humanos, além de políticas mais apropriadas que possam aprimorar a urbanização em todo o espaço físico da cidade, e ajudar os governos a enfrentar os desafios por meio de estruturas nacionais e locais de políticas de desenvolvimento.

## 2.3 Sustentabilidade fiscal e de governança

Em atenção ao conceito de sustentabilidade Fiscal, o Tesouro da Nova Zelândia utiliza a seguinte definição:

a sustentabilidade fiscal é um termo comumente utilizado em relação à acessibilidade do governo a programas fiscais e de gastos. Em simples termos, refere-se aos gastos e atividades de investimento do governo e como estes são financiadas através de impostos, dívidas e outros passivos. Sustentabilidade significa ter a capacidade de manter ou apoiar programas de governo no futuro. Assim, a sustentabilidade fiscal refere-se ao fato de o Governo ser capaz de manter as políticas atuais sem grandes ajustes no futuro (NEW ZELAND TREASURY,2013, p.11, traduzido).

Cunda (2013) destaca ainda que a vertente fiscal da sustentabilidade é a que se apresenta mais problemática nos tempos de crise econômico-financeira. E neste sentido, cabe mencionar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe de inúmeras ferramentas no modo a tutelar a sustentabilidade fiscal (CUNDA, 2013).

Para Luque e Silva (2004) no sentido de minimizar condutas indesejáveis dos dirigentes públicos e minimizar a ineficiência do processo orçamentário foi criada em 2001, a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal (LRF), definida pela Lei Complementar nº. 101, estabelecendo assim um novo regime institucional. Os autores apontam que a introdução de regras para a conduta pública apresenta o potencial de minimizar falhas de coordenação, reduzindo a percepção de risco governamental de parte dos agentes privados e ampliando a confiança no governo, independentemente do grupo político eleito.

De acordo com Debus (2001), os objetivos da LRF são o estabelecimento de uma ação planejada e transparente; a prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio orçamentário; a garantia de equilíbrio nas contas públicas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar. Os meios utilizados para se atingir esses objetivos são o cumprimento de metas de receitas e despesas, obediência a limites e condições para a dívida pública e gastos com pessoal.

Assim considerando o compromisso em viabilizar a gestão eficiente dos recursos públicos torna-se necessário adotar ações que visem a melhoria de sua aplicação com foco na governança. Para isso, é importante implementar medidas que visem a otimização da tomada de decisão tanto no nível estratégico quanto operacional.

### 2.3.1 Governança pública

O Banco Mundial (2013) define a governança como sendo correspondente a estruturas, funções, processos e tradições organizacionais que tem por objetivo garantir que as ações planejadas sejam executadas e orientadas para seus objetivos e resultados de forma transparente. Assim a governança é o conjunto das várias maneiras pelas quais os diversos atores sociais se articulam e cooperam, realizando ações, gerenciando seus problemas comuns e acomodando seus interesses. Abrange instituições públicas e privadas, regimes formais de

coordenação e autoridade, como os aspectos gerenciais do Estado, mecanismos informais que atendam a determinadas necessidades e redes sociais informais (MILANI; SOLINÍS, 2002).

Segundo o TCU (2014) a governança representa um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. Esse sistema é mediado pela articulação entre sociedade, alta administração, servidores e órgãos de controle e constitui um meio para conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público. Em atenção à governança pública, fundamentado nos conceitos internacionais de governança pública, o Tribunal de Contas da União - TCU adotou a seguinte definição de governança pública:

“Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos (TCU, 2014, p. 21-22).”

Seguindo os princípios sugeridos pelo Banco Mundial, o TCU (2014) estabeleceu os seguintes princípios de governança pública: Legitimidade; Equidade; Responsabilidade; Eficiência; Probidade; Transparência e *Accountability* (TCU, 2014). Além disso, a governança deve ainda compreender os mecanismos e instrumentos necessários para que os cidadãos possam articular os seus interesses, além de incluir dimensões sociais, políticas e econômicas, operando em todos os níveis do empreendimento humano (NEIVA, 2019).

Governança no setor público refere-se, portanto, aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos (TCU, 2014). Preocupa-se, por conseguinte, com a capacidade dos sistemas políticos e administrativos de agir efetiva e decisivamente para resolver problemas públicos (PETERS, 2012).

Pondera-se ainda que a Governança é adaptativa às realidades locais, não devendo ser tratada como um padrão a ser reproduzido em todo e qualquer cenário. Acrescenta-se que, para uma efetiva aplicabilidade, é imprescindível uma comunicação transparente e clara entre o Estado e os demais agentes. Neste sentido, a busca por uma governança transparente tem se tornado um diferencial para o administrador público.

### 2.3.2 Transparência pública

A atenção para com a transparência e sua importância nas ações do Estado surgiu há meio século quando da implementação da chamada administração pública gerencial na Inglaterra. Porém, a temática só ganhou expressão social e passou a fazer parte da agenda governamental na última década do século XX. A partir daí a transparência pública vem ganhando cada vez mais relevância na defesa do processo democrático de acesso às informações públicas (AMORIM; SILVA; FIGUEROA, 2019).

Nota-se, que a informação é um elemento fundamental para a constituição de uma transparência pública. A organização deve manter sempre renovada e fortalecida a função reguladora, de ser democrática, necessária e atuante. Amorim (2012), diz que, a transparência emerge como um valor necessário para o Estado se tornar mais visível e mais próximo do cidadão por meio da oferta de informações e serviços mais eficientes que possam favorecer o controle, a deliberação e a participação.

A participação efetiva da sociedade é precedida pela visibilidade da organização de forma transparente, com informações disponíveis a todos os cidadãos, com a preocupação de gerar conhecimento e informação. A transparência pública, imposta por lei, reflete toda a democratização social e o controle da organização, na medida em que a organização detém a informação. Com isso, a transparência é um instrumento para exercer a informação governamental, pois o cidadão é um sujeito informático e que sempre é afetado pelo Estado, porque este intervém na vida social. Quando se fala de gestão eficiente, que se preocupa em atender as perspectivas sociais, é que se tem a possibilidade de se trabalhar, por intermédio das políticas públicas voltadas para o bem social, a transparência como a melhor forma de governo.

Segundo Jardim (2001), a noção de transparência apresentaria três facetas:

- O direito do saber: dado que, por princípio, a administração atua em função do interesse geral, os cidadãos têm o direito de saber o que sucede no interior desta;
- O direito do controle: deve-se saber, mas também utilizar este direito para controlar, verificar a legalidade e a oportunidade das decisões administrativas e apreciar como se utilizam os fundos públicos;
- O direito do cidadão de ser ator e não mero espectador da vida administrativa, o direito de ser não um administrado, mas um usuário ou cliente da administração.

Nestas perspectivas, a organização que é mantida financeiramente pela sociedade, deveria se preocupar em disponibilizar serviços de qualidade a seus usuários (cidadãos), que fornecem toda a estrutura da organização. A excelência deve ser dos cidadãos e não das

autoridades que comandam a esfera pública. Assim, a governança na forma democrática deve assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento social e informacional, através da transparência (AMORIM; SILVA; FIGUEROA, 2019).

O uso da tecnologia pela organização, em criar portais eletrônicos, cujo objetivo é divulgar informações (transparência pública) e disponibilizar serviços (desburocratizar), se reflete em uma governança eficiente, preocupada em diminuir a distância da organização, enquanto local físico, para com o cidadão. A transparência digital, que é outra configuração da transparência, representa um importante avanço da organização quanto à utilização das tecnologias da informação no processo democrático (AMORIM; SILVA; FIGUEROA, 2019).

De acordo com Amorim, Silva e Figueroa (2019) os portais eletrônicos na internet são por sua vez, uma ferramenta da tecnologia da informação, com uma ampla abrangência, permitindo uma comunicação direta com a sociedade. O portal permite o acesso e consequentemente a busca de informações em qualquer lugar e momento, pois está disponível de maneira simplificada e online. No contexto local, o portal eletrônico, pode contribuir para a participação política mais efetiva, tendo em vista, a democratização local.

A importância de se trabalhar com um portal eletrônico na transparência governamental é fundamental. Muitas organizações, públicas ou privadas, se utilizam de portais eletrônicos para facilitar o trabalho interno e externo. Para que se tenha uma transparência digital enquanto organização pública, é necessário cumprir o que a lei de acesso à informação estabelece, pois, os dispositivos garantem uma excelência na transparência além de auxiliar a organização na democratização social.

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, foram publicadas várias leis, decretos e portarias que trataram de questões relacionadas à transparência governamental e ao acesso a informações públicas. Concretizadas, em especial, partir dos anos 2000, tiveram como principal característica o foco na divulgação de informações por decisão do próprio governo, mediante o que se denomina de transparência ativa (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011).

Elgert (2018) considera a transparência como um fator primordial para a sustentabilidade, sendo difícil argumentar como uma prioridade pública, mas definir, implementar e analisar intervenções e políticas que visam criar transparência, geralmente revela complexidade, contingência e contestação, e uma natureza verdadeiramente política. Aumentar a transparência pode se dar de diversas maneiras como por exemplo, intensificando a credibilidade, promovendo métodos e processos de coleta de dados que sejam consistentes e comparáveis entre as cidades e verificáveis por terceiros independentes.



Sendo assim, para a criação de uma cidade sustentável, práticas de transparência contribuem para o monitoramento das finanças públicas e da justiça social, além de facilitar que informações de diferentes realidades sejam comparadas (ALVES; MARIANO, 2018). E ainda, conforme o Programa Cidades Sustentáveis (2019), garantem a transparência administrativa, envolvendo atores diversos para monitorar e avaliar o desempenho, tendo em vista o alcance das metas de sustentabilidade estabelecidas.

Cabe ainda destacar que a participação social contínua vinculada com a Transparência se apresenta como um importante instrumento de política pública contida na Lei 12.587/2012 (Estatuto das Cidades), que confere ao município a obrigatoriedade de levar à luz da sociedade a discussão dos seus diversos Planos, como o de Mobilidade, de forma ampla e democrática. Assim, tem-se que a mesma é uma extraordinária ferramenta para avaliar a gestão estratégica do município, principalmente na etapa de formulação das políticas, pois busca dar clareza ao processo de tomada de decisão, diante de uma agenda mais próxima ou distante dos anseios da sociedade (MORAES, 2017).

### 2.3.3 Participação social

A gestão participativa de acordo de Franz (2018) apresenta um conceito ainda considerado como sendo uma concepção moderna nas organizações, e proveniente do conceito de democracia. Neste sentido Faria (2009, p. 15) apresenta que a gestão participativa significa que a base de qualquer modelo de democratização nas instituições pressupõe a participação coletiva nos processos de decisão e de controle sobre a gestão do processo e a organização dos trabalhos. E embora pareça óbvio, o fato é que a democracia sem participação coletiva não existe, no entanto nem toda participação coletiva significa democracia.

Bazzoli e Poveda (2017) destacam que a democracia se sustenta na participação efetiva do cidadão. Devendo a participação social possibilitar a identificação das verdadeiras necessidades da comunidade, permitindo assim um maior alcance de conquistas, bem como uma elevação do interesse dos indivíduos, agora cidadãos, pelas coisas que lhe são próximas, pelo desenvolvimento de seu ambiente social, fazendo com que este interesse possibilite, também, uma confiança recíproca entre as pessoas e um maior grau de participação social. Neste sentido Santos (2013) dispõe que a participação popular é um dos alicerces do Estado Democrático de Direito, sendo imprescindível para a consolidação deste que ela se desenvolva não só na forma representativa, mas que se organize a partir de suas demandas, com a participação efetiva de seus pares.

No âmbito da Administração Pública, Dias *et al.* (2019) apontam que a participação se apresenta sob a forma de ação de interação desenvolvida pela sociedade civil para com a gestão pública. Neste sentido Arnstein (2002) dispõe que a participação social se caracteriza através de uma redistribuição de poder que estabelece o cidadão como sendo agente ativo nos processos de tomada de decisão sobre as ações públicas, com destaque para as políticas sociais, indo assim para além da participação eleitoral, que acontece apenas de maneira pontual.

Segundo exposto por Franz e Andreoli (2018) no Brasil, a participação social na gestão pública vem adquirindo espaço desde a década de 1980, em consequência da crise do Estado e da redemocratização do país. Tendo sido o marco crucial estabelecido com a promulgação da Constituição de 1988 que trouxe como advento a institucionalização da participação do cidadão na formulação e no controle das políticas públicas, apontando como fundamental a identificação dos espaços e a maneira através da qual o cidadão é ouvido e se seus anseios se refletem no desejo do coletivo da sociedade.

Neste contexto, principalmente em âmbito municipal, de acordo com Franz e Andreoli (2018) se faz primordial ter atenção à organização e capacidade da sociedade civil e das administrações públicas municipais em desempenharem seus papéis no processo de políticas públicas. Sendo também necessário questionar e analisar se as gestões participativas aliadas a práticas de governança pública, de fato influenciam o desenvolvimento sustentável de uma cidade. Em atenção aos instrumentos, ferramentas e procedimentos elaborados pelo governo federal para organizar e planejar o desenvolvimento da cidade com a participação social disponibilizadas para administrações públicas municipais Franz e Andreoli (2018, p.07) dispõem:

“...São exemplos destes instrumentos, o plano diretor participativo, os conselhos municipais, as assembleias públicas, os orçamentos e os planos plurianuais, bem como a prestação de contas à sociedade. Entretanto, observa-se que muitos municípios não os utilizam ou adotam de forma parcial, a fim de somente atender a um requisito legal. Contudo, é certo que cada município possui sua cultura local, que deve ser respeitada, e cabe à administração local adequar os procedimentos das normas e leis aos costumes e à linguagem de sua população.”

Assim de modo a analisar a gestão participativa e a realização de práticas de governança pública nas cidades com vistas ao desenvolvimento sustentável Franz e Andreoli (2018) discorrem que inicialmente é preciso entender a diversidade das convergências entre as cidades. Para posteriormente identificar as políticas vigentes em destaque que promovam o desenvolvimento sustentável do município e analisar os efeitos dessas políticas nos indicadores de desempenho.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto à classificação do trabalho, tem-se com base em Raupp e Beuren (2003, p. 92) que este se enquadra como sendo qualitativo devido à observação de indicadores pertinente e de outras avaliações existentes. O que fica evidente no momento de organização dos critérios de análise estabelecidos com base na metodologia ICES, por meio do processo de apoio à decisão com base na Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (ENSSLIN; MONTIBELLER-NETO; NORONHA, 2001).

Assim no presente trabalho, os resultados serão apresentados e analisados seguindo as etapas do processo de apoio à decisão da MCDA-C, com vistas a apresentar aos leitores procedimentos ocorridos na fase da coleta de dados e na de utilização da ferramenta MACBETH de avaliação, bem como os procedimentos para elaboração das recomendações que se fizerem necessárias. A seguir serão apresentadas a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) e as capitais que serviram de objeto para o presente estudo.

#### 3.1 Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA)

A metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA), conforme a Escola Europeia baseia-se nas seguintes convicções básicas: onipresença da subjetividade e interpenetrabilidade com a objetividade no processo decisório, assim como no paradigma da aprendizagem pela participação e o construtivismo (ENSSLIN *et al.*, 2001). Sendo os métodos de análise multicritério, são adequados para estudos voltados ao planejamento ambiental por exemplo. Eles investigam as possibilidades diante de múltiplos critérios e prioridades conflitantes, ajudando na modelação e agregação das preferências dos atores.

Como bem expõe Lyrio (2008, p.81) a metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C) se relaciona à chamada vertente *soft* da pesquisa operacional e segue a corrente de pensamento da Escola Europeia (*Multicriteria Decision Aid*), seguindo ainda a vertente construtivista. De modo que adotar a perspectiva da MCDA-C significa acatar os seguintes entendimentos:

- i) um problema é configurado como tal se for assim percebido por alguém, e é resultante de uma situação percebida como necessitando de intervenção; suficientemente relevante; e passível de solução (LANDRY, 1995, p.313);
- ii) o entendimento do problema pressupõe a noção de produção de conhecimento por meio da descoberta de como o sujeito valora o contexto onde o objeto se encontra;

assim, levando-se em conta os sistemas de valores, convicções e objetivos dos envolvidos, o momento atual e o grau de entendimento do decisor sobre todo o contexto; e

- iii) o reconhecimento do fato de que não existe apenas um conjunto de ferramentas adequado para esclarecer uma decisão nem existe uma única melhor maneira de fazer uso delas (ROY; BOUYSSOU, 1993, p.194).

Para construção de modelos, a MCDA-C utiliza um processo de apoio à decisão, composto por três fases: (1ª) Fase de Estruturação, (2ª) Fase de Avaliação, e (3ª) Fase de Elaboração de Recomendações

A Fase da Estruturação busca identificar e organizar os elementos relevantes relativos à situação decisional, e, por sua vez, se divide, usualmente, em três etapas: contextualização, construção da estrutura hierárquica e construção dos descritores (BORTOLUZZI *et al.*, 2011). A Fase de Avaliação é o momento em que se utiliza índice de valor para determinar as preferências entre as consequências (GIFFHORN, 2007). Por último, a Fase de Elaboração de Recomendações se refere à sugestão de ações para melhorar o desempenho em relação ao estado atual (BORTOLUZZI *et al.*, 2011). Cabe aqui ressaltar que a 3ª fase, da metodologia MCDA-C, é equivalente ao item referente à Análise e discussão dos resultados, utilizado em metodologias tradicionais.

Em atenção às principais vantagens provenientes da utilização da MCDA-C Lacerda; Ensslin; Ensslin (2011) elencam:

- i) possibilidade de abordar informações qualitativas e quantitativas;
- ii) possibilidade de capturar e apresentar, de maneira explícita, os objetivos e valores dos decisores;
- iii) possibilidade de permitir aos decisores refletir sobre seus objetivos, prioridades e preferências; e,
- iv) possibilidade de desenvolver um conjunto de condições e meios para informar as decisões em função do que o decisor achar mais adequado.

A seguir será apresentado o Método MACBETH, que foi a ferramenta utilizadas para desenvolver o modelo de avaliação desta dissertação.

### 3.1.1 O Método MACBETH

Sobre o método MCDA-C utilizado pelo presente trabalho, Braz (2011) destaca que o MACBETH possibilita a avaliação de opções a partir de múltiplos critérios. Seu diferencial ante a outros métodos reside no fato de o mesmo, para a ponderação e a geração de pontuações dos critérios, demandar apenas julgamentos qualitativos sobre as diferenças de atratividade. Ainda, ele compara as alternativas em estudo não só entre si, mas também com referências, que podem ser melhores ou piores que as alternativas, sendo assim uma ferramenta ideal para a construção de *rankings*

Baldioti (2014) apresenta que o MACBETH é uma abordagem que emprega um processo de questionamento interativo não-numérico que compara dois elementos de cada vez. Onde as respostas dos decisores são inseridas no sistema de apoio à decisão, que verifica automaticamente a sua consistência. Ressalta que este não permite inconsistência nos julgamentos do decisor, e estabelece um processo interativo de revisão dos julgamentos e sugerindo, se necessário, quais devem ser revistos. Gerando posteriormente uma escala numérica que é representativa dos julgamentos do decisor. Além de fornecer ainda ferramentas que facilitam os vários tipos de análises de sensibilidade (BANA E COSTA; DE CORTE; VANSNICK, 2003).

Conforme aponta Baldioti (2014), nomeadamente tem-se que o método MACBETH apresenta-se como a sequência das seguintes etapas:

1. Caracterização do contexto de decisão;
2. Definição dos critérios;
3. Construção de um descritor de impactos em cada critério;
4. Avaliação parcial em cada critério;
5. Determinação dos coeficientes de ponderação;
6. Apreciação dos impactos nos vários critérios;
7. Cálculo do valor global;
8. Análises de sensibilidade e robustez dos resultados.

Em atenção a este método Gomes (2007), afirma que este orienta-se principalmente para a abordagem de problemas de seleção e de ordenação. Sendo ainda indiscutivelmente, um método multicritério de aplicabilidade relativamente fácil, e que tem entre seus pontos fortes a flexibilidade de sua escala. Assim, diante das alternativas de modelos multicritérios (MCDA) disponíveis, a preferência foi dada ao método multicritério de avaliação MACBETH. A escolha do método foi em função da simplicidade de aplicação do modelo, face à agregação ao problema proposto. De forma geral, o método auxilia em reduzir o subjetivismo das alternativas por meio de sua programação.

Por fim, cabe mencionar que a Ferramenta MACBETH possui versão de demonstração, porém bastante limitada, sendo possível mensurar no máximo 5 descritores. Sendo assim, para execução desta pesquisa foi preciso adquirir sua licença, pelo custo de 175,00 EUROS, perfil acadêmico e válida por 1 ano.

### **3.2 Estruturação e avaliação dos indicadores através do método MACBETH**

A presente seção apresenta a avaliação dos indicadores ao expor fases que compõem um processo de apoio à decisão de acordo com a metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C), por meio do método MACBETH.

#### **3.2.1 Fase de estruturação**

A fase de estruturação visa o entendimento do problema e de todo o contexto onde este está inserido. Para alcançar este entendimento, uma estrutura, aceita/negociada por todos os decisores, é construída. Esta estrutura deverá representar, de forma organizada, os objetivos, seus fatores explicativos e a forma como estes serão alcançados (ENSSLIN, 2002).

O contexto no qual o problema se desenvolve é o da gestão pública, especificamente, tratando da sustentabilidade fiscal e governança municipal. E considerando a importância da dimensão, tem-se consequentemente que se torna também importante avaliar se a gestão pública está atuando de forma sustentável, moderna, participativa e transparente.

Nesse contexto, identifica-se como o dono da insatisfação a própria sociedade, a partir do pressuposto do direito a melhores gestões, sendo estas sustentáveis sob os aspectos fiscal e de governança, que lhes proporcionem entre outros maiores possibilidades de participação social, democracia e transparência das informações públicas disponibilizadas pelas gestões municipais.

Sendo assim o processo de apoio à decisão aqui proposto, teve seu início com a realização de pesquisa documental que versa o Programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como documentos formulados pelas Redes de Monitoramento Cidadão, afim de identificar pontos de vistas e elementos que dessem subsídios ao modelo de avaliação.

Menciona-se aqui que Relatórios de Indicadores Municipais das 5 capitais analisadas, anteriormente formulado pelas entidades acima mencionadas, afim de avaliar aspectos diversos de sustentabilidade municipal, foram o ponto de partida dos questionamentos.

Tem-se então que a construção de um modelo baseado na MCDA-C, demanda que sejam inicialmente definidos os atores englobados no processo, de modo direto e indireto. Assim sendo, nesta proposta, os mesmos foram identificados como:

1) Decisores: integrantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as Redes de Monitoramento Cidadão e seus membros, responsáveis pela definição dos indicadores ICES;

2) Facilitador: pesquisadora autora do presente trabalho, responsável pela mensuração através da ferramenta MACBETH e pela análise dos dados;

3) Intervenientes: membros das Redes de Monitoramento Cidadão, responsáveis pela coleta de dados referentes aos indicadores ICES;

4) Agidos diretos: as capitais brasileiras participantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), gestores públicos e legisladores, uma vez que poderão identificar e aprimorar pontos apontados no presente trabalho;

5) Agidos indiretos: são seus possíveis beneficiários, sendo eles a sociedade civil, que busca melhores gestões, sendo estas sustentáveis sob os aspectos fiscal e de governança, que lhes proporcionem entre outros maiores possibilidades de participação social, democracia e transparência das informações públicas disponibilizadas pelas gestões municipais.

Segundo Roy (1996), o Apoio à Decisão pode ser definido como uma atividade em que o facilitador, de forma científica (segundo o paradigma construtivista), busca obter elementos que respondam a questões levantadas pelos decisores em um processo decisório. Esses elementos ajudam a clarificar sua decisão. Assim, o facilitador deve fornecer condições favoráveis para que os decisores comportem-se de tal forma que sejam atingidos os objetivos da pesquisa.

Por conseguinte, deu-se a definição do rótulo do problema, cuja competência, de acordo com Ensslin, Montibeller Neto e Noronha (2001) é demarcar o contexto decisório. Assim, a presente pesquisa teve seu rótulo definido como: Avaliação de sustentabilidade fiscal e governança municipal.

Uma vez finalizada a contextualização do problema a etapa seguinte se ocupou com a identificação dos Elementos Primários de Avaliação (EPAs) que são a primeira preocupação manifestada pelos decisores, quando estes confrontam a situação. Os EPAs têm como objetivo, gerar entendimento e definir os limites entre o pretendido e o mínimo aceitável, e a partir dos mesmos busca-se construir uma estrutura denominada Árvore de Pontos de Vista. Essa estrutura agrupa um conjunto elementos ou aspectos-chave, que podem vir a se tornar critérios de

avaliação, agrupados em áreas de preocupação (BANA E COSTA; CHAGAS, 2004; BANA E COSTA *et al.*, 1999).

No caso específico deste trabalho, para identificação desses elementos, inicialmente foi realizada uma revisão de literatura com vistas a identificar fatores que venham a influenciar a dimensão abordada. Em seguida, por fim, foi analisada a legislação relacionada as temáticas acima no âmbito do Brasil.

Assim, ao final totalizou-se um conjunto de 17 EPAs (APÊNDICE A), utilizados como base para o desenvolvimento das próximas etapas do processo de apoio à decisão. O Quadro 5 apresenta alguns dos elementos primários elencados no decorrer desta etapa, para fins de exemplificação.

Quadro 5 - Exemplos de EPAs identificados na pesquisa.

Fonte - Referencial	EPA
ONU-HABITAT (2004)	Contribuir para a participação do cidadão no “negócio público”
Lei Complementar 101, art. 48, II	Divulgar a arrecadação de receitas.
Lei 12.527, art. 7, VIIa ; CRUZ <i>et al.</i> , (2012)	Divulgar dados para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades.
Ferrer-Sapena; Perset; Benavent, (2011)	Divulgar informações sobre a remuneração dos servidores públicos.
LC 101, art. 48	Divulgar os planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestação de contas e parecer prévio, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

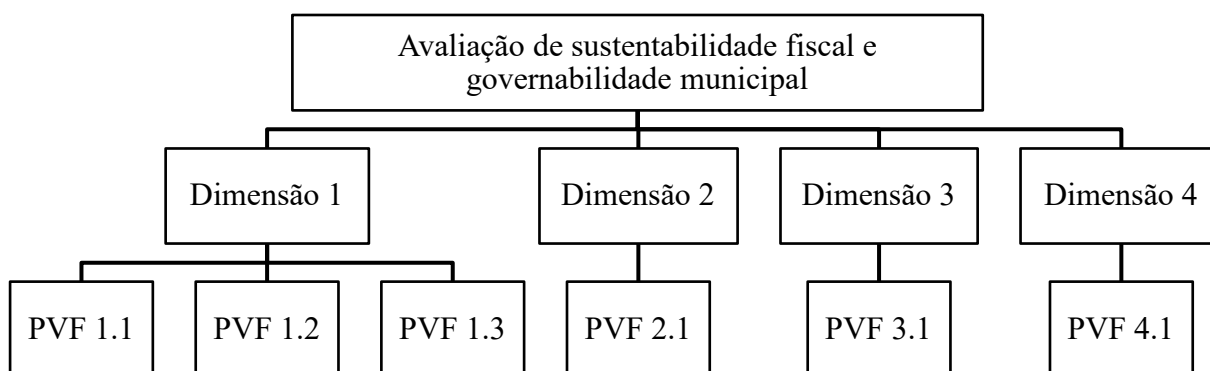
Em seguida, tem-se a definição de pontos de vistas, apresentados por meio de estrutura arborizante (APÊNDICE B), e que como exposto em Ensslin, Montibeller Neto e Noronha (2001) é parte estruturante do processo proposto e refere aos aspectos pertencentes às áreas de preocupação. Assim, tem-se os descritores, estabelecidos a partir de Pontos de Vista Fundamentais – PVFs, que os autores definem como sendo aqueles considerados, por ao menos um dos decisores como sendo de fundamental importância para a avaliação em questão.

Ressalta-se que por vezes em alguns PVF's a mensuração do critério de avaliação, não se faz possível e demanda o estabelecimento de Pontos de Vista Elementares – PVEs. Tal desdobramento é realizado até que seja encontrado um nível passível de mensuração, o que resultará em uma estrutura arborescente sendo que essa “utiliza a lógica da decomposição em que o critério mais complexo de ser mensurado é decomposto em subcritérios de mais fácil mensuração” (ENSSLIN; MONTIBELLER NETO; NORONHA, 2001, p. 125).



Sendo assim tem-se que os Pontos de Vistas Fundamentais (PVF's) equivalem-se aos temas, os Pontos de Vista Elementares (PVE's) refletem os subtemas e os subPVEs que são os descritores equivalem aos indicadores da Dimensão da Sustentabilidade Fiscal e a Governança da metodologia ICES. Como exemplo, na Figura 2 é visível a Estrutura Hierárquica de Valor de todas as 04 Dimensões e 06 PVFs.

Figura 2 - Estrutura Hierárquica de Valor das dimensões e PVF's.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Segue-se então para a última etapa da fase de estruturação que se dá através da construção dos descritores onde, como aponta Platt Neto (2005) o propósito se configura na construção de escalas ordinais e não ambíguas, sendo os descritores equivalentes aos indicadores da metodologia ICES. Para cada descritor foram definidos um objetivo e uma escala ordinal, que representam níveis de impacto que apresentem situação cada vez melhor em relação a determinado critério.

Na presente pesquisa foram definidos descritores compostos por 3 ou 4 níveis de impacto, sendo que o nível âncora superior aponta que o mesmo é sustentável e o nível âncora inferior aponta o descritor como sendo abaixo do mínimo aceitável para a sustentabilidade (APÊNDICE C). A Tabela 1 exemplifica um descritor com 4 níveis de impacto, onde o nível inferior sinalizado como “Em alerta” se encontra estabelecido em N1 e o Superior, ou Sustentável em N3.

Tabela 1 - Exemplo de descritor com 4 níveis de impacto.

<b>Descritor: Existência de orçamento plurianual (subPVE 1.2.1.1)</b>		
<b>Níveis de Impacto</b>	<b>Níveis de Referência</b>	<b>Escala Ordinal</b>
N3	SUSTENVÁVEL	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos
N2		A cidade tem um orçamento projetado para os próximos dois anos
N1	EM ALERTA	O orçamento só contempla um ano
N0		ND ou NA

**Escala cardinal/Descrição:** A cidade tem um orçamento plurianual com planejamento de receita e despesa de pelo menos dois anos, do qual se vale para estabelecer requisitos orçamentais futuros para serviços existentes, avaliar as implicações de mudanças futuras de políticas e novos programas em termos de recursos, e destinar recursos dentro de restrições fiscais.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que conforme propõe a avaliação, se uma cidade não disponibilizar ao que exige o descritor, este tem estado de sustentabilidade avaliado como N0. Isto geraria ao município uma pontuação negativa. A performance N1 indica que a sustentabilidade não foi auferida ou obteve baixos desempenhos, havendo a semaforização como “em alerta”, obtendo originalmente pontuação 1.

Caso sejam avaliados como N2 indica-se que existe uma brecha de sustentabilidade e que é preciso melhorar, e atribui-se a pontuação 2. No entanto caso sejam apresentados bons resultados, o nível de sustentabilidade pode alcançar N3, caracterizado com 3 pontos e considerado um desempenho adequado e/ou sustentável. Assim como a metodologia ICES estabelece, neste propõe-se uma semaforização dos resultados, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 - Valores de referência / Semaforização.

<b>Valores de referência</b>			
<b>Nível</b>	<b>Semaforização</b>	<b>Pontuação MACBETH</b>	<b>Avaliação Global</b>
N3	Sustentável	3,00	150
N2	No caminho	2,00 a 2,99	100
N1	Em alerta	1,00 a 1,99	50
ND	Comprometedor	-2,00 a 0,99	-

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao final desta etapa deu-se então a identificação de 29 descritores, distribuídos entre 06 pontos de vistas fundamentais, e em quatro áreas de preocupação que foram posteriormente compensadas por meio de percentuais que expressam a importância relativa das mesmas para o modelo, a saber: (1) Mecanismos adequados de governo, 38,22 %; (2) Gestão adequada da receita, 24,29%; (3) Gestão adequada da despesa 19,71% e (4) Gestão adequada da dívida e das

obrigações fiscais, 17,65%. Os pesos foram obtidos através da Ferramenta MACBETH a partir de ponderação hierárquica de valores.

Sendo que a primeira área de preocupação, composta por 11 descritores é relativa à mecanismos adequados de governo relacionado a questões de gestão pública participativa, moderna e transparente. A dimensão Gestão adequada da receita, busca observar a informações relativas à atividade gestão tributária da receita e autonomia da receita. A terceira área, Gestão adequada da despesa volta-se para aspectos relativos aos gastos públicos. E por fim, tem-se a dimensão 04, Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais.

### 3.2.2 Fase de avaliação

A fase de avaliação inicia-se após a construção das escalas ordinais dos descritores. Ela tem como competência viabilizar a avaliação, por meio da construção de funções de valor e da definição de taxas de substituição, que informam a importância relativa de cada elemento no modelo, com vistas a permitir uma avaliação global do estágio de sustentabilidade fiscal e governança das capitais analisadas.

Assim as funções de valor foram construídas pelo método de julgamento semântico, elaborado com o auxílio do método MACBETH que realiza comparações par a par, solicitando ao decisor que indique em uma escala, por meio de informações semânticas, a perda de atratividade percebida na passagem de um nível do descritor para outro nível (APENDICE C).

Lyrio (2008) aponta que, na escala, os números indicam a ordem de preferência do decisor e há a possibilidade de quantificação da preferência de um desempenho em relação a outro, pois o intervalo existente entre dois desses números pode ser confrontado com outro intervalo, ou, ainda, dois dos números da escala são arbitrados, o 03 (três) e o 01 (um). A Figura 3 apresenta um exemplo, através da função de valor (escala cardinal) para o subPVE 3.1.1.1.

Figura 3 - Função de Valor.

Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento						
	N3	N2	N1	N0	Escala atual	
N3	nula 0.00	mt. forte 0.91	extrema 2.00	extrema 3.09	3.00	extrema
N2		nula 0.00	extrema 1.09	extrema 2.18	2.09	mt. forte
N1			nula 0.00	extrema 1.09	1.00	forte
N0				nula 0.00	-0.09	moderada
<b>Julgamentos consistentes</b>						fraca
						mt. fraca
						nula

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Posteriormente destaca-se que na avaliação aqui demonstrada cada um dos descritores possui uma importância relativa para a avaliação global do nível de sustentabilidade fiscal e governança, denominada taxa de substituição. O método utilizado para determinar as taxas de substituição foi o método da comparação par-a-par, por meio do qual foi ordenada a preferência dos critérios e, em seguida, utilizou-se também o auxílio da ferramenta Macbeth para, através de julgamentos semânticos, calcular as taxas de substituição que melhor representavam numericamente os julgamentos.

Tem-se ainda que a avaliação global proposta pelo modelo permite integrar a pontuação obtida pelas capitais em cada um dos descritores em um critério de síntese. Assim faz-se possível obter um índice de sustentabilidade fiscal e governança de cada capital analisada, esta avaliação obtida através da realização de uma agregação do desempenho em cada um dos descritores através de um critério de síntese, conforme a Equação 1 seguinte.

Equação 1 – Equação para cálculo do valor do desempenho global

$$V(a) = \sum_{i=1}^{i=n} w_i \times v_i$$

Fonte: Bana e Costa *et al.* (1999)

Sendo:

$V(a)$  = Valor do desempenho global;

$v_i$  = Valor do desempenho local no critério de avaliação;

$w_i$  = Taxa de contribuição global no critério de avaliação (obtida pela multiplicação da taxa de contribuição do critério pela taxa de contribuição dos pontos de vista superiores a ele associados);

$n$  = Número de critérios de avaliação do modelo.

Desta forma, a avaliação global da sustentabilidade fiscal e governança municipal é dada pelo somatório das pontuações alcançadas em cada descritor e ponderadas pelas suas taxas de compensação (APÊNCIDE D). Para fins de exemplificação o Quadro 7 abaixo apresenta as taxas e escalas do ponto de vista fundamental 3.1 da área de preocupação 3.

Quadro 7 - Taxas e escalas.

Avaliação de sustentabilidade fiscal e governança municipal						
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho				Taxa de Contribuição Global
		Níveis de impacto – escala MACBETH				
		N3	N2	N1	N0	
Dimensão 3 - Gestão adequada da despesa	19,71%	-	-	-	-	-
PVF 3.1 Gestão do gasto público	100,00%	-	-	-	-	-
PVE 3.1.1 Qualidade do gasto público	100,00%	-	-	-	-	-
subPVE 3.1.1.1 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento	16,79%	3,00	2,09	1,00	-0,09	3,31%
subPVE 3.1.1.2 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos	16,74%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,30%
subPVE 3.1.1.3 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos	16,69%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,29%
subPVE 3.1.1.4 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente	16,64%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,28%
subPVE 3.1.1.5 O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores	16,59%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,27%
subPVE 3.1.1.6 Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)	16,54%	3,00	2,00	1,00	-1,25	3,26%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Neste estudo foi realizada uma análise de 05 capitais brasileiras que fazem parte da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de observação direta dos dados disponíveis nos chamados Plano diagnósticos elaborados pela equipe do BID em 2014 e dos Relatórios de Indicadores (RAPI), desenvolvidos pelas Redes de Monitoramento Cidadão de cada uma das cidades (APÊNDICES E e F), publicados em 2016, e do cotejamento das informações com os 29 descritores aqui identificados, o que permitiu a mensuração do nível de sustentabilidade fiscal e governança de cada cidade, bem como a comparação dos resultados, conforme apresentado na seção seguir.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)

No intuito de contribuir com o desenvolvimento sustentável de cidades em países emergentes, a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) foi criada em 2010 proveniente da parceria entre o BID e o aporte de recursos financeiros do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. Essa iniciativa já está presente em 20 países, em mais de 50 cidades, incluindo cinco capitais brasileiras. Devendo as cidades contempladas possuir população entre 100 mil e 2 milhões de habitantes e preencher critérios socioeconômicos que a caracterizem como emergentes (BID, 2014)

A ICES pode ser considerada como um programa de políticas públicas que é resultado de deliberações sobre como municípios de médio porte podem se adaptar e aderir a novas transformações exigidas para que seu crescimento não seja restringido pela limitação da sua própria estrutura. Desde modo, a iniciativa é uma metodologia de avaliação rápida, que possibilita a identificação e priorização de projetos de infraestrutura. Também desenvolve a definição de ações urbanísticas, ambientais, sociais, fiscais e de governança de curto, médio e longo prazo, que contribuirão para aprimorar a sustentabilidade das cidades, assim como a qualidade de vida das pessoas que nelas vivem (BID, 2014).

Com base nessa definição a iniciativa do ICES aborda três dimensões de sustentabilidade:

1. **A sustentabilidade ambiental e mudança do clima** - adaptação aos efeitos das mudanças do clima, mitigação de gases de efeito estufa, diminuição de vulnerabilidade aos perigos naturais, consumo sustentável dos recursos naturais e uso de fontes sustentáveis de energia;
2. **O desenvolvimento urbano sustentável** – retrata aspectos relacionados a um ambiente planejado e adequado para os seus cidadãos, promove competitividade e um desenvolvimento local sustentável, e fornece serviços sociais de qualidade e segurança cidadã;
3. **A sustentabilidade fiscal e de governança** - aplicação de mecanismos de governança modernos e efetivos que proporcionem participação cidadã, geração de recursos próprios, gestão adequada, transparente e eficiente (BID, 2014).

Os indicadores criados pelo ICES são uma ferramenta para identificar de forma mais célere os problemas críticos nas cidades, fundamentados em critérios técnicos objetivos, e

validados por especialistas do BID em cada uma das dimensões, temas e subtemas (BID, 2016). Para o desenvolvimento da metodologia ICES a iniciativa busca a sua implementação através de cinco fases; análise e diagnóstico; priorização; plano de ação; pré-investimento, e monitoramento (BID, 2014), conforme detalhado na Figura 4.

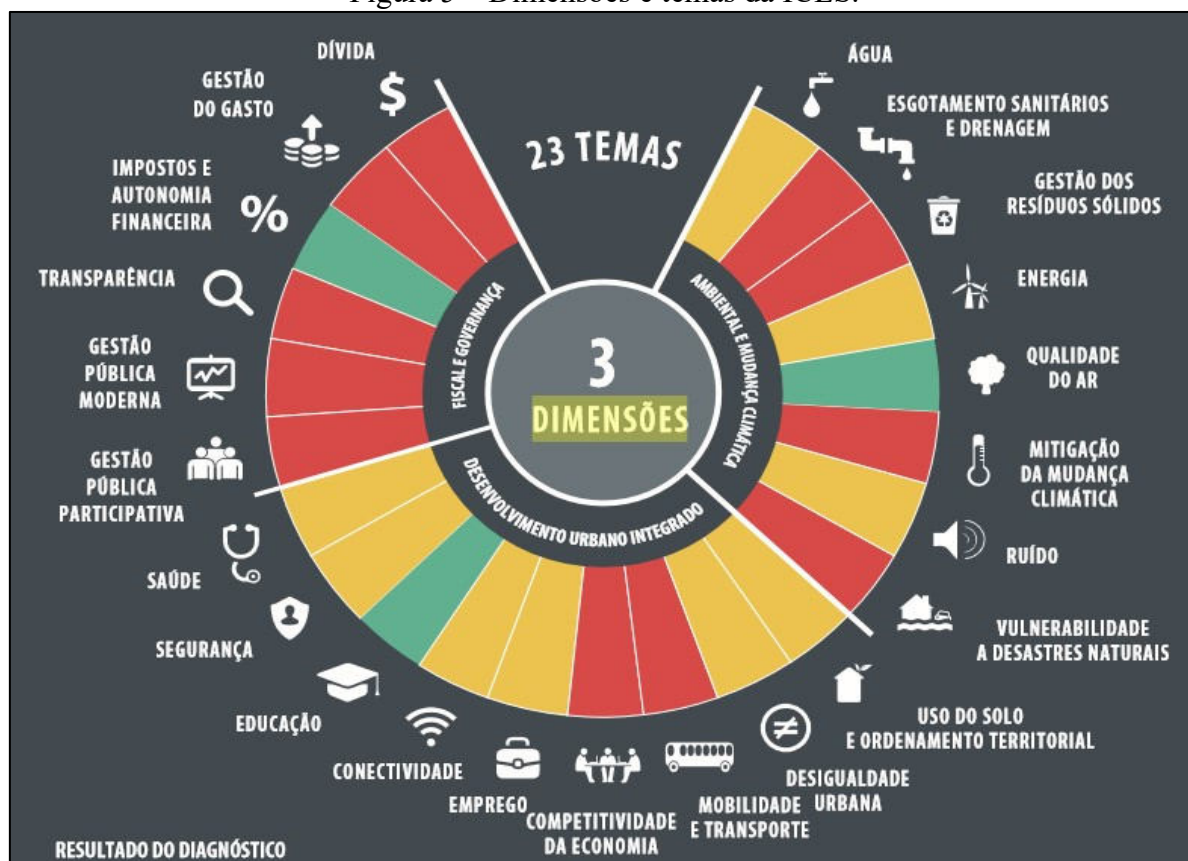
Figura 4 - Fases da Metodologia ICES.



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Na fase de análise e diagnóstico para identificação dos principais e mais emergentes problemas da cidade, o BID (2014, p. 39) deixa evidenciado que os indicadores a serem colocados no plano de ações devem contemplar as três dimensões de sustentabilidade: ambiental, urbana e fiscal. As três dimensões agregam 23 (vinte e três) temas, alguns desses temas contemplam elementos e indicadores previstos nos ODS, evidenciando um grau de correlação conceitual. Conforme exposto na Figura 5.

Figura 5 – Dimensões e temas da ICES.



Fonte: BID (2014, p. 16).

A medição dos indicadores de acordo com o BID (2014) é realizada da seguinte forma: depois de coletados os dados os valores obtidos são comparados com os valores de referência que representam a visão ideal do BID para a América Latina e Caribe, após essa comparação cada indicador é classificado de acordo com um sistema de semáforos: verde (a cidade mostra bom desempenho); amarelo (a cidade apresenta alguma dificuldade e seu desempenho poderia melhorar); e vermelho (a situação da cidade é crítica e é necessário atenção/atuar).

Com base no exercício de semaforização de indicadores é feito um processo de priorização das questões críticas que serão analisados a partir de quatro filtros (a pesquisa de percepção cidadã, o filtro ambiental, o filtro técnico, e o filtro econômico). Por fim, o processo de priorização é discutido e validado entre a cidade e a equipe técnica da entidade que está aplicando a metodologia ICES, que ajudará a identificar quais as questões críticas que necessitam de mais atenção, como também na elaboração do plano de ação para intervir e solucionar os problemas da localidade (BID, 2014).

Além da parceria entre o Banco e o Governo brasileiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ainda possui uma parceria com a Caixa Econômica Federal visando a expansão do financiamento destinado à aplicação da Iniciativa no país. Em princípio, o BID

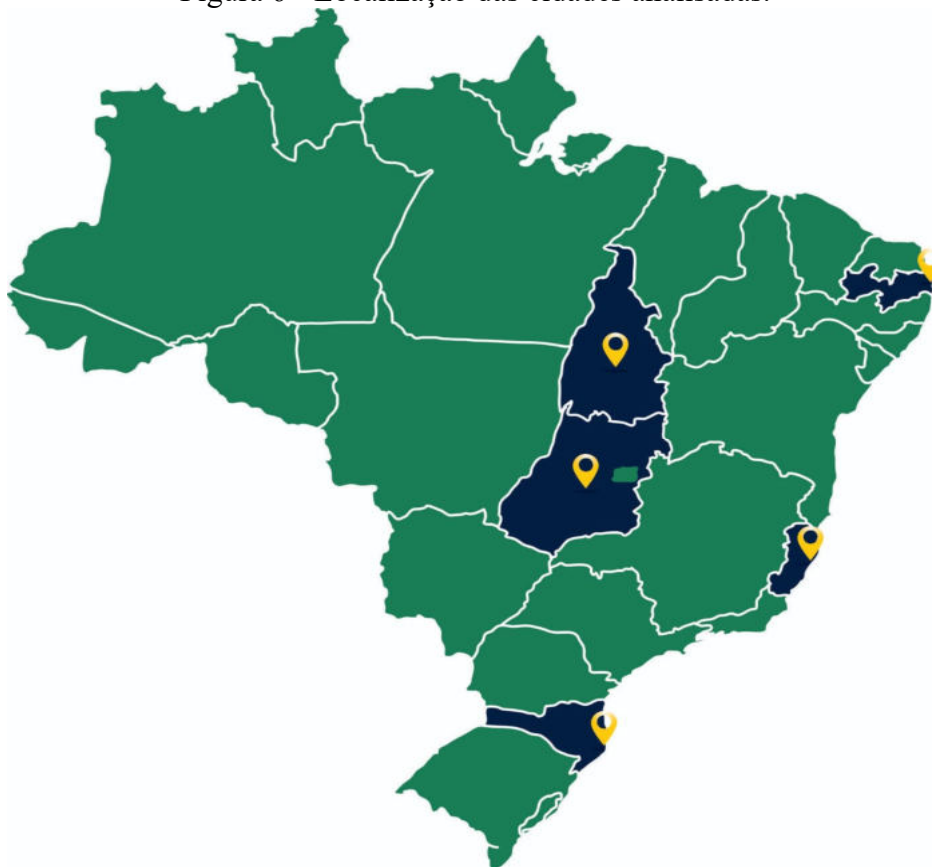


possuiu um teto orçamentário de 100 milhões de dólares, porém, abrindo espaços para a exploração de várias outras fontes como os governos locais/nacionais, organismos multilaterais e outras fontes externas. Também é válido destacar que a metodologia da ICES prevê a realização de parcerias com instituições acadêmicas, empresas privadas, bancos de desenvolvimento e organizações não governamentais.

#### 4.1.1 As capitais brasileiras participantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis

Conforme demonstrado na Figura 6 a metodologia da ICES vem sendo aplicada em quase todas as regiões do Brasil (Centro-Oeste: Goiânia; Nordeste: João Pessoa; Sudeste: Vitória; Sul: Florianópolis; e Norte: Palmas).

Figura 6 - Localização das cidades analisadas.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A Seguir serão apresentadas as 5 capitais que são objeto do presente trabalho.

#### 4.1.1.1 Florianópolis-SC

A cidade de Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina, localizada na região Sul do país. É composta por sua parte localizada na Ilha de Santa Catarina e também pelos municípios continentais que compõe a Grande Florianópolis: São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara.

Segundo dados do IBGE (2020), a cidade de Florianópolis tem sua unidade territorial estimada em 674,844 km<sup>2</sup>. uma população estimada em 508.826 pessoas. A cidade é a 2º mais populosa do estado e 47º do Brasil, sendo também considerada como uma das melhores cidades para se viver no país. Neste sentido, cita-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 2013, estimado em 0,847 e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) estimado em 0.8584, no ano base de 2016. (PNUD, 2013; IBGE, 2020; FIRJAN, 2018).

Outro destaque é o de que a cidade possui um inovador e bem-sucedido polo tecnológico com destaque regional e nacional. Nele, são oferecidos produtos de base tecnológica inovadora que são destinados a segmentos de mercado especializado (SARQUIS *et al.*, 2014). Além disso, a cidade também possui destaque no que tange os rankings de cidade inteligente e cidade empreendedora (ENDEAVOR, 2017; CONNECTED SMART CITIES, 2017).

#### 4.1.1.2 Goiânia-GO

A cidade de Goiânia foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa de Goiás sendo fundada em 1933. A cidade é limitada, ao sul, pelo município de Aparecida de Goiânia; ao leste, pelo município de Bela Vista de Goiás; ao oeste, pelos municípios de Trindade e Goianira; e, ao norte, pelos municípios de Nerópolis, Goianira e Goianópolis, Goiânia encontra-se na Região Central do Brasil, próxima a 209 km da Capital Federal e, estrategicamente, interligada pelas principais rodovias brasileiras (BERNADES *et al.*, 2017).

Com uma área territorial de 728,841 km<sup>2</sup> e população, estimada pelo IBGE em 2020, de 1.536.097 habitantes, a cidade possui altos índices de desenvolvimento, como exemplo cita-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 2010, estimado em 0,799 e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) no qual a cidade obteve pontuação consolidada de 0.8170, no ano base de 2016. (PNUD, 2013; IBGE, 2020; FIRJAN, 2018).

Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) mostram Goiânia como sendo a cidade brasileira com a melhor infraestrutura, de acordo com os índices de Infraestrutura Urbana no

Entorno dos Domicílios. De acordo com levantamento realizado pela Agência Municipal de Meio Ambiente, Goiânia foi eleita a capital brasileira com maior quantitativo de áreas verdes por habitante, 94 metros quadrados por habitante (m<sup>2</sup>/hab.), próxima da maior do ranking mundial, a cidade canadense Edmonton, com 100 m<sup>2</sup>/hab. (GOIÂNIA, 2013).

#### 4.1.1.3 João Pessoa-PB

A cidade de João Pessoa fundada em 5 de agosto de 1585, é a capital do estado da Paraíba, situada na região nordeste do Brasil. Com uma área territorial de 210,044 km<sup>22</sup> e população, estimada pelo IBGE em 2020, de 817.511 habitantes, a cidade possui razoáveis índices de desenvolvimento, como exemplo cita-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 2010, estimado em 0,763 e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) no qual a cidade obteve pontuação consolidada de 0.7753, no ano base de 2016. (PNUD, 2013; IBGE, 2020; FIRJAN, 2018).

Menciona-se ainda, que segundo Freitas (2009) a cidade pertence a uma região metropolitana, conforme a Lei Complementar de nº 59 de 2003, que institucionalizou a Região Metropolitana de João Pessoa composta por nove municípios: Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita. Diante disso, João Pessoa tem relações significativas com esse aglomerado urbano, e no sentido geográfico, essas cidades constroem uma grande mancha urbana que ultrapassam os limites políticos-administrativos de uma das localidades (FREITAS, 2009).

#### 4.1.1.4 Palmas-TO

A cidade de Palmas, inaugurada em 1989, é última cidade brasileira a ser planejada no século XX. Apresentando uma posição geográfica considerada privilegiada, funciona como um elo entre a região Norte e as demais (BRITO, 2009). Com uma área de mais 2.000 Km<sup>2</sup> e população, estimada pelo IBGE em 2018, de 291.855 habitantes, a cidade possui altos índices de desenvolvimento, como exemplo cita-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 2010, estimado em 0,788 e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) no qual a cidade obteve pontuação consolidada de 0.8010, no ano base de 2016.

A respeito da criação e consolidação da rede urbana de Palmas, Brito (2009) afirma que a cidade apresentou duas etapas no processo de consolidação de seu papel como centro regional, a primeira compreendida nos dez primeiros anos, denominada como cidade canteiro de obra, e

a segunda, de cidade consolidada. Na primeira fase, Palmas foi apresentada como um local estratégico e das oportunidades, processo bastante refletido na mídia; na cidade consolidada, a rede de articulação de transporte permite uma dinâmica comercial e financeira para a cidade e uma centralidade do transporte aéreo, cujo resultado é a dependência de outras cidades do Tocantins e estados vizinhos (BRITO, 2009).

Sendo assim, observa-se também que Palmas é atualmente considerada uma cidade polo, e de acordo com dados da pesquisa intitulada Região de Influência das Cidades 2007, realizada pelo IBGE (2008), exerce a função de Capital Regional B, apresentando uma centralidade muito forte. Sua influência socioeconômica abrange todo o estado do Tocantins, além do sudeste do Pará, do nordeste do Mato Grosso e do sul do Maranhão (IBGE, 2008).

#### 4.1.1.5 Vitória-ES

Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, situada na região Sudeste brasileira, foi fundada em 8 de setembro de 1551. Com uma área territorial relativamente pequena, sendo está de 97,123 km<sup>2</sup> e população, estimada pelo IBGE em 2020, de 365.855 habitantes, a cidade possui altos índices de desenvolvimento, como exemplo cita-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 2010, estimado em 0,845 e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) no qual a cidade obteve pontuação consolidada de 0.8244, no ano base de 2016. Com densidade demográfica 3.338,30 hab./km<sup>2</sup>, além da ilha principal, fazem parte do município, outras 34 ilhas e uma porção continental. (PNUD, 2013; IBGE, 2020; FIRJAN, 2018; DA SILVA E DE MENDONÇA, 2020).

Vitória possui, desde de 1984, um plano diretor urbano criado para nortear o crescimento e funcionamento da cidade. Com o intuito de garantir a qualidade de vida dos moradores e usuário da cidade. A finalidade foi a de criar critérios para o desenvolvimento ambiental, as atividades econômicas, os empreendimentos imobiliários, o desenvolvimento e a acessibilidade das pessoas ao espaço urbano, com uma visão bem definida e objetivos claros, em se tornar uma cidade sustentável, acessível e igualitária. (DA SILVA E DE MENDONÇA, 2020).

## 4.2 Avaliação Global

A presente seção corresponde aos resultados que equivalem à fase de elaboração de recomendação Método MACBETH e procura fornecer subsídios aos decisores e agidos diretos,

por meio de algumas ferramentas, para que estes tenham condições de aperfeiçoar cada alternativa e de analisar qual o conjunto de alternativas que mais contribui para a sustentabilidade fiscal e governança de cidades.

A Tabela 2 abaixo apresenta os níveis gerais de sustentabilidade fiscal e governança apresentados pelas capitais da amostra em termos de avaliação global em 2014 e 2016 conforme auferido pela ferramenta MACBETH, e a partir dos dados que constam nos planos diagnósticos de 2014 e 2016, após a ação das Redes de monitoramento que fizeram o levantamento dos indicadores referentes novamente. Foi observada uma avaliação aquém do que se espera de cidades conforme proposto pelo modelo desenvolvido. De modo que nenhuma cidade analisada, em nenhum dos dois anos avaliados pôde ser considerada como atuando de modo sustentável quantos aos seus aspectos fiscais e de governança.

Tabela 2 – Avaliação global.

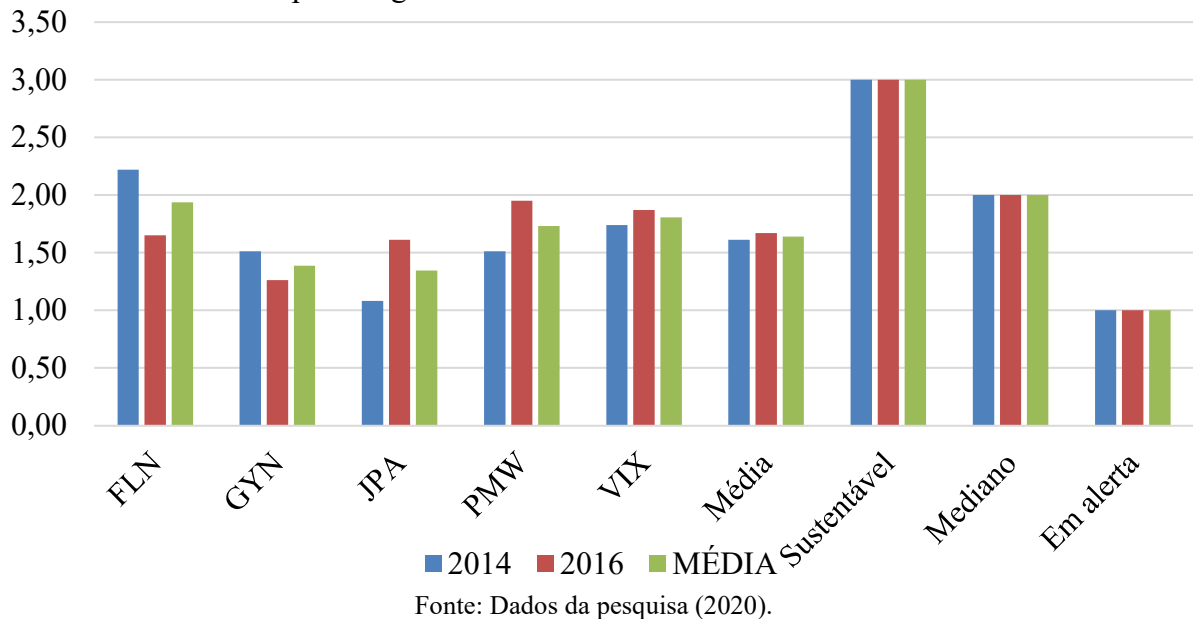
Cidade	Ano	Índice	Global	Diferença em relação ao nível N3	
FLN	2014	2,22	111,17	0,78	38,83
	2016	1,65	82,30	1,35	67,7
	Evolução	-0,57	-28,87	-	-
GYN	2014	1,51	75,47	1,49	74,53
	2016	1,26	62,80	1,74	87,20
	Evolução	-0,25	-12,67	-	-
JPA	2014	1,08	53,92	1,92	96,08
	2016	1,61	80,49	1,39	69,51
	Evolução	0,53	26,57	-	-
PMW	2014	1,51	75,47	1,49	74,53
	2016	1,95	97,67	1,05	52,33
	Evolução	0,44	22,20		
VIX	2014	1,74	87,12	1,26	62,88
	2016	1,87	93,38	1,13	56,62
	Evolução	0,13	6,26	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Das 05 cidades aqui analisadas, com exceção de Florianópolis em 2014, todas apresentaram índices abaixo do ponto mediano de sustentabilidade fiscal e de governança, sendo este estabelecido em 2,00. Quanto à diferença entre os índices mensurados e o índice máximo de valor 3,00 a mesma foi fixada entre 0,78 e 1,92 pontos. Já a diferença relativa às pontuações globais auferidas e a pontuação máxima, definida em 150 pontos, ficou entre 38,83 e 96,08 pontos.

Comparando 2014 com 2016 a cidade de Florianópolis saiu do nível N2 (no caminho) e passou a ser classificado com N1 (em alerta). A cidade de Goiânia também apresentou decréscimo em sua pontuação de 2016. As demais capitais apresentaram pequenas melhoras em seus desempenhos, porém em ambos os períodos foram avaliados como estando “em alerta”. Em termos de avaliação global todas as capitais analisadas apresentaram desempenho N1 (em alerta) ficando assim bem distantes do nível ideal de sustentabilidade fiscal e de governança. O Gráfico 1 ilustra o desempenho e as referências em termos de índices gerais mensurados.

Gráfico 1 – Desempenhos globais e as referências em termos de índices mensurados.



Conforme apresentado na Tabela 2 e no Gráfico 1, Florianópolis e Goiânia foram as cidades que obtiveram decréscimos em seus índices e valores globais, entre o primeiro e o segundo ano estudados. João Pessoa apresentou melhoras em suas pontuações, mas não o suficiente para sair do nível N1 “em alerta” assim como Palmas e Vitória. Todas as pontuações estão expostas no APENDICE G.

Diante deste quadro de modo geral, tem-se que todas as capitais analisadas encontram-se semaforizadas como “em alerta” pontuando entre 1,00 e 1,99 e apresentando gestões que não aplicam mecanismos de governança modernos e efetivos que proporcionem participação cidadã, geração de recursos próprios, gestão adequada, transparente e eficiente. Incapazes de manter as políticas atuais sem demandar grandes ajustes no futuro. A seguir serão apresentadas as avaliações de acordo com as áreas de preocupação estabelecidas.

### 4.3 Área de preocupação 1 - Mecanismos adequados de governo

A primeira área de preocupação denominada Mecanismos adequados de governo, corresponde a 38,33% da avaliação total e é composta por 3 pontos de vista fundamentais, 6 pontos de vista elementares e 11 descritores, também chamados de subPVE's, relativos à mecanismos adequados de governo relacionados a questões de gestão pública participativa, moderna e transparente. Como detalhado no Quadro 8.

Quadro 8 - Área de preocupação 1 - Mecanismos adequados de governo.

Área	PVF	PVE	Descritor - subPVE
1 Mecanismos adequados de governo	1.1 Gestão pública participativa	1.1.1 Participação do cidadão no planejamento da gestão pública	1.1.1.1 Existência de um processo de planejamento participativo
			1.1.1.2 Existência de um orçamento participativo
		1.1.2 Prestação de contas aos cidadãos	1.1.2.1 Sessões públicas de prestação de contas por ano
	1.2 Gestão pública moderna	1.2.1 Processos modernos de gestão pública do orçamento municipal	1.2.1.1 Existência de orçamento plurianual
			1.2.1.2 Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho
		1.2.2 Sistemas modernos de gestão pública do governo municipal	1.2.2.1 Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal
			1.2.2.2 Existência de sistemas de aquisições eletrônicos
	1.3 Transparência Pública	1.3.1 Transparência e auditoria da gestão pública	1.3.1.1 Índice de transparência
			1.3.1.2 Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas
			1.3.1.3 Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros
		1.3.2 Acesso à informação	1.3.2.1 Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Conforme o modelo de avaliação aqui utilizado considera-se que o nível N3 é alcançado quando a gestão municipal atua de modo “sustentável”, possuindo mecanismos adequados de governo ao desenvolver ações que promovam positivamente a gestão pública participativa, moderna e transparente. O N2 é estabelecido quando a gestão apresenta atuação mediana,

precisando melhorar, e o N1 quando não apresenta bons desempenhos sendo assim insustentáveis. Já o N0 se dá quando atua de forma bastante insustentável e/ou deixou de fornecer informações.

Em atenção aos desempenhos auferidos foi possível verificar que em 2014 as melhores avaliadas na área de preocupação 1 foram as cidades de Vitória e Florianópolis e a pior a cidade de Goiânia. Já em 2016, João Pessoa apresentou uma melhora e saiu do nível N1 para N2. A Tabela 3 traz os índices auferidos.

Tabela 3 – Avaliação da Área de preocupação 1 - Mecanismos adequados de governo.

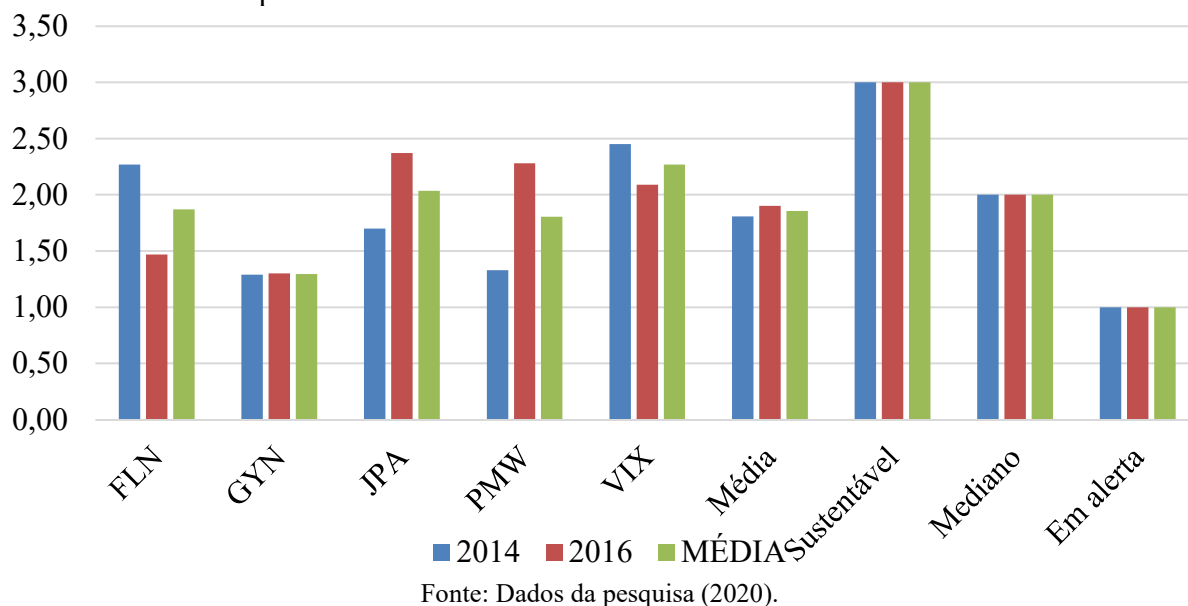
<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,27	0,73
	2016	1,47	1,53
	Evolução	-0,80	-
Goiânia	2014	1,29	1,71
	2016	1,30	1,70
	Evolução	0,01	-
João Pessoa	2014	1,70	1,30
	2016	2,37	0,63
	Evolução	0,67	-
Palmas	2014	1,33	1,67
	2016	2,28	0,72
	Evolução	0,95	-
Vitória	2014	2,45	0,55
	2016	2,09	0,91
	Evolução	-0,36	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Através das médias calculadas a partir dos resultados dos dois anos analisados observa-se que os melhores índices foram auferidos à Vitória, João Pessoa, e Florianópolis, estando as três capitais classificadas como N2 (no caminho). No entanto apesar de Vitória e Florianópolis terem apresentado as únicas quedas de desempenhos e Goiânia ter se mantido estável no nível N1, as demais elevaram seus índices e passaram do nível “em alerta” para “no caminho”. O Gráfico 2 ilustra o desempenho e as referências em termos de índices mensurados.



Gráfico 2 - Desempenho e as referências em termos de índices mensurados na área 1



Das 05 capitais analisadas, com exceção de Florianópolis e Vitória, em 2014, todas as outras apresentaram níveis abaixo do ponto mediano de sustentabilidade fiscal e de governança, sendo este estabelecido em 2,0 estando assim “em alerta”. Em 2016 Florianópolis e Goiânia tiveram desempenho N1 (em alerta) e as demais evoluíram para N2 (no caminho). A diferença entre os índices mensurados e o índice máximo de valor 3,0 fixada entre 0,55 e 1,71 pontos. A seguir serão expostas as avaliações dos pontos de vista fundamentais e elementares, e dos descritores que compõem a área de preocupação 1.

O primeiro ponto de vista fundamental (PVF 1.1) da área de preocupação 1 refere-se a Gestão Pública Participativa, sendo ela composta por dois pontos de vista elementares e três descritores. A participação do cidadão no governo local é uma parte importante da democracia e da autodeterminação. Ela também dá lugar a uma base de apoio local forte para o governo, que pode monitorar melhor as necessidades dos cidadãos, manter um controle atento das funções e representar os desejos de todos os cidadãos (ONU-HABITAT, 2004).

A Tabela 4 apresenta as notas das cidades cujos desempenhos foram mensurados com base em dados referentes ao PVF 1.1, a partir dos descritores Participação do cidadão no planejamento da gestão pública e Prestação de contas aos cidadãos.

Tabela 4 - PVF 1.1 Gestão Pública Participativa.

Cidade	Ano	Desempenho	Diferença em relação ao nível N3
Florianópolis	2014	2,71	0,29
	2016	0,51	2,49
	Evolução	-2,20	-

Goiânia	2014	-0,15	3,15
	2016	-0,50	3,50
	Evolução	-0,35	-
João Pessoa	2014	2,36	0,64
	2016	1,71	1,29
	Evolução	-0,65	-
Palmas	2014	2,00	1,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	1,00	-
Vitória	2014	2,34	0,66
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,66	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2014 a cidade de Florianópolis obteve a melhor pontuação, no entanto seu desempenho sofreu queda considerável em 2016, colocando a cidade “em alerta”. João Pessoa, que posteriormente caiu para o nível N1 após perder 0,65 pontos. Goiânia apresentou os piores desempenhos tanto em 2014 quanto em 2016, obtendo notas negativas, abaixo de zero em ambos os anos, estando assim no nível N0, sendo este o pior cenário.

Apenas as cidades de Palmas e Vitória melhoraram seus desempenhos com o passar do tempo e alcançaram em 2016 o nível N3 (sustentável), apresentando assim uma atuação considerada positiva e adequada em termos de Gestão Pública Participativa. A diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo, de valor 3,0 fixado entre 0,00 e 3,15 pontos.

Como desdobramento do PVF 1.1 inicialmente avalia-se o PVE 1.1.1 referente à Participação do cidadão no planejamento da gestão pública, mensurada a partir da existência de um processo de planejamento participativo e a existência de um orçamento participativo. A Tabela 5 apresenta os desempenhos e médias auferidos pelas capitais analisadas.

Tabela 5 - PVE 1.1.1 Participação do cidadão no planejamento da gestão pública.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,56	0,44
	2016	-0,70	3,70
	Evolução	-1,86	-
Goiânia	2014	-0,70	3,70
	2016	-0,70	3,70
	Evolução	0,00	-
João Pessoa	2014	2,05	0,95
	2016	2,05	0,95

	Evolução	0,00	-
Palmas	2014	1,51	1,49
	2016	3,00	0,00
	Evolução	1,49	-
Vitória	2014	2,02	0,98
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,98	-

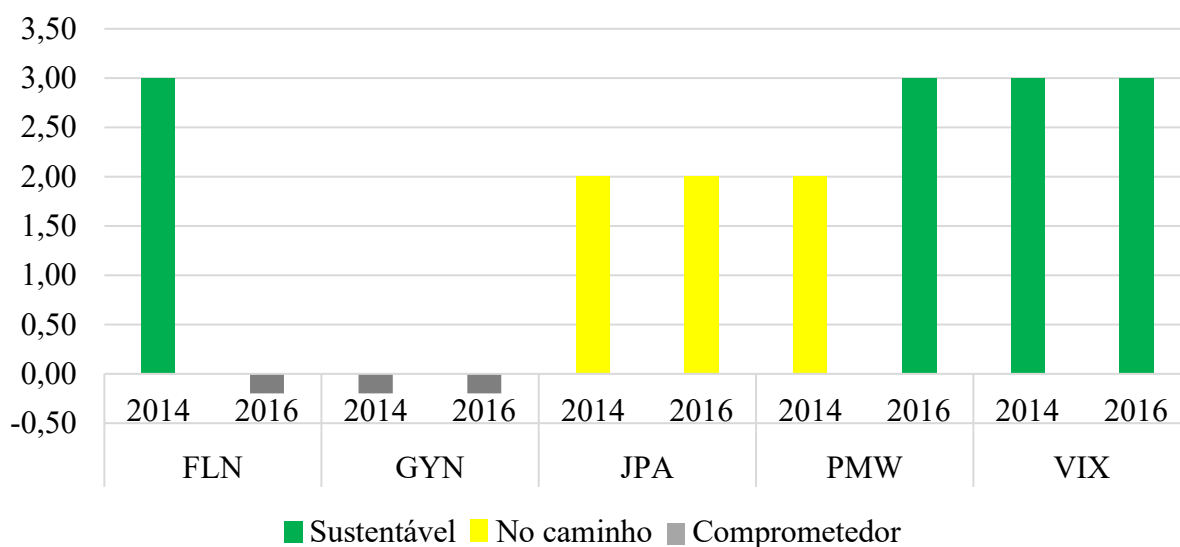
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A cidade de Florianópolis apesar de ter o melhor desempenho em 2014, com 2,56 pontos no segundo ano obteve o pior resultado, juntamente com Goiânia, sendo este de -0,70 (comprometedor), com pontuações negativas que representam penalidades causadas pelo não cumprimento de critérios ou não disponibilização de dados. Não atuou, assim, no sentido de promover a participação do cidadão no planejamento da gestão pública, apresentando desempenhos considerados como sendo totalmente insustentáveis. João Pessoa apresentou a mesma avaliação nos períodos auferidos, sendo a mesma 2,05, equivalente ao desempenho mediano, N2 (no caminho).

Palmas e Vitória foram as únicas cidades que apresentaram melhora em seus desempenhos, alcançando a nota 3,00 em 2016 que demonstra uma atuação da gestão municipal dentro dos padrões positivos de sustentabilidade no PVE; sendo a diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo, de valor 3,0, fixada entre 0,00 e 3,70 pontos.

O descritor Existência de um processo de planejamento participativo (subPVE 1.1.1.1.) refere-se à existência de um processo de planejamento participativo em cooperação com organizações comunitárias e com participação dos cidadãos. A participação do cidadão no governo local é uma parte importante da democracia e da autodeterminação. Ela também dá lugar a uma base de apoio local forte para o governo, que pode monitorar melhor as necessidades dos cidadãos, manter um controle atento das funções e representar os desejos de todos os cidadãos (UN-HABITAT, 2004, p. 51). O Gráfico 3 apresenta os resultados.

Gráfico 3 - subPVE 1.1.1.1 - Existência de um processo de planejamento participativo.



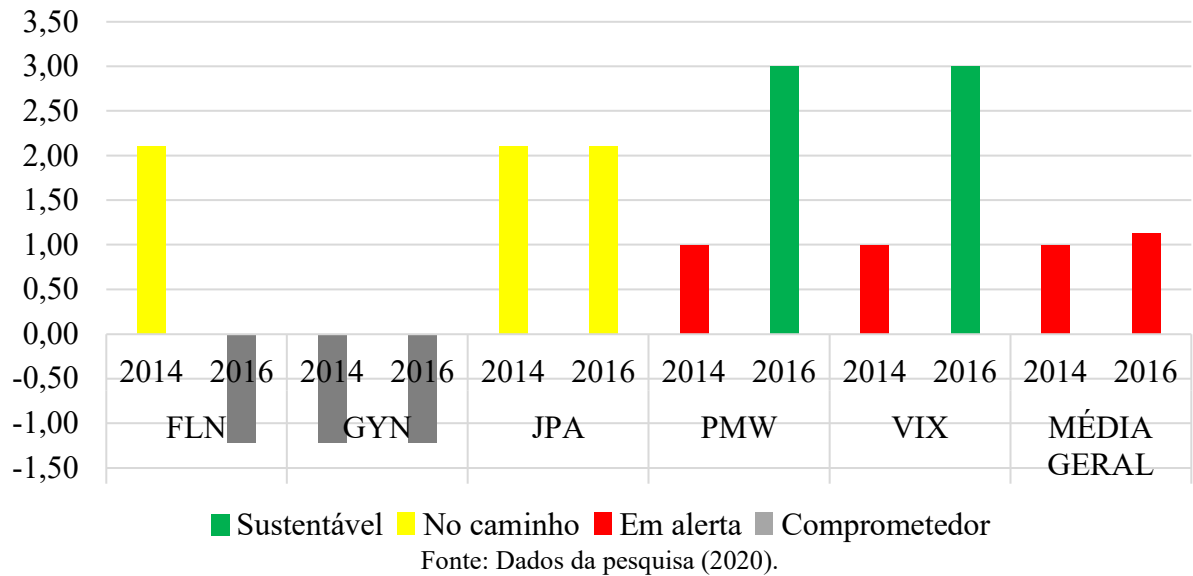
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2014 Florianópolis e Vitória alcançaram pontuação máxima, considerada como sustentável e João Pessoa e Palmas foram avaliadas como sendo N2 - “no caminho” pois o seu planejamento não era totalmente participativo. Goiânia apresentou desempenho comprometedor (N0) nos dois períodos pois não foram localizados os dados referentes. Em 2016 destaca-se a queda na avaliação de Florianópolis que passou a ser considerada como comprometedor e a melhora no desempenho da cidade de Palmas que passou ao nível N3 (sustentável) juntamente com Vitória.

O subPVE 1.1.1.2 - Existência de um orçamento participativo refere-se à participação da sociedade civil na programação orçamentária municipal e porcentagem do orçamento definida com essa participação. A preparação de um orçamento participativo é um processo democrático no qual os membros de uma comunidade decidem diretamente como gastar uma parte do orçamento público.

A maior parte dos exemplos existentes envolve governos de cidades que submeteram às assembleias de cidadãos as decisões sobre o orçamento municipal, como as relativas a prioridades gerais e a escolha de novos investimentos. O Gráfico 4 expõe o desempenho das cidades no subPVE 1.1.1.2.

Gráfico 4 - subPVE 1.1.1.2 - Existência de um orçamento participativo.



De acordo com o método utilizado considera-se sustentável (N3) a participação da sociedade civil na definição de pelo menos 10% do total do orçamento municipal. No primeiro período avaliado (2014) destaca-se que nenhuma cidade alcançou o nível de sustentabilidade estabelecido, sendo os melhores desempenhos obtidos por Florianópolis e João Pessoa e classificados com N2 -“No caminho” que se refere à participação da sociedade civil na definição de um valor inferior a 10% do total do orçamento e Palmas e Vitória foram consideradas N1, pois o planejamento não é participativo. Já em 2016 Palmas e Vitória apresentaram melhoras e alcançaram o nível N3 e João Pessoa se manteve no nível N2.

O segundo ponto de vista elementar da presente área é denominado Prestação de contas aos cidadãos (PVE 1.1.2), e é composto por apenas um descritor sendo este o subPVE 1.1.2.1 Sessões públicas de prestação de contas por ano, que se refere ao número de sessões anuais nas quais o município presta contas publicamente sobre sua gestão. Devido ao fato de PVE ser composto por um único descritor os valores mensurados são os mesmos tanto para o PVE quanto para o subPVE. A Tabela 6 demonstra como foram avaliadas as cinco capitais estudadas.

Tabela 6 - PVE 1.1.2 Prestação de contas aos cidadãos - subPVE 1.1.2.1 Sessões públicas de prestação de contas por ano.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	3,00	0,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,00	-
Goiânia	2014	1,00	2,00
	2016	-0,09	3,09
	Evolução	-0,91	-
João Pessoa	2014	3,00	0,00
	2016	1,00	2,00
	Evolução	-2,00	-
Palmas	2014	3,00	0,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,00	-
Vitória	2014	3,00	0,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,00	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Considera-se como tendo atuação sustentável a gestão pública municipal que realiza mais de uma sessão pública de prestação de contas ao ano, sendo em 2014 este nível (N3) alcançado por Florianópolis, João Pessoa, Palmas e Vitória enquanto Goiânia obteve desempenho N1 (em alerta), por não realizar sessões públicas anuais de prestação de contas. No ano de 2016 registrou-se apenas 2 variações, onde João Pessoa passou ao nível de alerta, enquanto Florianópolis, Palmas e Vitória mantiveram o índice máximo de 3,0 pontos e Goiânia foi penalizada pois as informações não foram localizadas pela Rede de Monitoramento, sendo a diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo, estabelecida entre 0,00 e 3,09 pontos.

O segundo ponto de vista fundamental da área de preocupação 1 que se refere a Gestão Pública Moderna (PVF 1.2), é composto por dois pontos de vistas elementares e quatro descritores. A Tabela 7 apresenta os valores mensurados nas 5 capitais a partir de dados referentes a modernização da gestão pública municipal.

Tabela 7 - PVF 1.2 Gestão pública moderna.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,49	0,51
	2016	2,21	0,79
	Evolução	-0,28	-
Goiânia	2014	2,21	0,79
	2016	2,27	0,73
	Evolução	0,06	-
João Pessoa	2014	1,73	1,27
	2016	2,49	0,51
	Evolução	0,76	-
Palmas	2014	1,24	1,76
	2016	3,00	0,00
	Evolução	1,76	-
Vitória	2014	3,00	0,00
	2016	2,49	0,51
	Evolução	0,51	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em 2014 as cidades de Vitória, Florianópolis e Goiânia, respectivamente foram as mais sustentáveis quanto à sua modernização, cumprindo positivamente todos os requisitos exigidos, por outro lado Palmas foi a pior avaliada estando “em alerta” juntamente com João Pessoa. Já no ano de 2016 Palmas foi a melhor avaliada, ao pontuar com 3,0 pontos e Florianópolis a pior, depois de perder 0,28 pontos e apresentar desempenho “no caminho” juntamente com Goiânia, João Pessoa e Vitória, o que significa que suas gestões não cumpriram todos os requisitos exigidos. Quanto à diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo, a mesma foi fixada entre 0,00 e 1,76 pontos.

Em atenção aos processos modernos de gestão pública do orçamento municipal, relativos ao ponto de vista elementar PVE 1.2.1, que é composto pelos descritores subPVE 1.2.1.1 - Existência de orçamento plurianual e subPVE - 1.2.1.2 - Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores. Destaca-se que os índices mensurados apresentaram variações consideráveis entre 2014 e 2016. A Tabela 8 demonstra como foi avaliado o ponto de vista elementar PVE 1.2.1, cuja diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo, foi fixada entre 0,00 e 1,45 pontos.

Tabela 8 - PVE 1.2.1 - Processos modernos de gestão pública do orçamento municipal.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,56	0,44
	2016	2,00	1,00
	Evolução	-0,56	-
Goiânia	2014	2,00	1,00
	2016	1,55	1,45
	Evolução	-0,45	-
João Pessoa	2014	2,00	1,00
	2016	2,56	0,44
	Evolução	0,56	-
Palmas	2014	1,00	2,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	2,00	-
Vitória	2014	3,00	0,00
	2016	2,00	1,00
	Evolução	-1,00	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2014 apenas a cidade de Vitória foi considerada como sendo sustentável no ponto de vista elementar 1.2.1, João Pessoa, Goiânia e Florianópolis foram consideradas como medianas, “no caminho” e Palmas como sendo “em alerta”. Em 2016 apenas a cidade de Palmas foi considerada como atuando de acordo com os parâmetros estabelecidos como sendo sustentáveis e Goiânia teve seu desempenho avaliado como sendo N1 (em alerta). De modo geral em conjunto as cidades apresentaram um desempenho médio equivalente ao nível N2 (no caminho).

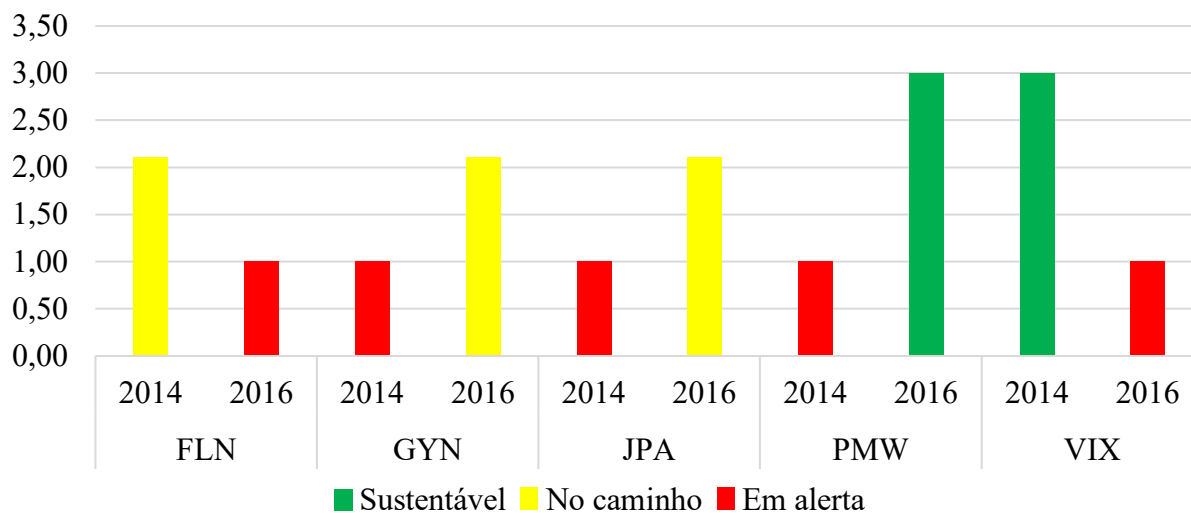
De acordo com a avaliação o descritor subPVE 1.2.1.1 - Existência de orçamento plurianual verifica se a cidade tem um orçamento plurianual com planejamento de receita e despesa de pelo menos dois anos, do qual se vale para estabelecer requisitos orçamentais futuros para serviços existentes, avaliar as implicações de mudanças futuras de políticas e novos programas em termos de recursos assim como destinar recursos dentro de restrições fiscais.

Este descritor serve como parâmetro para o estabelecimento de requisitos orçamentais futuros para serviços existentes, bem como para avaliação das implicações de mudanças vindouras de políticas e novos programas em termos de recursos, assim como para a destinação de recursos dentro de restrições fiscais. O mesmo possui um enfoque de médio prazo para o orçamento e auxilia entre outros pontos, na manutenção do controle dos gastos (ICES, 2013),



sendo o nível de sustentabilidade alcançado quando a cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos. No Gráfico 5, tem-se as avaliações obtidas pelas cidades analisadas.

Gráfico 5 - subPVE 1.2.1.1 - Existência de orçamento plurianual.



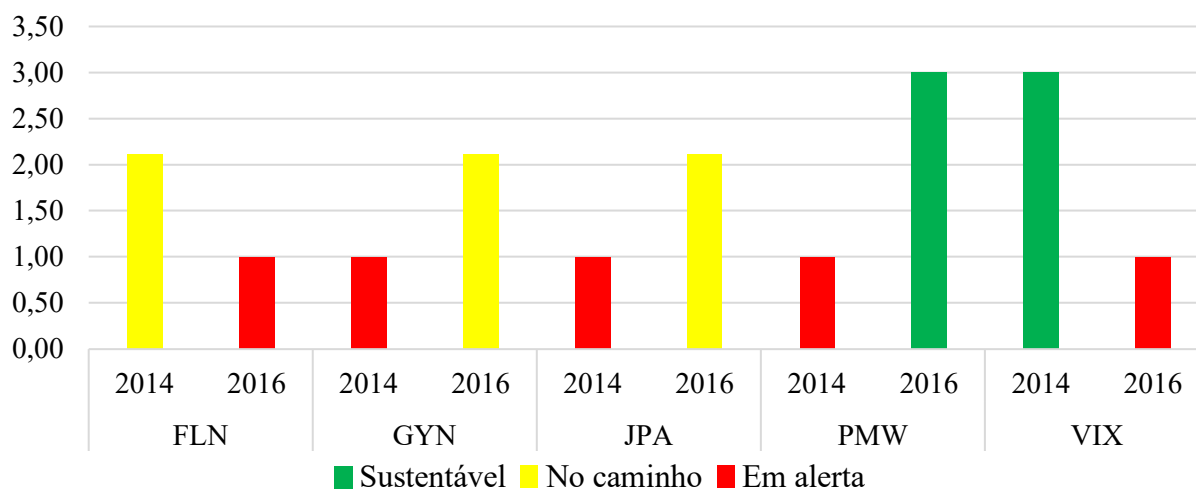
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em 2014 apenas a cidade de Vitória apresentou desempenho N3 (sustentável) pois tinha um orçamento projetado para os próximos três anos, assim como Palmas em 2016. Já as cidades de Goiânia, João Pessoa e Palmas obtiveram pontuação em alerta (N1) uma vez que tinham orçamentos que só contemplavam um ano e Florianópolis por ter um orçamento projetado para os próximos dois anos foi marcado com 2,0 pontos e considerado “no caminho”. Em 2016, Florianópolis e Vitória pioraram seus desempenhos e caíram para o nível “em alerta”. E Goiânia e João Pessoa melhoraram e passaram para o nível N2 (no caminho).

O descritor subPVE 1.2.12 - Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho refere-se ao reconhecimento financeiro individual diretamente associado à consecução de objetivos, sendo este possível de ser realizado mediante aumento de salário, remuneração diferenciada e bonificações anuais, entre outros estímulos. Sua importância reside na possibilidade de o mesmo contribuir para a atração e retenção de bons servidores, além de incentivar um bom desempenho. Contribuindo ainda para o alcance de mais transparência e justiça no sistema público de remuneração (ICES, 2013).

Assim, de acordo com a avaliação, o indicador verifica se a remuneração do pessoal é calculada mediante um sistema de indicadores de desempenho. Sendo considerado sustentável quando a remuneração de pelo menos 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho. No Gráfico 6, tem-se a avaliação das cidades no descritor subPVE 1.2.12.

Gráfico 6 - Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme observado, apenas Palmas em 2016 e Vitória em 2014 alcançaram o nível de sustentabilidade estabelecido, recebendo a classificação N3, quando a remuneração de ao menos 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema indicadores de desempenho. Já as cidades de Florianópolis e Vitória em 2016 e Goiânia, João Pessoa e Palmas em 2014 foram avaliadas com o nível em alerta, estabelecido quando a remuneração não é calculada por um sistema de indicadores de desempenho ou a remuneração de menos de 10% do pessoal incorpora os resultados de avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho. O nível N2 (no caminho) fixado quando remuneração de 10% a 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho foi auferido em Florianópolis em 2014 e Goiânia e João Pessoa em 2016.

O ponto de vista elementar PVE 1.2.2 - Sistemas modernos de gestão pública do governo municipal composto pelos descritores subPVE 1.2.2.1 Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal busca identificar se existem sistemas eletrônicos em funcionamento para medir o cumprimento dos objetivos e das metas da municipalidade. Enquanto o subPVE 1.2.2.2 Existência de sistemas de aquisições eletrônicos avalia se a municipalidade dispõe de um sistema eletrônico para efetuar aquisições e contratações. A Tabela 9 apresenta a avaliação das cinco capitais estudadas.

Tabela 9 - PVE 1.2.2 Sistemas modernos de gestão pública do governo municipal.

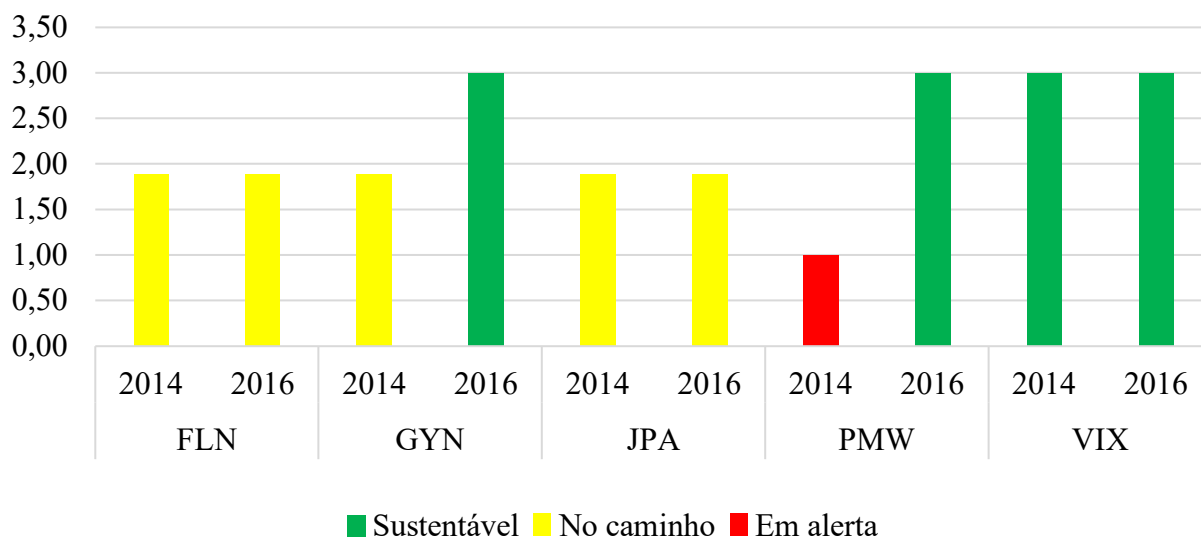
<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,43	0,57
	2016	2,43	0,57
	Evolução	0,00	-
Goiânia	2014	2,43	0,57
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,57	-
João Pessoa	2014	1,46	1,54
	2016	2,43	0,57
	Evolução	0,97	-
Palmas	2014	1,49	1,51
	2016	3,00	0,00
	Evolução	1,51	-
Vitória	2014	3,00	0,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,00	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2014 a cidade de Vitória foi a única que obteve a pontuação máxima de 3,00 pontos. No nível mediano, “em alerta” ficaram Florianópolis e Goiânia, ambos com 2,43 pontos. Já João Pessoa e Palmas obtiverem classificação abaixo de 1,50, sendo consideradas como “em alerta”. No ano de 2016 todas as cidades, com exceção de Florianópolis, que manteve a pontuação mediana anterior, apresentaram melhoras em suas pontuações de modo que Goiânia, Palmas e Vitória passaram a ser pontuar como atuando de modo sustentável e João Pessoa alcançou o desempenho N2 (no caminho). Sendo a diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo, estabelecida entre 0,00 e 1,54 pontos.

O descritor subPVE 1.2.2.1 - Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal mensura o cumprimento dos objetivos e das metas da municipalidade. Segundo a ICES (2013) além de ser um dos primeiros passos no processo de motivação, aumentar a transparência bem como registrar e apresentar o progresso de um município por meio eletrônico, ele torna mais eficiente o registro e a divulgação das informações. No Gráfico 7, tem-se a avaliação da existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal.

Gráfico 7 - subPVE 1.2.2.1 - Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal.

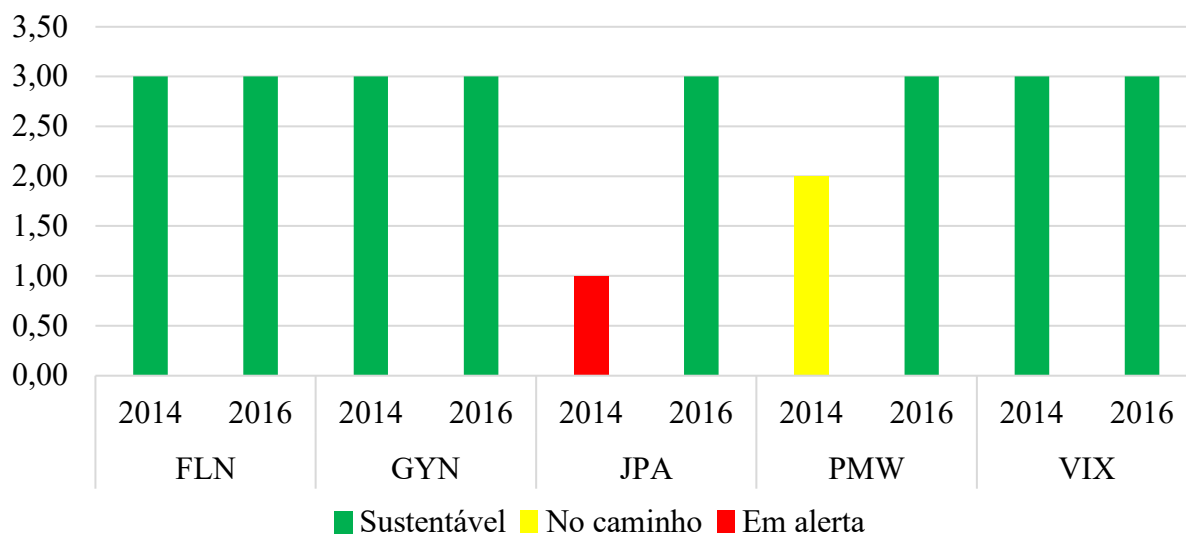


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O nível ideal de sustentabilidade é estabelecido quando há um sistema eletrônico que mede os avanços e resultados da gestão municipal sendo este alcançado em 2014 e 2016 por Vitória e por Goiânia em 2016. O nível de impacto N2 é obtido quando há um sistema que mede os avanços e resultados da gestão municipal, mas ele é manual, sendo o mesmo auferido em 2014 pelas cidades de Florianópolis, Goiânia e João Pessoa e em 2016 por Florianópolis e João Pessoa. Apenas a cidade de Palmas em 2014 obteve classificação N1, quando não há um sistema de prestação de contas que meça os avanços e resultados da gestão municipal. Neste descritor observa-se que Florianópolis e João Pessoa se mantiveram estáveis enquanto as demais cidades melhoraram.

O descritor Existência de sistemas de aquisições eletrônicos (subPVE 1.2.2.1) é utilizado para efetuar aquisições e contratações. Os sistemas facilitam o acesso a ofertas públicas e aumenta a concorrência. Além disso, promove a transparência do ciclo de aquisições, o que permite que cidadãos e empresas responsabilizem mais as autoridades. Segundo a metodologia ICES (2013) o uso de tecnologias da informação e comunicação em aquisições públicas pode reduzir a carga administrativa e os custos tanto para o governo quanto para empresas. Os canais eletrônicos também podem significar economia de tempo, melhorando os níveis de atendimento e potencialmente ajudando a reduzir preços. No Gráfico 8, tem-se os desempenhos da existência de sistemas de aquisições eletrônicos.

Gráfico 8 - subPVE 1.2.2.1 - Existência de sistemas de aquisições eletrônicos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O descritor verifica se a municipalidade dispõe de um sistema eletrônico para efetuar aquisições e contratações, sendo o nível de sustentabilidade (N3) alcançado quando há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas. Sendo este patamar auferido a todas as cidades no ano de 2016. Enquanto em 2014 Palmas obteve classificação “no caminho” e João Pessoa obteve desempenho N1. As demais obtiveram pontuação N3 em 2014.

O terceiro e último ponto de vista fundamental da área de preocupação em refere-se à transparência pública e é composto por dois pontos de vista elementares e quatro descritores. A Tabela 10 apresenta os valores auferidos das cidades nos anos de 2014 e 2016 no PVF 1.3.

Tabela 10 - PVF 1.3 Transparência.

Cidade	Ano	Desempenho	Diferença em relação ao nível N3
Florianópolis	2014	1,70	1,03
	2016	1,44	1,56
	Evolução	-0,26	-
Goiânia	2014	1,44	1,56
	2016	1,69	1,31
	Evolução	0,25	-
João Pessoa	2014	1,15	1,85
	2016	2,50	0,50
	Evolução	1,35	-
Palmas	2014	0,89	2,11
	2016	0,95	2,05

	Evolução	0,06	-
Vitória	2014	1,95	1,05
	2016	0,95	2,05
	Evolução	-1,00	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme dados expostos é possível observar que as cidades apresentaram uma avaliação aquém do que se esperava conforme proposto pelo modelo utilizado. Em 2014 todas as cidades apresentaram desempenho N1 (em alerta) o que de acordo com a avaliação representa uma transparência baixa. Sendo que Vitória e Florianópolis, respectivamente, alcançaram as melhores pontuações e as piores de Palmas e João Pessoa.

No ano de 2016 todas as cidades apresentaram desempenho N1 (em alerta), com exceção de João Pessoa que apresentou índice de 2,50, ou seja, N2 (no caminho). Sendo em 2016 de João Pessoa o melhor desempenho e de Palmas e Vitória os piores. Quanto à diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo, a mesma foi estabelecida entre 0,50 e 2,11 pontos.

O primeiro ponto de vista elementar referente à Transparência é denominado PVE 1.3.1 Transparência e auditoria da gestão pública e é aferido a partir de três descritores distintos. A Tabela 11 apresenta os valores auferidos nos anos de 2014 e 2016.

Tabela 11 - PVE 1.3.1 Transparência e auditoria da gestão pública.

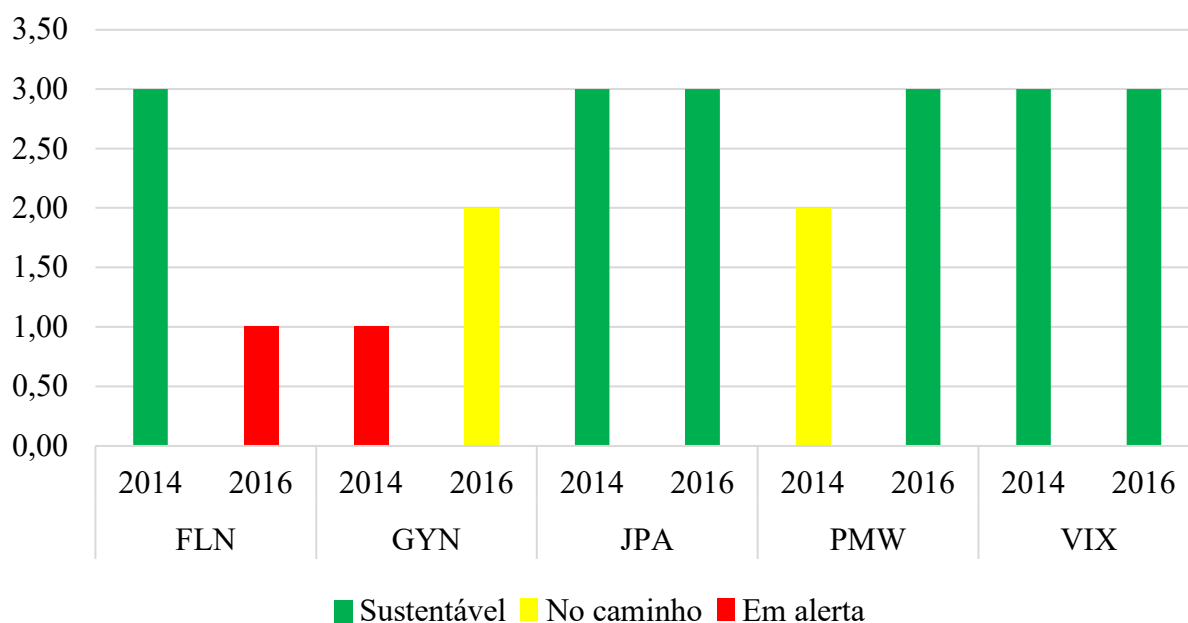
<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,67	0,33
	2016	2,33	0,67
	Evolução	-0,34	-
Goiânia	2014	2,33	0,67
	2016	2,67	0,33
	Evolução	0,34	-
João Pessoa	2014	1,94	1,06
	2016	2,67	0,33
	Evolução	0,73	-
Palmas	2014	1,60	1,40
	2016	1,67	1,33
	Evolução	0,07	-
Vitória	2014	2,00	1,00
	2016	1,67	1,33
	Evolução	-0,33	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme dados expostos é possível observar que as cidades apresentaram uma avaliação mediana conforme proposto pelo modelo utilizado. Em 2014 Florianópolis, Goiânia e Vitória alcançaram o nível de impacto N2 (no caminho) e João Pessoa e Palmas foram avaliadas no nível N1 (em alerta). No ano de 2016 Goiânia, João Pessoa e Florianópolis tiveram os melhores desempenhos, equivalente a N2 (no caminho) e Palmas e Vitória os piores sendo assim avaliadas no nível N1 (em alerta). A diferença dos índices mensurados em relação ao índice máximo foi estabelecida entre 0,33 e 1,40 pontos.

O subPVE 1.3.1.1 Índice de transparência se refere à pontuação da municipalidade em um índice de transparência nacional para municípios, se houver. De modo que a pontuação de um território indica o nível percebido de corrupção no setor público desse numa escala de 0 a 10, na qual 0 significa que se percebe o mesmo como muito corrupto e 10, muito transparente. A colocação de um território no índice mostra sua posição em relação aos demais territórios nele incluídos. É importante levar em conta que as posições podem mudar simplesmente com a entrada ou a saída de membros do índice. No Gráfico 9, tem-se o índice de transparência das cinco capitais.

Gráfico 9 - subPVE 1.3.1.1 Índice de transparência.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

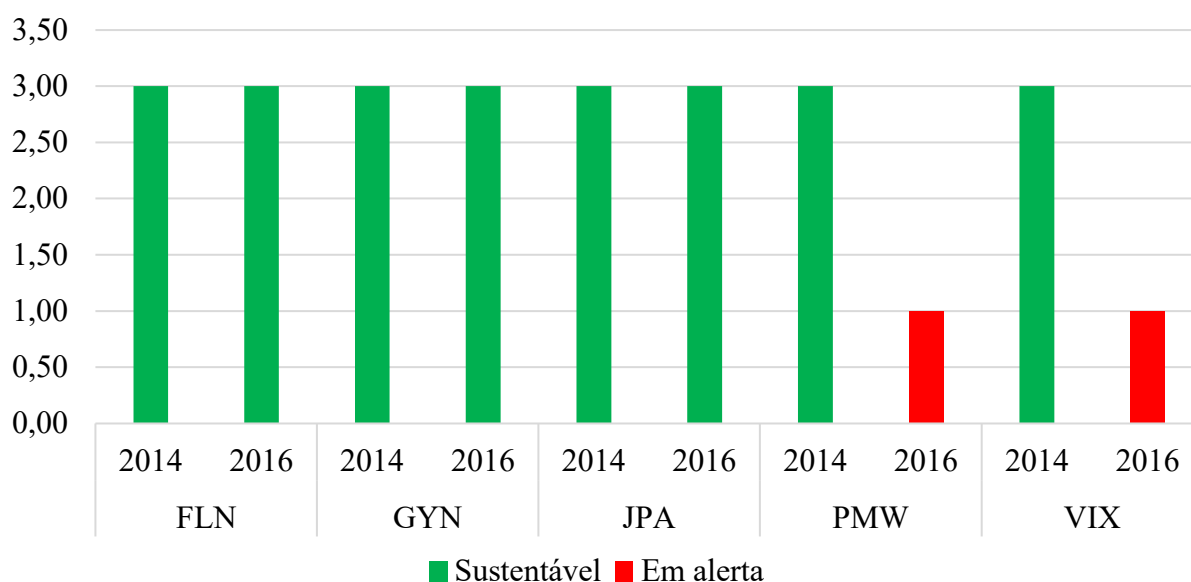
De acordo com os dados expostos no ano de 2014 as cidades de Florianópolis, João Pessoa e Vitória foram consideradas como sendo sustentáveis ao obterem notas acima de 6 (seis) em índices de Transparência. Já Palmas obteve desempenho N2 pois seu índice de transparência estava entre 3,0 e 6,0 pontos. Goiânia obteve desempenho N1 pois seu índice foi

abaixo de 3.0. Em 2016 João Pessoa, Palmas e Vitória alcançaram o patamar mais alto, sendo este o N3, enquanto Goiânia apresentou desempenho N2 e Florianópolis recebeu a classificação N1.

O descritor subPVE 1.3.1.2 - representa a divisão do número de contas da municipalidade que são auditadas com independência em relação ao grupo de auditoria interno com o “número total de contas da municipalidade. Segundo a ICES (2013) as auditorias de governo proporcionam a análise e informações objetivas requeridas para se tomar as devidas decisões necessárias para ajudar a se conseguir um futuro melhor.

As auditorias de governo são essenciais para a prestação de contas a legisladores, organismos de supervisão, autoridades governamentais e o público em geral. Em virtude do alcance que possuem, as auditorias oferecem uma avaliação independente, objetiva e não partidária da administração, do desempenho ou do custo das políticas, programas ou operações governamentais. A porcentagem de contas auditadas do governo municipal é determinada pela divisão do número de contas do governo municipal auditadas independentemente do grupo de auditores internos pelo número total de contas do governo municipal. No Gráfico 10, tem-se a os desempenhos auferidos.

Gráfico 10 - subPVE 1.3.1.2 - Porcentagem de contas da municipalidade auditadas.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

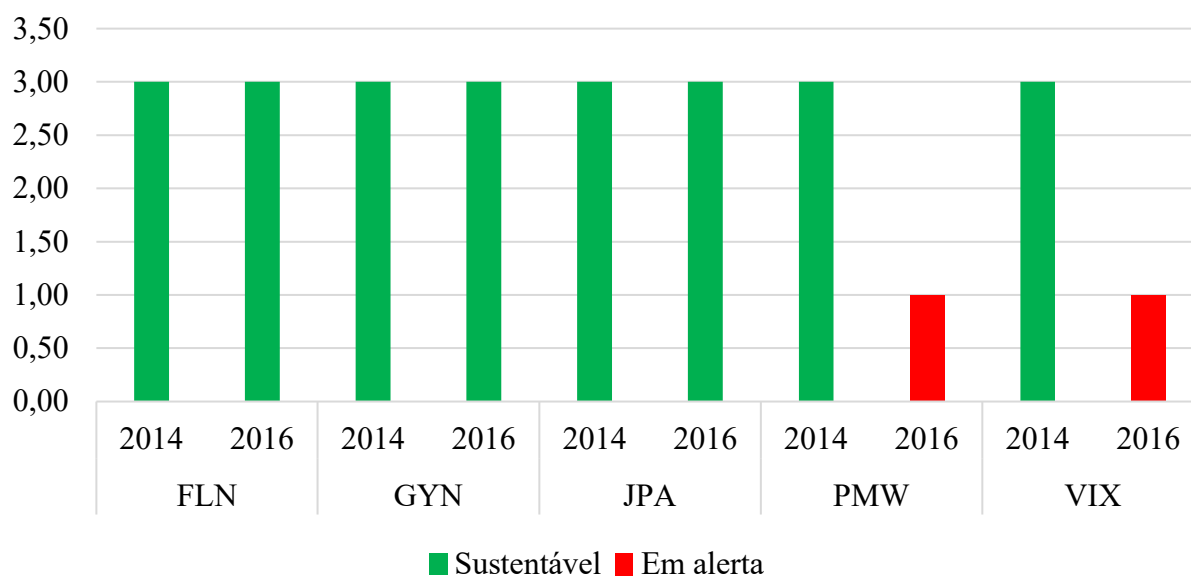
Segundo a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (2013) a sustentabilidade do descritor se dá quando a cidade apresenta porcentagem de contas auditadas superior a 50% sendo este nível alcançado por todas as cinco cidades avaliadas no ano de 2014. Já no ano de



2016 apenas Palmas e Vitória não obtiveram classificação N3 (sustentável) e apresentaram o desempenho N1 – Em alerta pois menos de 30% de suas contas foram auditadas.

O subPVE 1.3.1.3 - Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros representa a divisão das empresas municipais cujas contas são auditadas por profissionais independentes e pelo número total de empresas municipais. Neste sentido destaca-se que as auditorias proporcionam prestações de contas e informações transparentes essenciais sobre programas governamentais. A porcentagem de empresas municipais cujas contas são auditadas é determinada pela divisão do número de empresas municipais cujas contas são auditadas por profissionais de empresas independentes pelo número total de empresas municipais. No Gráfico 11, tem-se o desempenho no referido descritor.

Gráfico 11 - subPVE 1.3.1.3 - Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No presente descritor considera-se como sendo o desempenho N3 (sustentável) quando 80%–100% das empresas municipais são auditadas por organização privada independente, sendo este patamar auferido em todas as cinco cidades avaliadas no ano de 2014. E também no ano de 2016, com exceção de Palmas e Vitória que obtiveram classificação N1 (em alerta) pois menos de 50% das suas empresas municipais foram auditadas por uma empresa privada independente.

O último ponto de vista elementar relacionado à Transparência se refere ao acesso à informação, e possui apenas um descritor, denominado subPVE 1.3.2.1 - Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal. Devido ao fato de

PVE ser composto por um único descritor os valores mensurados são os mesmos tanto para o PVE quanto para o subPVE. A Tabela 12 apresenta os valores auferidos.

Tabela 12 - PVE 1.3.2 Acesso à informação.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	-1,25	4,25
	2016	-1,25	4,25
	Evolução	0,00	-
Goiânia	2014	-1,25	4,25
	2016	-1,25	4,25
	Evolução	0,00	-
João Pessoa	2014	-1,25	4,25
	2016	3,00	0,00
	Evolução	1,75	-
Palmas	2014	-1,25	4,25
	2016	-1,25	4,25
	Evolução	0,00	-
Vitória	2014	-1,25	4,25
	2016	-1,25	4,25
	Evolução	0,00	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme auferido tem-se que todas as cidades avaliadas, com exceção de João Pessoa em 2016, tanto em 2014 quanto em 2016 apresentaram nível comprometedor, recebendo a pontuação -1,25. Sendo este o PVE que apresentou piores desempenhos na área de preocupação. Foi possível observar que no ano de 2014 todas as cidades pontuaram no nível de impacto N0 que é considerado comprometedor e se dá quando a municipalidade não atende nenhum dos outros níveis e/ou não foram localizadas informações suficientes para a avaliação. Em 2016 o cenário se repetiu, com exceção de João Pessoa que pontuou como N3 e alcançou a pontuação 3,0.

#### **4.4 Área de preocupação 2 - Gestão adequada da receita**

A segunda área de preocupação corresponde a 24,29 % da avaliação total e é composta por 1 ponto de vista fundamental, 2 pontos de vista elementares e 07 descritores relativos à impostos e autonomia financeira. Conforme detalhado no Quadro 9.

Quadro 9 - Área de preocupação 2 - Gestão adequada da receita.

Área	PVF	PVE	Descriptor - subPVE
2 Gestão adequada da receita	2.1 Impostos e autonomia financeira	2.1.1 Receitas e impostos municipais	2.1.1.1 Receita própria como porcentagem da receita total
			2.1.1.2 Transferências totais como porcentagem da receita total
			2.1.1.3 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências
			2.1.1.4 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total
			2.1.1.5 Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)
		2.2.1 Gestão de cobranças	2.2.1.1 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais
			2.2.1.2 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em 2014 e 2016 as melhores avaliadas na área de preocupação foram as cidades de Florianópolis e Goiânia. Conforme o modelo de avaliação aqui utilizado considera-se que o nível N3 é alcançado quando a gestão municipal atua de modo “sustentável”, administrando sua receita adequadamente, apresentando autonomia financeira e boa gestão de suas receitas provenientes de transferências e arrecadação tributária. O N2 é estabelecido quando a gestão apresenta atuação mediana, precisando melhorar, e o N1 quando não apresenta bons desempenhos sendo assim insustentáveis. Já o N0 se dá quando atua de forma bastante insustentável e/ou deixou de fornecer informações.

Devido ao fato de área de preocupação 2 ser composta por um único ponto de vista fundamental sendo este o PVF 2.1 que se refere a impostos e autonomia financeira dos municípios, os valores mensurados são os mesmos tanto para a área quanto para o PVF. A Tabela 13 apresenta os valores auferidos 2014 e 2016.

Tabela 13 - Avaliação da área de preocupação 2 - Gestão adequada da receita e PVF 2.1.

Cidade	Ano	Desempenho	Diferença em relação ao nível N3
Florianópolis	2014	1,53	1,47
	2016	1,41	1,59
	Evolução	-0,12	-
Goiânia	2014	1,12	1,88
	2016	1,40	1,60

	Evolução	0,28	-
João Pessoa	2014	0,33	2,67
	2016	0,77	2,23
	Evolução	0,44	-
Palmas	2014	0,61	2,39
	2016	0,80	2,2
	Evolução	0,19	-
Vitória	2014	0,76	2,24
	2016	1,38	1,62
	Evolução	0,62	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os resultados da área de preocupação 2 e do PVF 2.1 demonstraram ser fundamental à todas as capitais analisadas que busquem implantar medidas de melhoria. O primeiro ponto de vista fundamental da área 2, o PVF 2.1 refere-se a impostos e autonomia financeira dos municípios, e é composta por dois pontos de vista elementares e sete descritores, sendo as melhores avaliadas as cidades de Florianópolis e Goiânia em 2014 e 2016 e Vitória em 2016. As demais pontuações correspondem ao nível N0 que se dá quando a gestão municipal atua de forma bastante insustentável e/ou deixou de fornecer informações.

O primeiro ponto de vista elementar referente à Impostos e autonomia financeira é denominado PVE 2.1.1 - Receitas e impostos municipais e é auferido a partir de cinco descritores distintos. A cidade de Goiânia foi a melhor avaliada, tanto em 2014 quanto em 2016. A Tabela 14 apresenta os valores auferidos os anos de 2014 e 2016.

Tabela 14 - PVE 2.1.1 Receitas e impostos municipais.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	1,35	1,65
	2016	1,57	1,43
	Evolução	0,22	-
Goiânia	2014	1,38	1,62
	2016	1,36	1,64
	Evolução	-0,02	-
João Pessoa	2014	0,54	2,46
	2016	0,31	2,69
	Evolução	-0,23	-
Palmas	2014	0,31	2,69
	2016	1,18	1,82
	Evolução	0,87	-
Vitória	2014	0,29	2,71

2016	1,56	1,44
Evolução	1,27	-

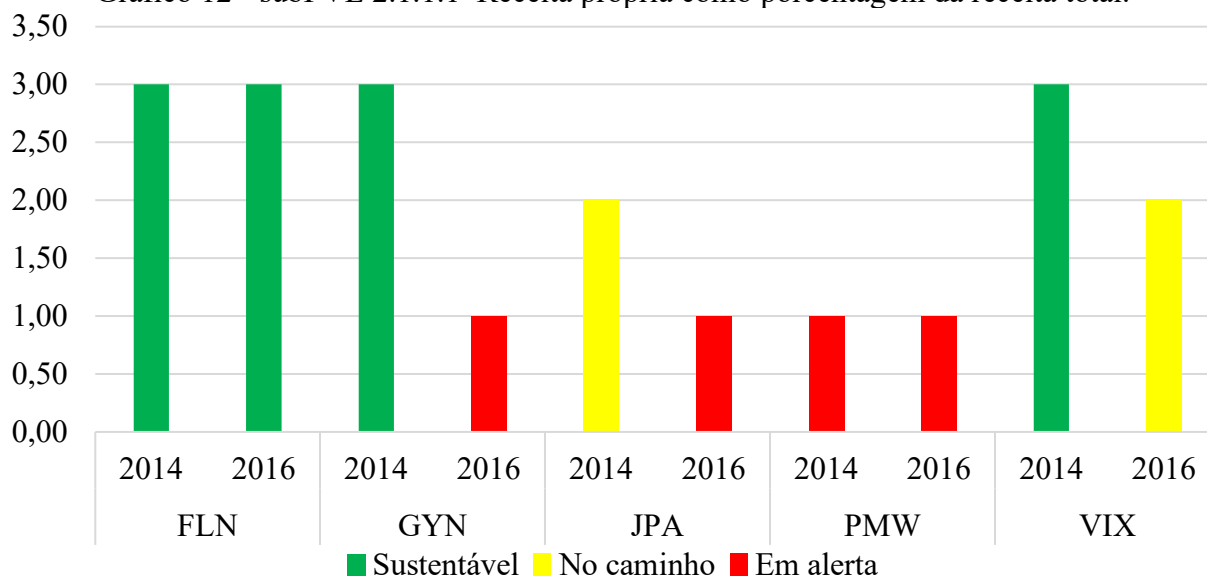
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme os dados apresentados tem-se de modo geral que as cidades apresentaram um desempenho bastante inferior ao esperado de cidades consideradas sustentáveis. O melhor nível alcançado no PVE foi o N1 pelas cidades de Florianópolis e Goiânia em 2014 e 2016 e Palmas e Vitória em 2016. As demais pontuações que variaram entre -0,23 e 0,54, correspondem ao nível N0 que se dá quando a gestão municipal atua de forma bastante insustentável e/ou deixou de fornecer informações.

O subPVE 2.1.1.1 - Porcentagem da receita do governo local proveniente de tarifas, encargos e impostos permitidos pela lei em relação à receita total. Isso só inclui receita operacional ou recorrente, determinadas por métodos como pagamentos feitos a partir de fórmulas (por exemplo, repatriação do imposto de renda), doações feitas por níveis mais altos do governo (inclusive os governos nacionais ou estaduais) e outros tipos de transferências financeiras que podem estar vinculadas à prestação de serviços específicos. Num nível muito básico, este indicador mede até que ponto a cidade depende da receita proporcionada por outros níveis de governo para prestar serviços ao público

Sendo este descritor auferido através do montante total dos fundos obtidos por meio de tarifas de licenças, de uso de serviços urbanos e impostos arrecadados unicamente com fins municipais, dividido por todas as receitas operacionais ou recorrentes, inclusive as transferidas para a cidade por outros níveis de governo, multiplicado por 100. A avaliação se dá de maneira comparativa sendo o nível de impacto N3 alcançado quando a cidade apresenta resultados semelhante aos das cidades exemplares sendo estas aquelas que menos dependem da receita proporcionada por outros níveis de governo para prestar serviços ao público do país, o nível N2 quando é semelhante à das cidades do país e, N1 quando menor em comparação com a das cidades pares. No Gráfico 12, tem-se a receita própria como porcentagem da receita total.

Gráfico 12 - subPVE 2.1.1.1 Receita própria como porcentagem da receita total.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2014 as cidades de Florianópolis, Goiânia e Vitória alcançaram desempenho N3, João Pessoa N2 e Palmas N1. Em 2016 apenas Florianópolis manteve o bom desempenho enquanto Vitória caiu para N2 e Goiânia, João Pessoa e Palmas apresentaram desempenho N1, estando assim em alerta.

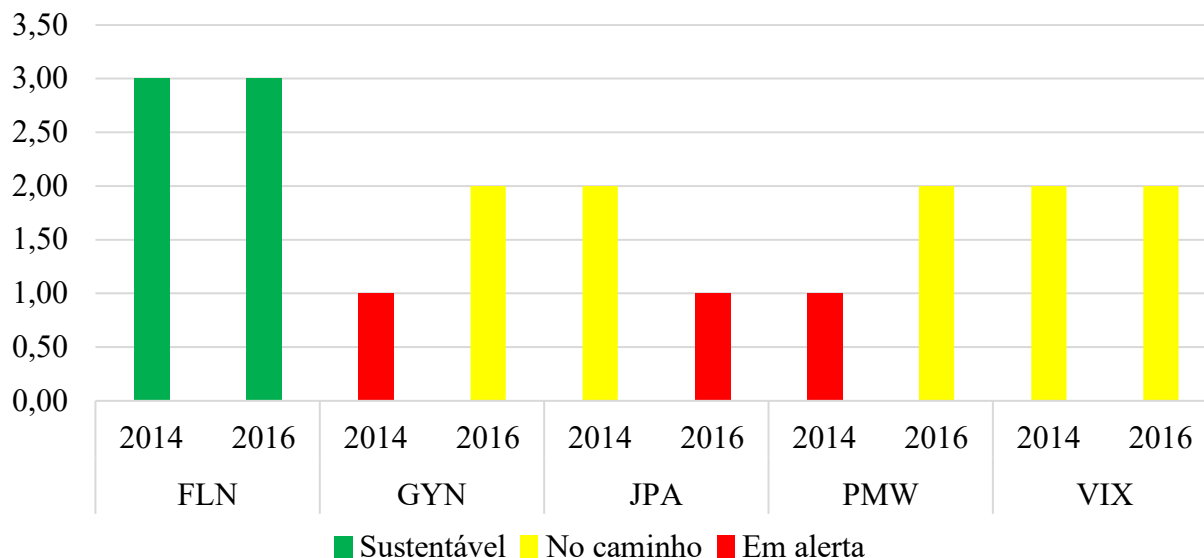
O segundo subPVE do ponto de vista elementar se refere a Transferências totais como porcentagem da receita total e segundo a ICES (2013) mostra as transferências totais de outros níveis de governo como porcentagem da receita total. Destaca-se que as municipalidades tendem a ter maior autonomia na medida em que dependem menos da obtenção de transferências.

Segundo a ICES (2013) este descritor representa os recursos que o governo local recebe de outros níveis de governo (regional/provincial/ estadual/nacional/federal) para determinar sua participação na receita total do governo local. Em alguns casos, há destinação das transferências para usos específicos. Essa estimativa inclui todas as transferências, sem considerar se elas têm ou não destinação para usos específicos. Ademais, muitas municipalidades da América Latina e Caribe tem gastos cada vez maiores, embora não aumentem na mesma medida as arrecadações que geram. Por isso, esse tipo de transferência cobre a brecha resultante. E abre espaço para problemas de sustentabilidade.

A avaliação se dá de maneira comparativa sendo o nível de impacto N3 alcançado quando a cidade apresenta resultados semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país, o nível N2 quando é semelhante à das cidades pares do país e, N1 quando

maiores em comparação com as das cidades pares. No Gráfico 13, têm-se as transferências totais como porcentagem da receita total.

Gráfico 13 - subPVE 2.1.1.2 Transferências totais como porcentagem da receita total.



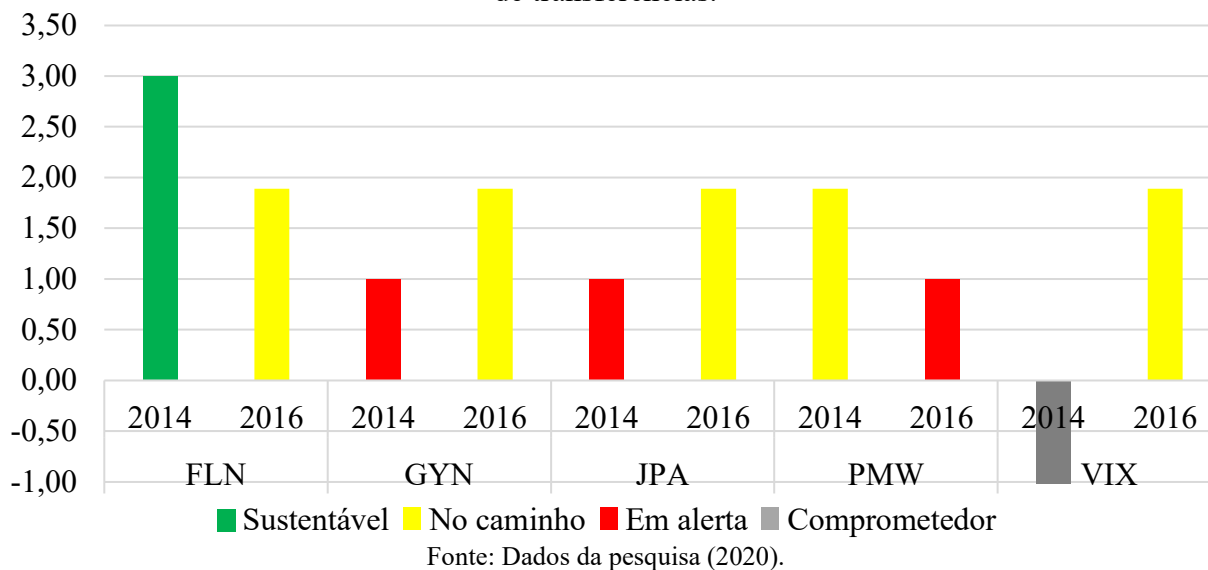
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com o exposto no gráfico acima observa-se que a cidade de Florianópolis foi a única que alcançou o desempenho N3, nos dois anos avaliados. No ano de 2014 João Pessoa e Vitória obtiveram desempenho N2 e Goiânia e Palmas N1. Em 2016 Goiânia e Palmas alcançaram um melhor desempenho e receberam pontuação 2,0 (N2), assim como Vitória. Já a cidade de João Pessoa apresentou desempenho N1, estando assim em alerta.

O descritor subPVE 2.1.1.3 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências representa as transferências totais de outros níveis de governo como porcentagem do total de transferências. Devido as diretrizes nacionais, em muitos casos as transferências se destinam a setores preestabelecidos, o que limita a autonomia do governo local em decisões sobre o uso desses recursos. Isso restringe as possibilidades de os governos locais investirem em serviços públicos e infraestrutura em suas localidades. Este indicador tenta medir a autonomia que os líderes locais tem na gestão dos recursos transferidos (ICES, 2013).

De acordo com a metodologia ICES (2013) as transferências que só podem ser utilizadas sob as condições estabelecidas pelo governo nacional ou outros níveis de governo (além do municipal) devem ser identificadas por meio das regulamentações atuais de cada país. Calcula-se o indicador dividindo as transferências condicionais pelo total das transferências recebidas e multiplicando o resultado por 100. No Gráfico 14 têm-se as transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências.

Gráfico 14 - subPVE 2.1.1.3 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências.



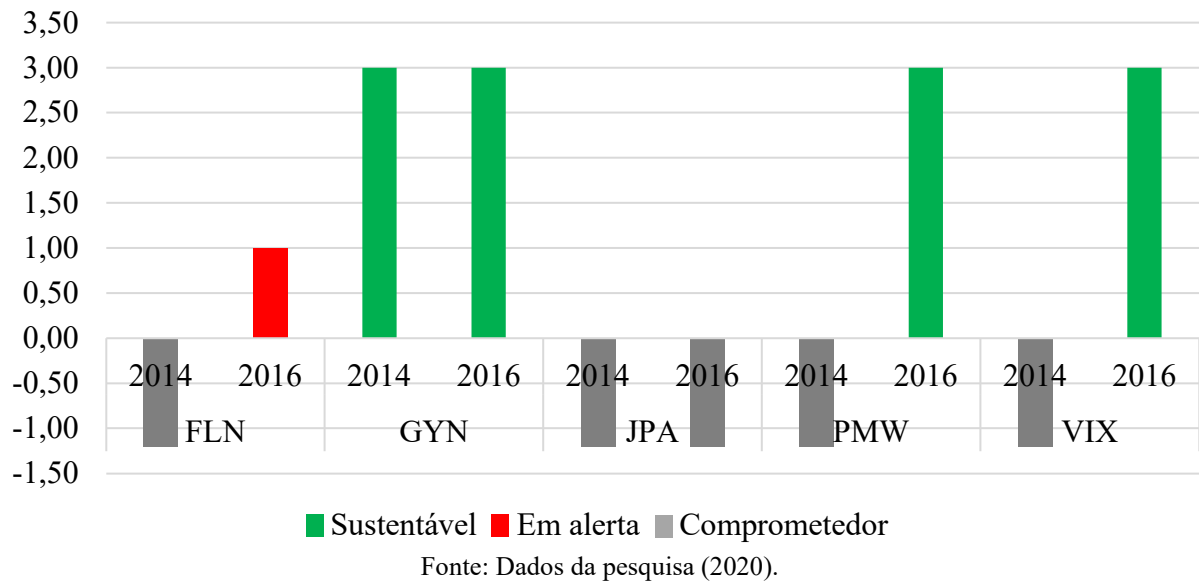
No primeiro ano analisado apenas Florianópolis foi considerada como sendo sustentável no quesito ao apresentar desempenho N3. O nível de impacto N2 – No caminho foi auferido a cidade de Palmas e o desempenho N1 às cidades de Goiânia e João Pessoa. Vitória foi avaliada como sendo N0, nível comprometedor, pois não apresentou os dados referentes ao descritor, sendo assim penalizada. Em 2016 todas as cidades, com exceção de Palmas que obteve desempenho N1, apresentaram desempenho N2.

O descritor subPVE 2.1.1.4 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total representa a divisão da “receita dos doadores externos observando a informação fiscal do município, somando todas as receitas obtidas em um ano de fontes diferentes das fontes de receita própria do mesmo e transferências de outros níveis de governo dentro do país pela receita total do município para esse ano. Segundo a ICES (2013) as municipalidades tendem a ter maior autonomia na medida em que dependem menos de transferências e doadores.

A avaliação se dá de maneira comparativa sendo o nível de impacto N3 alcançado quando a cidade apresenta resultados semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país, o nível N2 quando é semelhante à das cidades pares do país e, N1 quando maiores em comparação com as das cidades pares. No Gráfico 15, tem-se a receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total.



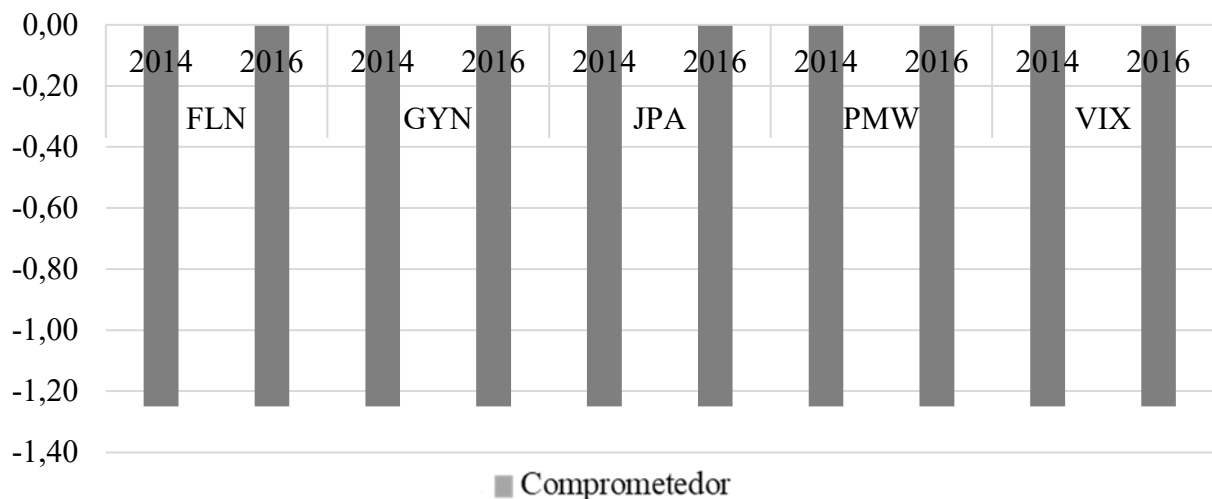
Gráfico 15 - subPVE 2.1.1.4 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total.



Em 2014 as Redes de Monitoramento identificaram que Florianópolis, João Pessoa, Palmas e Vitória não apresentaram dados sobre receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total em comparação com as das cidades pares, recebendo assim desempenho N0. Já a cidade de Goiânia obteve desempenho N3, sendo este sustentável. No ano de 2016 observa-se uma melhora no quadro geral, sendo registrado que apenas João Pessoa não apresentou melhora e manteve o desempenho comprometedor. Florianópolis passou para o nível N2 e Goiânia, Palmas e Vitória foram avaliadas como sendo sustentável com 3,0 pontos cada.

O descritor subPVE 2.1.1.5 - Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD) é um indicador local e o Gráfico 16 traz as notas das cinco cidades.

Gráfico 16 - subPVE 2.1.1.5 - Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso.



De acordo com as avaliações realizadas as cidades obtiveram desempenho N0 devido à ausência de publicação dos dados, e foram penalizadas, recebendo a nota -1,25 nos dois anos analisados. O ponto de vista elementar PVE 2.1.2 – Gestão de cobranças é composto pelos descritores Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais e Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados. A Tabela 15 a seguir demonstra os desempenhos das cidades neste PVE.

Tabela 15 - PVE 2.1.2 Gestão de cobranças.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,00	1,00
	2016	1,00	2,00
	Evolução	-1,00	-
Goiânia	2014	0,40	2,60
	2016	1,50	1,50
	Evolução	1,10	-
João Pessoa	2014	-0,20	3,20
	2016	2,00	1,00
	Evolução	1,98	-
Palmas	2014	1,40	1,60
	2016	-0,20	3,20
	Evolução	-1,6	-
Vitória	2014	2,00	1,00
	2016	0,90	2,10
	Evolução	-1,10	-

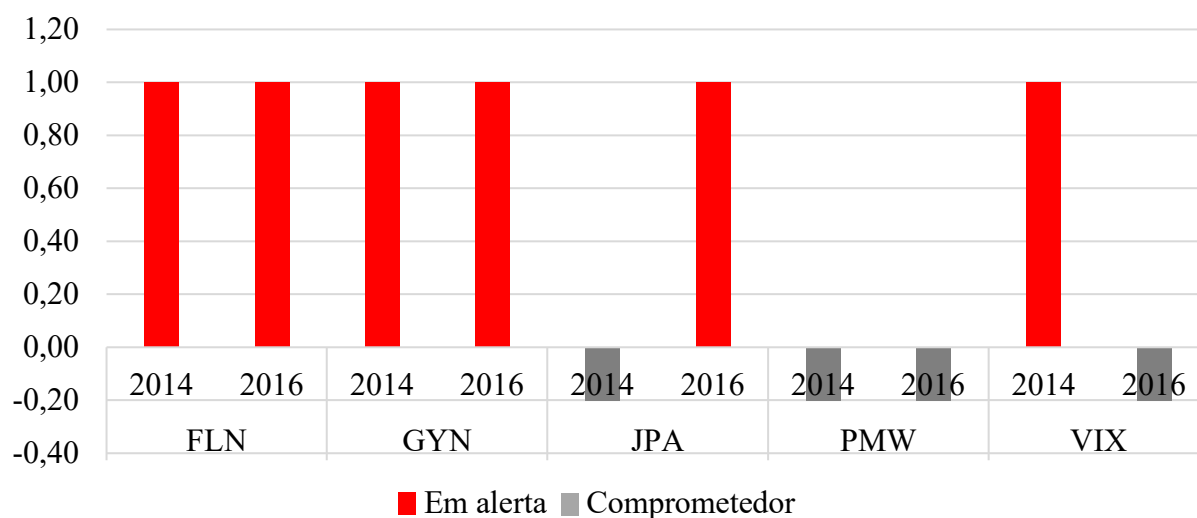
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme os dados apresentados pela tabela acima tem-se de modo geral as cidades apresentaram um desempenho inferior ao esperado de cidades sustentáveis sendo a média de pontuação em 2014 de 1,12 e em 2016 de 1,08 pontos. Neste PVE os melhores resultados foram apresentados por Florianópolis e Vitória no ano de 2014, quando as duas pontuaram com 2,0 pontos, estando assim no nível de impacto “No caminho” e por João Pessoa em 2016, também com 2,0 pontos. Sendo os piores desempenhos em 2014 auferidos nas cidades de João Pessoa e Goiânia e em 2016 em Palmas e Vitória.

O descritor subPVE 2.1.2.1 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais indica a sustentabilidade fiscal da prestação desses serviços. Para a estimativa deste indicador, devem ser identificados em primeiro lugar aqueles serviços que são prestados pela municipalidade, diretamente ou por intermédio de empresas municipais constituídas para tal

fim. Feito isso, deve-se determinar quanto custa a provisão do serviço (gastos operacionais, que englobam pessoal, operação de equipamentos, veículos, alugueis, etc.) e, caso se cobre alguma tarifa pela prestação do serviço, quanto recebe por ele a municipalidade ou a empresa municipal. Esse total é então dividido pelo custo e multiplicado por 100. ( ICES, 2013). No Gráfico 17 tem-se a recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais.

Gráfico 17 - subPVE 2.1.2.1 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais.



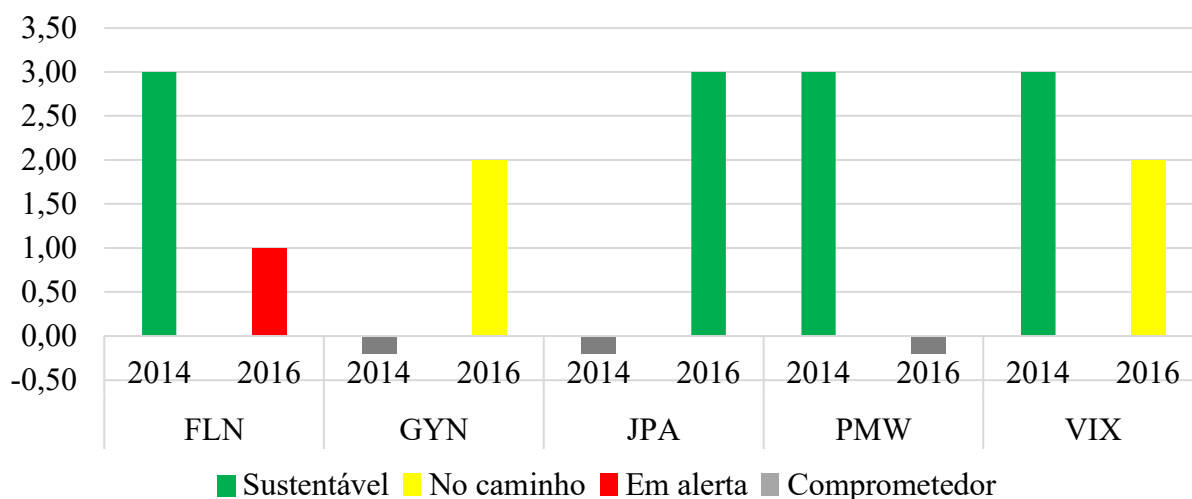
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com as avaliações realizadas pelas Redes de Monitoramento Cidadão todas as cidades obtiveram desempenho abaixo do recomendado como sendo sustentável nos dois anos avaliados, sendo o nível máximo alcançado o N1. No primeiro ano analisado Florianópolis, Goiânia e Vitória apresentaram o desempenho N1 e as cidades de João Pessoa e Palmas foram avaliada como sendo N0, nível comprometedor, pois não apresentaram os dados referentes ao descritor recebendo assim uma penalidade de -0,20 pontos. Em 2016 Florianópolis, Goiânia e João Pessoa obtiveram desempenho N1 e as cidades de Palmas e Vitória o desempenho N0.

O descritor subPVE 2.1.2.2 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados demonstra a relação entre os impostos arrecadados sobre o total de impostos faturados medindo assim a eficácia dos órgãos arrecadadores de impostos com o objetivo de avaliar a capacidade de gestão financeira de uma cidade. A arrecadação de impostos é a principal fonte de receita para todos os níveis de governo, incluídas as cidades. Este descritor mensura a eficácia dos órgãos arrecadadores de impostos e tem por objetivo avaliar a capacidade de gestão financeira de uma cidade. Em certa medida, também demonstra a vontade dos cidadãos de

pagarem seus impostos (ICES, 2013). No Gráfico 18, têm-se os impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados.

Gráfico 18 - subPVE 2.1.2.2 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme exposto no gráfico tem-se que em 2014, Florianópolis, Palmas e Vitória foram consideradas como sendo sustentáveis no descritor ao pontuarem com 3,0 pontos cada, enquanto Goiânia e João Pessoa foram penalizadas com -0,20 pontos uma vez que os dados referentes não foram localizados. No segundo ano avaliado Florianópolis, Vitória e Palmas apresentaram queda em seus desempenhos anteriores e suas pontuações foram para 1,0, 2,0 e -0,20 pontos, respectivamente. Em 2016 as cidades de Goiânia e João Pessoa apresentaram melhora e pontuaram com 2,0 e 3,0 pontos, respectivamente.

#### 4.5 Área de preocupação 3 - Gestão adequada da despesa

A terceira área de preocupação denominada Gestão adequada da despesa, corresponde a 19,71 % da avaliação total e é composta por 1 ponto de vista fundamental, 1 ponto de vista elementar e 06 descritores relativos à Gestão do gasto público. O quadro 10 expõem os itens da área de preocupação 3.

Quadro 10 - Área de preocupação 3 - Gestão adequada da despesa.

Área	PVF	PVE	Descritor - subPVE
3 Gestão adequada da despesa	3.1 Gestão do gasto público	3.1.1 Qualidade do gasto público	3.1.1.1 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento
			3.1.1.2 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos
			3.1.1.3 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos
			3.1.1.4 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente
			3.1.1.5 O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores
			3.1.1.6 Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em 2014 as melhores avaliadas na área de preocupação 3 foram as cidades de Florianópolis e Vitória e em 2016 Palmas e Florianópolis. Devido ao fato de área de preocupação 4 ser composta por um único ponto de vista fundamental sendo este o PVF 3.1 - Gestão do gasto público, os valores mensurados são os mesmos tanto para a área quanto para o PVF. A Tabela 16 apresenta os valores auferidos.

Tabela 16 - Avaliação da área de preocupação 3 - Gestão adequada da despesa.

Cidade	Ano	Desempenho	Diferença em relação ao nível N3
Florianópolis	2014	2,83	0,17
	2016	2,00	1,00
	Evolução	-0,83	-
Goiânia	2014	2,00	1,00
	2016	2,00	1,00
	Evolução	0,00	-
João Pessoa	2014	1,48	1,52
	2016	1,98	1,02
	Evolução	0,50	-
Palmas	2014	2,00	1,00
	2016	2,17	0,83
	Evolução	0,17	-
Vitória	2014	2,30	0,70
	2016	1,60	1,40
	Evolução	-0,70	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na presente área de preocupação e no PVF 3.1 tem-se de modo geral que as cidades apresentaram um desempenho mediano, mas ainda abaixo do esperado de cidades sustentáveis sendo a média de pontuação em 2014 de 2,12 e em 2016 de 1,95 pontos. O primeiro ponto de vista fundamental da área de preocupação três, Gestão do gasto público é composto por um ponto de vista elementar e seis descritores refere-se a a Gestão do gasto público e sua qualidade. O primeiro ponto de vista elementar PVE 3.1.1 - Qualidade do gasto público é composto por seis descritores que se referem a qualidade do gasto público. A Tabela 17 apresenta os desempenhos das cidades nos anos de 2014 e 2016.

Tabela 17 - PVE 3.1.1 Qualidade do gasto público.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,83	0,17
	2016	2,00	1,00
	Evolução	-0,83	-
Goiânia	2014	2,00	1,00
	2016	2,00	1,00
	Evolução	0,00	-
João Pessoa	2014	1,48	1,52
	2016	1,98	1,02
	Evolução	0,50	-
Palmas	2014	2,00	1,00
	2016	2,17	0,83
	Evolução	0,17	-
Vitória	2014	2,30	0,70
	2016	1,60	1,40
	Evolução	-0,70	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

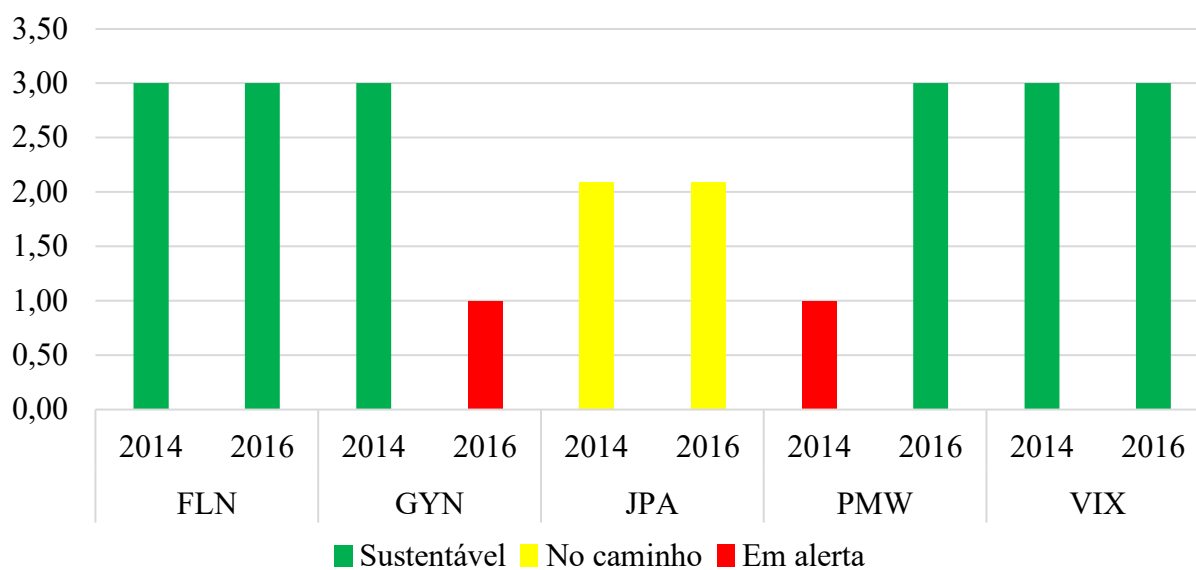
Conforme os valores expostos acima tem-se que de modo geral que as cidades apresentaram um desempenho mediano, mas ainda abaixo do esperado de cidades sustentáveis sendo a média de pontuação em 2014 de 2,12 e em 2016 de 1,95 pontos.

O primeiro descritor do PVE 3.1.1 é o subPVE 3.1.1.1-Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento e verifica se há indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento do orçamento, se eles são monitorados periodicamente e se os resultados são incorporados ao orçamento do ano seguinte. Traz como benefício a possibilidade de auxiliar a garantir que o dinheiro seja gasto de forma tal que produza os resultados desejados (ICES, 2013).

Segundo a metodologia utilizar um sistema de indicadores e metas para acompanhar o orçamento ajuda a garantir que o dinheiro seja gasto de forma tal que produza os resultados desejados. Além disso, dá transparência e responsabilidade ao processo de preparação de um orçamento e permite uma destinação de recursos mais efetiva.

Assim no presente descritor o nível de impacto sustentável se dá quando há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte. Já o nível N2 se dá quando há indicadores de desempenho e metas, mas sem acompanhamento periódico, e seus resultados não são incorporados ao orçamento seguinte. E o nível N1 quando não há indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento. No Gráfico 19, tem-se a existência de indicadores de desempenho e metas para o da execução do orçamento.

Gráfico 19 - subPVE 3.1.1.1 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

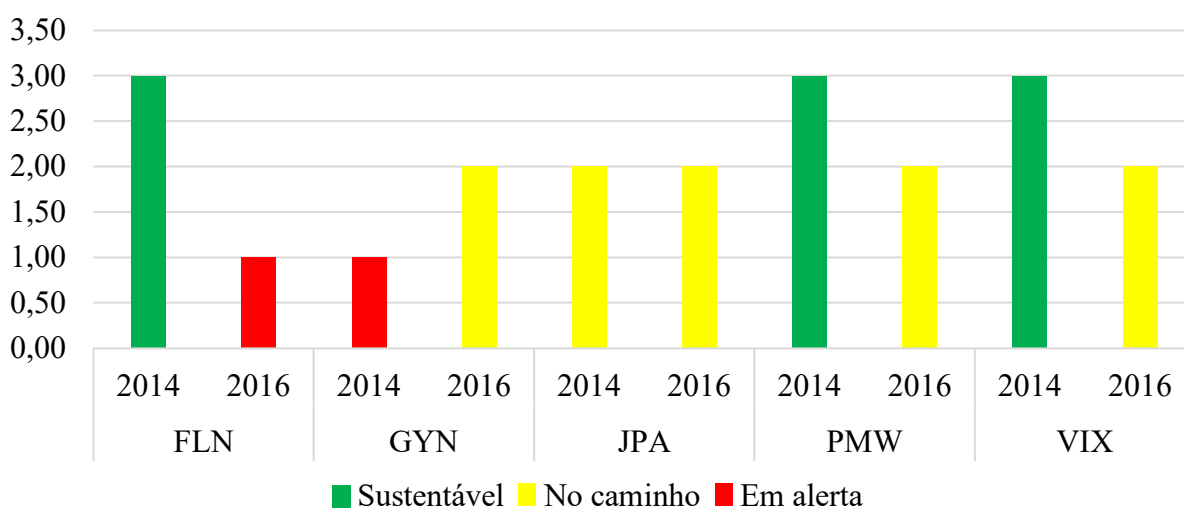
De acordo com as avaliações o nível de impacto N3 – sustentável foi atingido em 2014 por Florianópolis, Goiânia e Vitória, uma vez que as mesmas apresentaram indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados eram incorporados ao orçamento seguinte. No mesmo ano João Pessoa obteve desempenho N2 pois havia indicadores de desempenho e metas, porém sem acompanhamento periódico, e seus resultados não eram incorporados ao orçamento seguinte. Já a cidade de Palmas apresentou desempenho N1 pois não havia indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento. Em 2016 o nível de impacto N3 – sustentável foi atingido por Florianópolis, Palmas e Vitória e, Goiânia e João Pessoa apresentaram desempenhos N1 e N2, respectivamente.

O descritor subPVE 3.1.1.2 - Gastos correntes como porcentagem do total de gastos representa a divisão entre os gastos correntes totais do ano anterior pelos “gastos totais da cidade no mesmo período. De acordo com a metodologia ICES (2013) este descritor deve incluir gastos operacionais, ou seja, gastos contínuos. Essa cifra deve ser dividida pelo gasto orçamentário total e multiplicada por 100. As cifras utilizadas nesse cálculo devem ser extraídas diretamente das demonstrações financeiras auditadas da cidade, sem emendas nem modificações.

Uma cidade que gasta uma grande parte de seu orçamento em custos operacionais pode não ter capacidade financeira para investir em formas que apoiariam seu crescimento e desenvolvimento futuros. No entanto, a análise deve considerar as particularidades de cada localidade. Em alguns casos, as responsabilidades atribuídas aos governos locais podem envolver uma série de gastos operacionais para sua correta execução (por exemplo, a coleta de lixo).

A avaliação se dá de maneira comparativa sendo o nível de impacto N3 alcançado quando a cidade apresenta resultados semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país, o nível N2 quando é semelhante à das cidades pares do país e, N1 quando maiores em comparação com as das cidades pares. No Gráfico 20, têm-se os gastos correntes como porcentagem do total de gastos.

Gráfico 20 - subPVE 3.1.1.2 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme os valores expostos tem-se que de modo geral que as cidades apresentaram um desempenho mediano, mas ainda abaixo do esperado de cidades sustentáveis. No ano de 2014 foram avaliadas como sendo sustentáveis as cidades de Florianópolis, Palmas e Vitória, com desempenho N3 e 3,0 pontos cada. Com desempenho N2, semelhante à das cidades pares

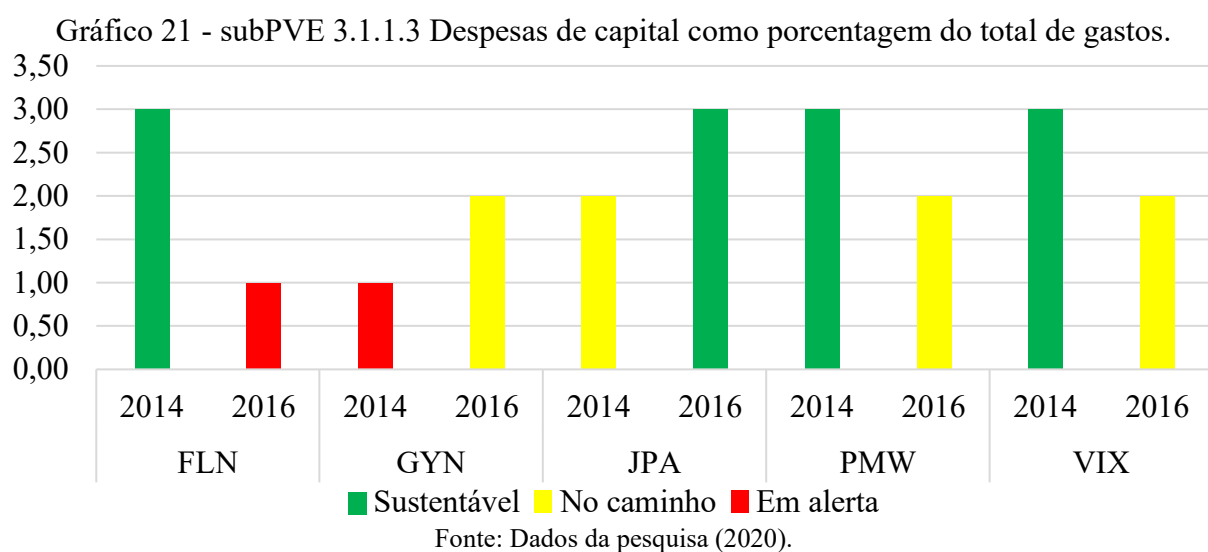


do país, figurou a cidade de João Pessoa. Já Goiânia obteve desempenho N1 por apresentar números maiores em comparação com as das cidades pares. No ano de 2016 o desempenho N3 não foi auferido em nenhuma das cidades. O melhor desempenho registrado no nível de impacto N2 foi alcançado pelas cidades de Goiânia, João Pessoa e Palmas e Vitória. Nesse ano Florianópolis recebeu a pior pontuação, sendo está de 1,0 ponto.

O subPVE 3.1.1.3 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos representa os gastos totais em ativos fixos do ano anterior (numerador) divididos pelos gastos totais da cidade no mesmo período, expressos como porcentagem. Não se espera que os ativos fixos sejam consumidos ou convertidos em dinheiro no transcurso normal dos negócios. Trata-se de bens de longo prazo, mais permanentes ou “fixos”, como terrenos, edifícios, equipamentos, instalações, mobiliário e melhorias em bens de locação (ICES, 2013).

As cifras utilizadas para este cálculo devem ser extraídas diretamente das demonstrações financeiras auditadas da cidade, sem emendas nem modificações. Este indicador deve ser considerado juntamente com o indicador Coeficiente do serviço da dívida, para se compreender a capacidade da cidade de manter suas despesas de capital. O nível dessa despesa em relação ao gasto recorrente pode refletir a capacidade financeira da cidade de investir nos bens de capital necessários para apoiar seu crescimento e desenvolvimento futuros. (ICES, 2013).

De modo que a avaliação deste descritor se dá de maneira comparativa sendo o nível de impacto N3 alcançado quando a cidade apresenta resultado semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país, o nível N2 quando é semelhante à das cidades pares do país e, N1 quando menores em comparação com as das cidades pares. No Gráfico 21, têm-se as despesas de capital como porcentagem do total de gastos.



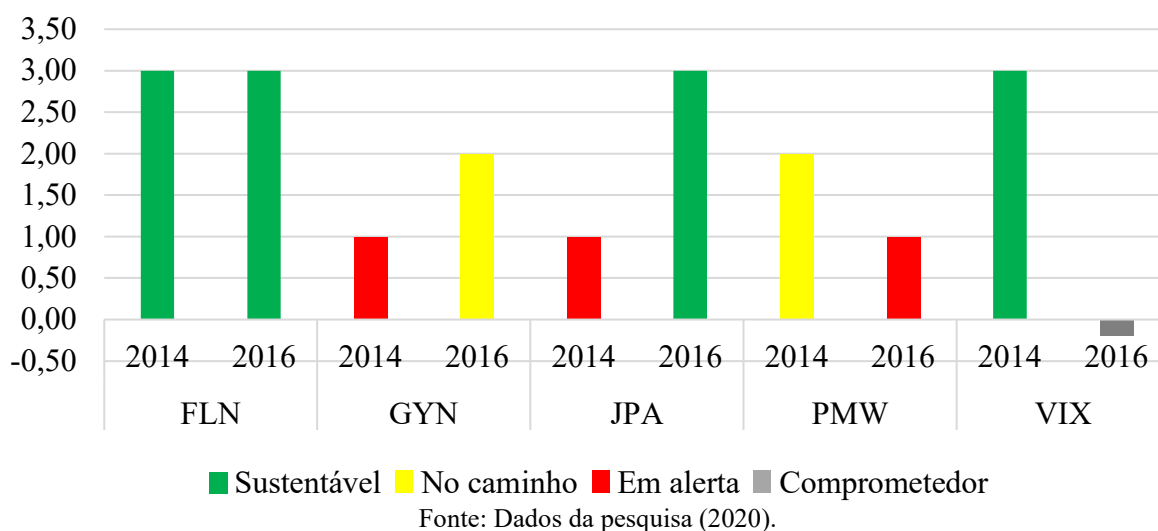
Conforme os valores expostos tem-se de modo geral que as cidades apresentaram um desempenho mediano, mas ainda abaixo do esperado de cidades sustentáveis. Em 2014 foram avaliadas como sendo sustentáveis as cidades de Florianópolis, Palmas e Vitória, com desempenho N3 e 3,0 pontos cada. Com desempenho N2, semelhante à das cidades pares do país, figurou a cidade de João Pessoa. Já Goiânia obteve desempenho N1 por apresentar números menores em comparação com as das cidades pares. No ano de 2016 o desempenho N3 não foi auferido apenas em João Pessoa. Sendo o desempenho registrado no nível de impacto N2 pelas cidades de Goiânia, Palmas e Vitória. Nesse ano Florianópolis recebeu a pior pontuação, sendo está de 1,0 ponto.

O descritor subPVE 3.1.1.4 - Taxa média de crescimento anual do gasto corrente representa a “taxa média de crescimento anual do gasto de operação dos últimos cinco anos”. A partir dos gastos operacionais dos cinco anos anteriores, estima-se a taxa de crescimento médio. Para isso, calcula-se a taxa de crescimento ano a ano e depois tira-se a média dos resultados. A taxa de Crescimento é estimada a partir do crescimento absoluto em gastos operacionais entre dois anos, que se divide pelo valor do gasto operacional no ano inicial e se multiplica por 100. Caso não haja informação disponível para cinco anos, determina-se uma média do período disponível (ICES, 2013).

Os gastos operacionais crescentes podem levar a problemas fiscais futuros. Não basta observar o nível absoluto ou relativo dos gastos operacionais, mas é preciso examinar a tendência que esse item demonstra ao longo do tempo. Isso permite identificar se o que se observou no indicador anterior é fruto de determinada conjuntura ou se é o resultado de uma tendência persistente dos gastos (ICES, 2013).

De modo que a avaliação deste descritor se dá de maneira comparativa sendo o nível de impacto N3 alcançado quando a cidade apresenta resultados semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país, o nível N2 quando é semelhante à das cidades pares do país e, N1 quando maiores em comparação com as das cidades pares. No Gráfico 22, tem-se a taxa média de crescimento anual do gasto corrente.

Gráfico 22 - subPVE 3.1.1.4 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente.



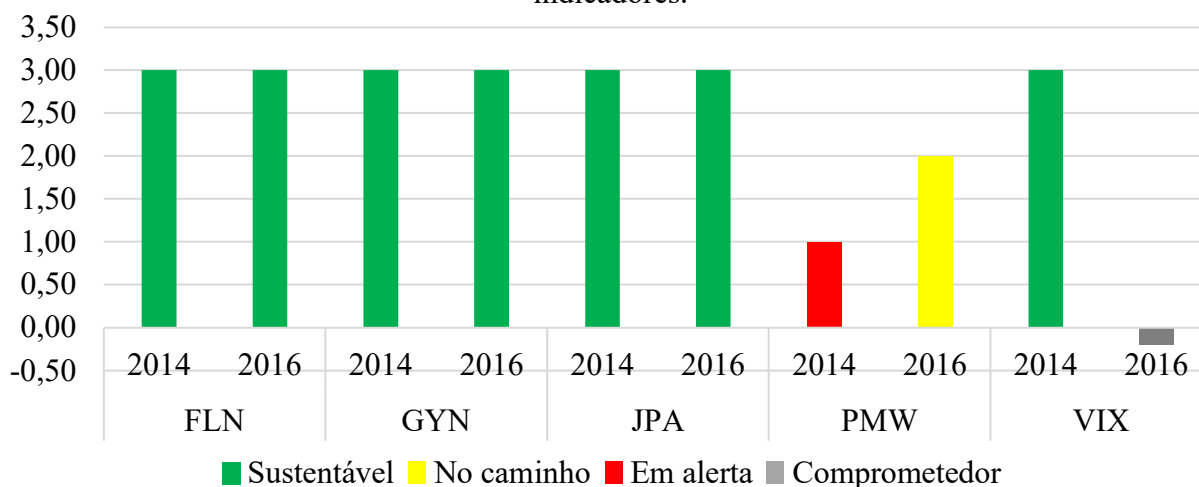
De acordo com os valores expostos tem-se, de modo geral que as cidades apresentaram um desempenho mediano, mas ainda abaixo do esperado de cidades sustentáveis. Em 2014 foram avaliadas como sendo sustentáveis as cidades de Florianópolis, João Pessoa e Vitória, com desempenho N3 cada. Com desempenho N2, semelhante ao das cidades pares do país, figurou a cidade de Palmas. Já Goiânia obteve desempenho N1 por apresentar números maiores em comparação com as cidades pares.

No ano de 2016 o desempenho N3 foi auferido apenas em Florianópolis e João Pessoa. Sendo o desempenho registrado no nível de impacto N2 pela cidade de Goiânia. O nível de impacto N1 foi auferido em Palmas. E nesse ano de 2016 Vitória recebeu a pior pontuação, sendo esta equivalente ao nível N0 e de -0,50 pontos.

O descritor subPVE 3.1.1.5 – O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores consistem em determinar se o orçamento da cidade inclui os objetivos previstos em seu plano de desenvolvimento com indicadores de resultados. Segundo a ICES (2013) um primeiro nível de alinhamento é o dos programas. Os programas de cada um dos instrumentos, o plano e o orçamento, devem ser os mesmos.

Um segundo nível de alinhamento é o dos projetos. Os projetos de cada um dos instrumentos, o plano e o orçamento, devem ser os mesmos. Se essa informação não estiver disponível no nível do projeto, não se considera esse nível. Um terceiro nível de alinhamento é o dos objetivos dos programas. Os do plano da cidade devem coincidir e ser os mesmos que os objetivos dos programas financiados pelo orçamento municipal. O Gráfico 23 expressa se o orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores.

Gráfico 23 - subPVE 3.1.1.5 - O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores.

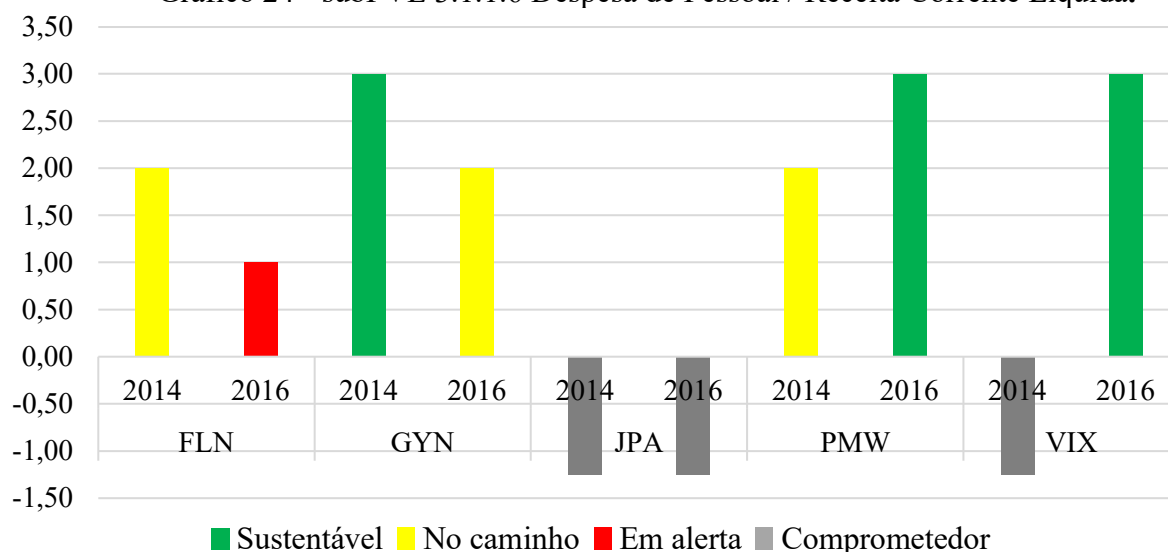


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com os valores expostos acima tem-se de modo geral que as cidades apresentaram um desempenho bom e sustentável. Em 2014 foram avaliadas como sendo sustentáveis as cidades de Florianópolis, Goiânia, João Pessoa e Vitória, com desempenho N3 e 3,0 pontos cada. Com desempenho N1 figurou a cidade de Palmas por menos de 30% dos programas do orçamento coincidirem com os do plano de desenvolvimento. No ano de 2016 o desempenho N3 foi auferido em Florianópolis, Goiânia e João Pessoa, sendo o desempenho registrado no nível de impacto N2 pela cidade de Palmas. E ainda nesse ano de 2016, Vitória recebeu a pior pontuação, equivalente ao nível N0 e de -0,50 pontos.

O último descritor da área de preocupação 3, subPVE 3.1.1.6, se refere a um indicador local e avalia a Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida. De modo que a avaliação deste descritor se dá no nível de impacto N3 quando a cidade apresenta resultados menor que 51,3%, o nível N2 quando é entre 51,3% e 54%, N1 quando acima de 54% e N0, quando não são disponibilizadas as informações referentes. No Gráfico 24, tem-se a os desempenhos obtidos.

Gráfico 24 - subPVE 3.1.1.6 Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com os valores expostos no gráfico acima tem-se, de modo geral, que as cidades apresentaram um desempenho mediano. Em 2014 nenhuma cidade foi avaliada como sendo sustentável no quesito. O melhor resultado do ano foi apresentado por Goiânia, com desempenho N3 e 3,0 pontos cada. Em seguida, com desempenho N2 tem-se Florianópolis e Palmas. Com desempenho N0 figuram as cidades de João Pessoa e Vitória. No ano de 2016 o desempenho N3 foi auferido em Palmas e Vitória. Sendo o desempenho registrado no nível de impacto N2 pela cidade de Goiânia e o N1 por Florianópolis. Ainda nesse ano de 2016, João Pessoa recebeu a pior pontuação, equivalente ao nível N0 e de -1,00 ponto.

#### 4.6 Área de preocupação 4 - Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais

A quarta e última área de preocupação denominada Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais, corresponde a 17,65% da avaliação total e é composta por 1 ponto de vista fundamental, 3 pontos de vista elementares e 05 descritores relativos à gestão da dívida pública e obrigações fiscais conforme detalhado no Quadro 11.

Quadro 11 - Área de preocupação 4 - Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais.

Área	PVF	PVE	suPVE
4 Gestão adequada das dívidas e das obrigações fiscais	4.1 Dívida	4.1.1 Passivos e contingentes	4.1.1.1 Passivos contingentes como porcentagem da receita própria
		4.1.2 Sustentabilidade da dívida	4.1.2.1 Coeficiente do serviço da dívida
			4.1.2.2 Crescimento da dívida
		4.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal	4.1.3.1 Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais)
			4.1.3.2 Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em 2014 as melhores cidade avaliadas na área de preocupação foram Florianópolis e Palmas. Já em 2016 Palmas foi a melhor e Goiânia a pior. Devido ao fato de área de preocupação 4 ser composta por um único ponto de vista fundamental sendo este o PVF 4.1 - Dívida é composto por três pontos de vista elementares e seis descritores que se referem a gestão do gasto público e sua qualidade, os valores mensurados são os mesmos tanto para a área quanto para o PVF Tabela 18 apresenta os valores auferidos nos anos de 2014 e 2016 na última área de preocupação.

Tabela 18 - Avaliação da área de preocupação 4 - Gestão adequada da dívida e das obrigações fiscais e PVF 4.1.

Cidade	Ano	Desempenho	Diferença em relação ao nível N3
Florianópolis	2014	2,40	0,6
	2016	1,96	1,04
	Evolução	-0,44	-
Goiânia	2014	1,98	1,02
	2016	0,14	2,86
	Evolução	-1,84	-
João Pessoa	2014	0,31	2,69
	2016	0,71	2,29
	Evolução	0,40	-
Palmas	2014	2,60	0,40
	2016	2,60	0,40
	Evolução	0,00	-
Vitória	2014	0,95	2,05
	2016	2,36	0,64
	Evolução	1,41	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme dados expostos é possível observar que as cidades apresentaram uma avaliação aquém do que se espera de capitais médias conforme proposto pelo modelo utilizado. Em 2014 a média geral foi de 1,65 e no ano de 2016 registrou-se que houve uma ligeira queda na média geral, que passou a ser de 1,55 pontos. O primeiro ponto de vista elementar do PVF 4.1, o PVE 4.1.1-Passivos e contingentes, é composto por um descritor e refere-se a dívida pública, mais especificamente a passivos e contingentes. A Tabela 19 apresenta os valores auferidos nos anos de 2014 e 2016.

Tabela 19 - PVE 4.1.1 Passivos e contingentes.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,00	1,00
	2016	0,20	2,80
	Evolução	-1,80	-
Goiânia	2014	-0,20	3,20
	2016	-0,20	3,20
	Evolução	0,00	-
João Pessoa	2014	-0,20	3,20
	2016	-0,20	3,20
	Evolução	0,00	-
Palmas	2014	3,00	0,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,00	-
Vitória	2014	3,00	0,00
	2016	-0,20	3,20
	Evolução	-3,20	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O descritor subPVE 4.1.1.1 Passivos contingentes como porcentagem da receita própria representa o total de passivos contingentes exigíveis nos próximos cinco anos como porcentagem da receita própria no mesmo período. Em muitos casos os principais riscos da gestão fiscal de uma cidade surgem dos chamados passivos contingentes (ICES, 2013).

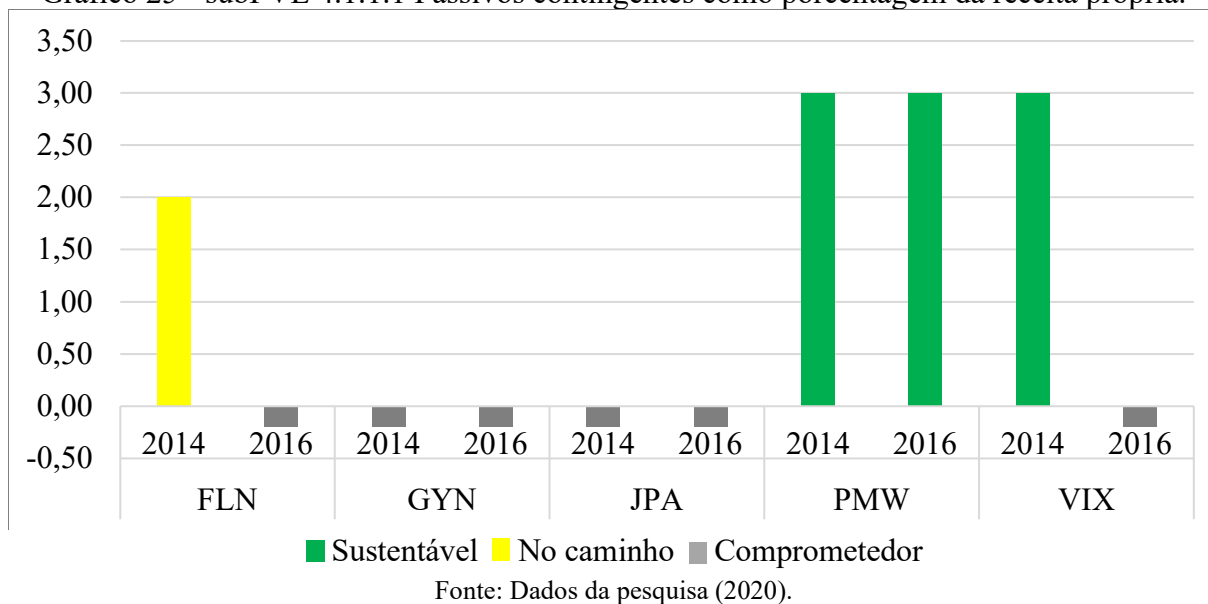
Os passivos contingentes são passivos nos quais uma entidade pode ou não incorrer em função do resultado de um fato futuro, como é o caso de um processo judicial. Embora esses passivos devam ser registrados nas contas do governo e anotados no balanço geral, essa não é uma prática comum na América Latina e no Caribe. Como resultado, os governos locais da

região podem se ver frente a possíveis tensões fiscais e, devido aos passivos contingentes, nem o governo local nem o governo nacional estariam conscientes de sua verdadeira situação fiscal.

Para conhecer os passivos contingentes de um governo local, deve-se verificar se eles estão sendo registrados como passivos ou, no caso daqueles que não estejam sendo registrados, determinar se algum deles poderia representar um problema sério nos curto e médio prazos. É importante também verificar o período de exigibilidade desses passivos. Para determinar sua importância relativa, comparar o montante dos passivos contingentes exigíveis nos cinco anos seguintes, dividi-lo pela receita própria nesse período e multiplica-lo por 100. Receita própria e a receita total menos as transferências (ICES, 2013).

Em muitos casos os principais riscos da gestão fiscal de uma cidade surgem dos chamados passivos contingentes; ou seja, aqueles que não necessariamente aparecem no balanço do governo municipal porque não são exigíveis no curto prazo mas que poderiam ser um risco caso se tornassem realidade. Entre esses passivos encontram-se as obrigações de pensões que o governo municipal tenha a seu cargo, ou uma possível falência de uma empresa municipal, o que implicaria má gestão (ICES, 2013).

Gráfico 25 - subPVE 4.1.1.1 Passivos contingentes como porcentagem da receita própria.



Conforme os valores expostos tem-se de modo geral, que as cidades apresentaram um desempenho ainda abaixo do esperado de cidades sustentáveis. Sendo a cidade de Palmas a melhor avaliada nos dois anos, ao obter desempenho N3. Em 2014 Vitória também obteve pontuação de 3,0 pontos e Florianópolis de 2,0 pontos. No ano de 2016, com exceção de Palmas, todas as cidades foram penalizadas e obtiverem a classificação N0 por não disponibilizarem os dados referentes às Redes de Monitoramento Cidadão.



O segundo ponto de vista elementar da área de preocupação quatro, PVE 4.1.2 - Sustentabilidade da dívida, é composto por dois descritores e referem-se à sustentabilidade da dívida, mais especificamente ao Coeficiente do serviço da dívida e ao seu crescimento. A Tabela 20 apresenta os valores auferidos nos anos de 2014 e 2016.

Tabela 20 - PVE 4.1.2 Sustentabilidade da dívida.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	2,00	1,00
	2016	2,00	1,00
	Evolução	0,00	-
Goiânia	2014	2,07	0,93
	2016	1,57	1,43
	Evolução	-0,50	-
João Pessoa	2014	2,00	1,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	1,00	-
Palmas	2014	2,00	1,00
	2016	2,00	1,00
	Evolução	0,00	-
Vitória	2014	2,00	1,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	1,00	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme os valores expostos tem-se, de modo geral, que as cidades apresentaram um desempenho mediano, sendo a média de pontuação em 2014 de 2,01 e em 2016 de 2,31 pontos.

O subPVE 4.1.2.1-Coeficiente do serviço da dívida representa a divisão entre o coeficiente das despesas com serviço da dívida pela receita própria de uma municipalidade. Bem como tem a função de avaliar a sustentabilidade do endividamento vigente de uma cidade (ICES, 2013). Calcula-se o coeficiente do serviço da dívida dividindo os custos totais do serviço da dívida a longo prazo, incluídos pagamentos de locações, financiamento temporário e outros encargos da dívida, pela receita própria total. A receita própria total é constituída pela receita total menos as transferências.

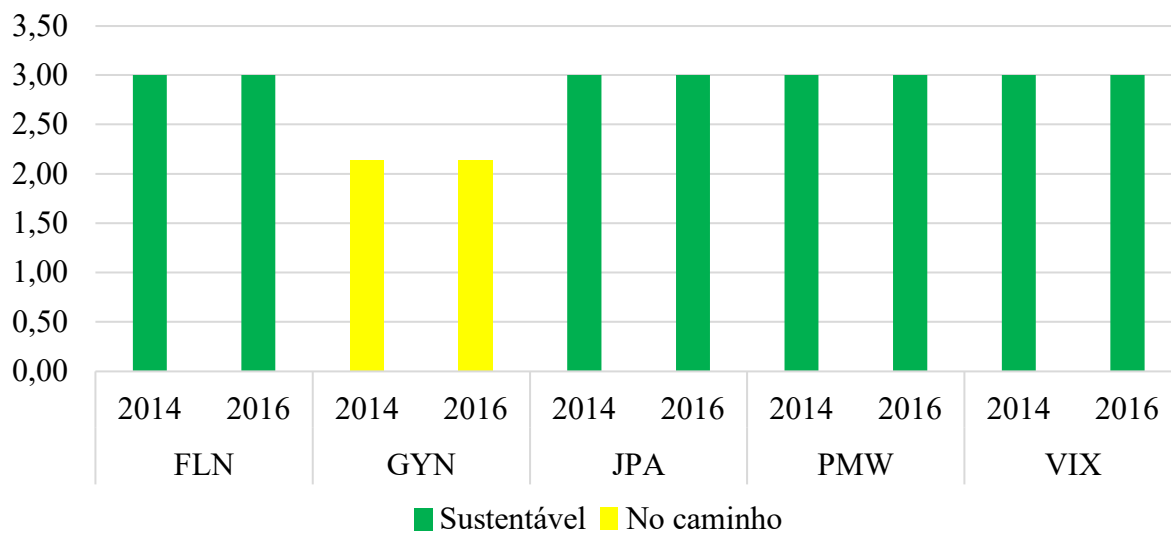
O propósito deste indicador é avaliar a sustentabilidade do endividamento vigente de uma cidade. Essa capacidade de endividamento é avaliada em função da capacidade de pagamento que tem a cidade para cobrir a amortização de capital e os juros da dívida contraída. A capacidade de pagamento é mensurada por meio da receita própria de uma municipalidade,

ou seja, aquela da qual ela dispõe com liberdade. Em alguns países com regras de endividamento municipal definidas, este indicador deve ser analisado levando-se em conta a regulamentação vigente nessa matéria.

Um coeficiente de serviço da dívida alto pode significar que uma municipalidade contraiu muitas dívidas, mas também pode significar que ela assumiu uma postura agressiva com relação a seu pagamento e que está amortizando de forma rápida. De maneira análoga, um coeficiente do serviço da dívida baixo pode significar que uma municipalidade é financeiramente forte e capaz de financiar a maioria dos projetos de capital por meio de seu orçamento operacional, ou pode, também, indicar que uma municipalidade é financeiramente mais frágil e protelou projetos de capital, permitindo assim a deterioração de infraestruturas importantes. (ICES, 2013).

A avaliação deste descritor se dá no nível de impacto N3 quando a cidade apresenta resultados menor que 10%, o nível N2 quando é entre 10% e 20%, N1 quando abaixo de 20% e N0, quando não são disponibilizadas as informações referentes. No Gráfico 26, tem-se o coeficiente do serviço da dívida.

Gráfico 26 - subPVE 4.1.2.1 Coeficiente do serviço da dívida.

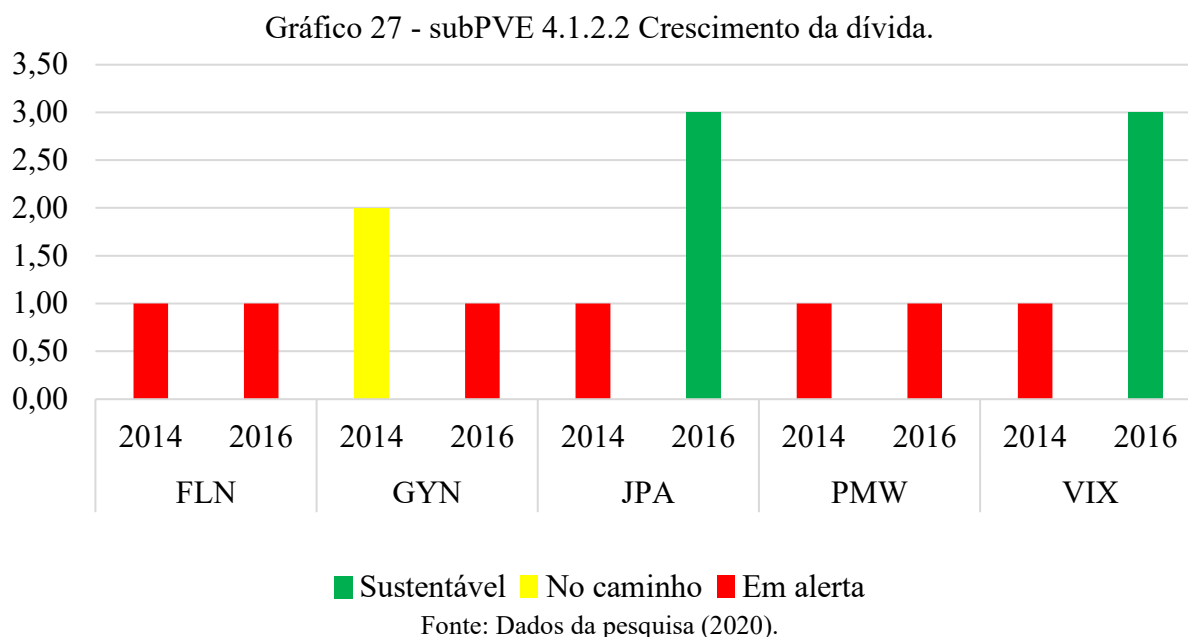


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O descritor subPVE 4.1.2.2 - Crescimento da dívida representa a “taxa média de crescimento anual da dívida nos últimos três anos. Identifica-se a dívida financeira e não financeira que a cidade contraiu nos últimos três anos. A partir desses valores, calcula-se a taxa anual de crescimento entre os anos considerados. A seguir, calcula-se a média dessas cifras para obter a taxa média de crescimento para o período. O objetivo é determinar se há uma tendência

expansiva no crescimento do endividamento da cidade ou se, ao contrário, o crescimento do endividamento mostra uma tendência sustentável no tempo (ICES, 2013, p. 181).

A avaliação deste descritor se dá no nível de impacto N3 quando a cidade apresenta a taxa de crescimento real anual negativa, o nível N2 quando é entre 0% e 2%, N1 quando superior a 2% e N0, quando não são disponibilizadas as informações referentes. No Gráfico 27, tem-se o crescimento da dívida.



Conforme os valores expostos tem-se, de modo geral, que as cidades apresentaram um desempenho ainda abaixo do esperado de cidades sustentáveis. Em 2014 a melhor avaliação se deu por Goiânia, sendo a mesma no nível de impacto N2, equivalente a 2,0 pontos. As demais cidades apresentaram desempenho N1, com 1,0 cada. No ano de 2016, João Pessoa e Vitória melhoraram seus desempenhos e pontuaram com 3,0 pontos cada. As demais cidades mantiveram o desempenho N1.

O último ponto de vista elementar da área de preocupação quatro se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal e possui 2 descritores relativos a indicadores locais. De acordo com Debus (2001), os objetivos da LRF são: estabelecimento de uma ação planejada e transparente; a prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio orçamentário; garantia de equilíbrio nas contas públicas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar. Os meios utilizados para se atingir esses objetivos são o cumprimento de metas de receitas e

despesas, obediência a limites e condições para a dívida pública e gastos com pessoal. A Tabela 21 apresenta os valores auferidos nos anos de 2014 e 2016.

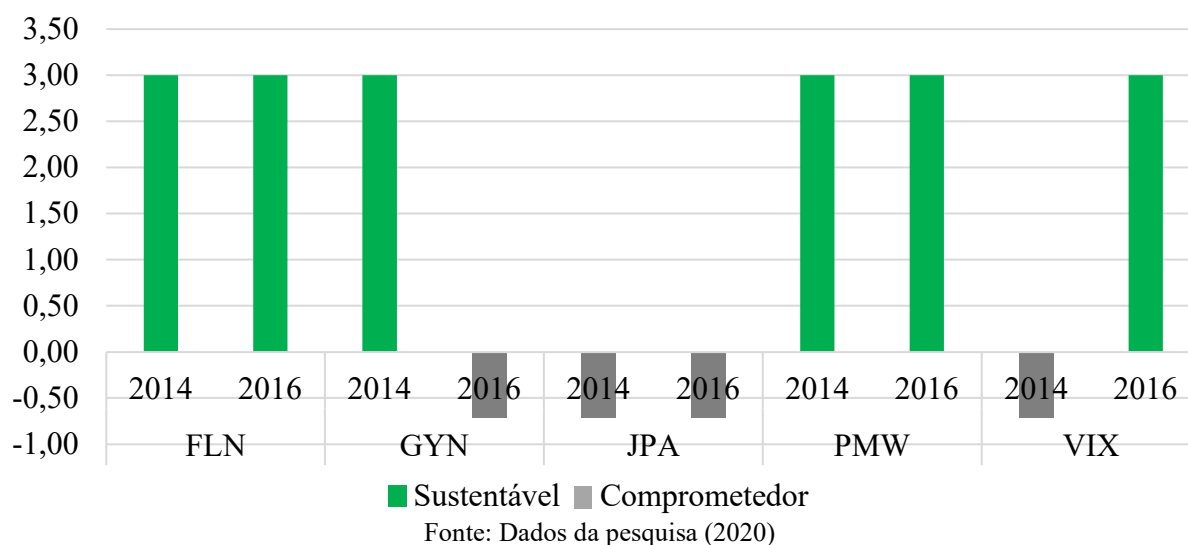
Tabela 21 - PVE 4.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal.

<b>Cidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Desempenho</b>	<b>Diferença em relação ao nível N3</b>
Florianópolis	2014	3,00	0,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,00	-
Goiânia	2014	3,00	0,00
	2016	-1,14	4,14
	Evolução	-4,14	-
João Pessoa	2014	-1,14	4,14
	2016	-1,14	4,14
	Evolução	0,00	-
Palmas	2014	3,00	0,00
	2016	3,00	0,00
	Evolução	0,00	-
Vitória	2014	-1,14	4,14
	2016	3,00	0,00
	Evolução	4,14	-

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme os valores expostos tem-se, de modo geral, que as cidades apresentaram um desempenho mediano, sendo a média de pontuação em 2014 e 2016 de 1,34 pontos. Os melhores desempenhos foram apresentados por Florianópolis e Palmas e os piores por Goiânia e Vitória. O subPVE 4.1.3.1-Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais) é avaliada no nível de impacto N3 quando a cidade apresenta resultados menor que 80%, o nível N2 quando é entre 80% e 120%, N1 quando acima de 120% e N0, quando não são disponibilizadas as informações referentes. No Gráfico 28, tem-se o desempenho das cidades no subPVE 4.1.3.

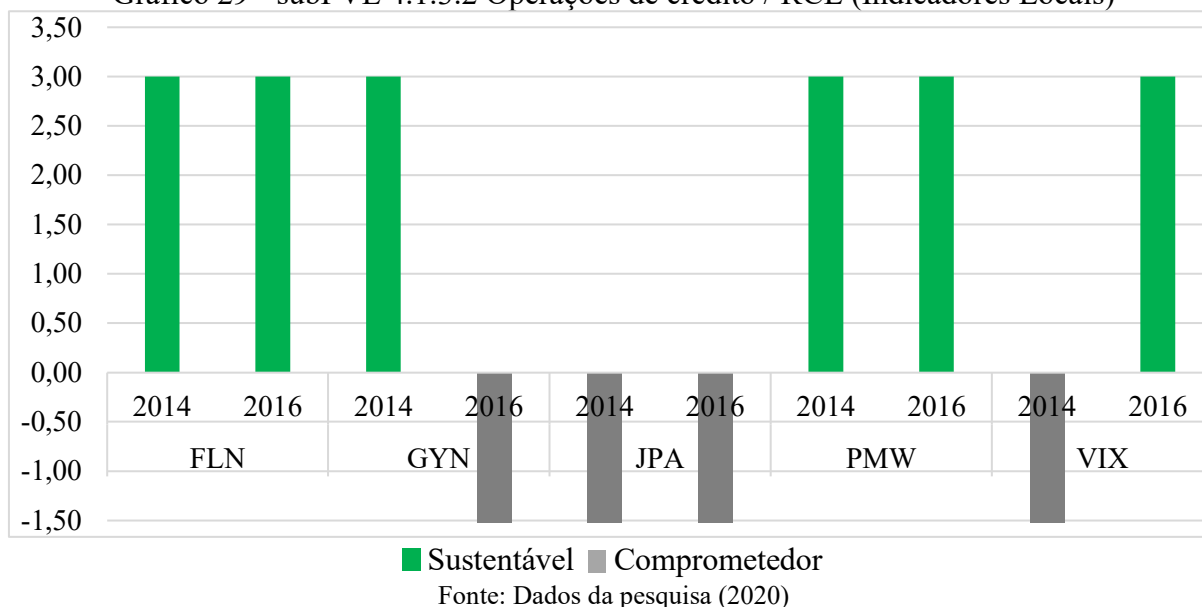
Gráfico 28 - subPVE 4.1.3.1 Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida



Conforme os valores expostos, modo geral, as cidades apresentaram um desempenho relativamente positivo. Os melhores desempenhos foram apresentados por Florianópolis e Palmas que alcançaram o nível de impacto N3 nos dois anos avaliados e os piores por João Pessoa que obteve desempenho N0 nos dois anos, sendo assim penalizada.

A avaliação do descritor subPVE 4.1.3.2 Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais) se dá no nível de impacto N3 quando a cidade apresenta resultados menor que 10%, o nível N2 quando é entre 10% e 16%, N1 quando acima de 16% e N0, quando não são disponibilizadas as informações referentes. No Gráfico 29 tem-se o desempenho das 5 cidades no subPVE 4.1.3.2.

Gráfico 29 - subPVE 4.1.3.2 Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)

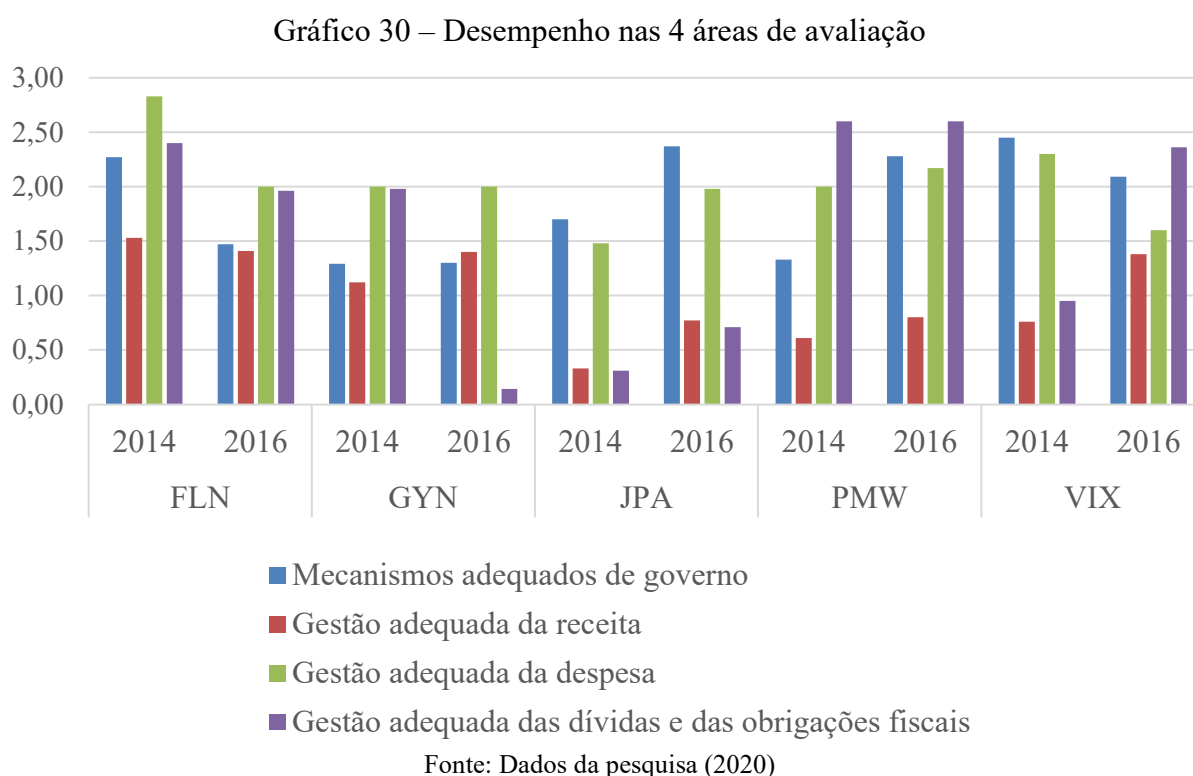


Conforme os valores expostos tem-se, de modo geral, que as cidades apresentaram um desempenho mediano. Os melhores desempenhos foram apresentados por Florianópolis e Palmas que alcançaram o nível de impacto N3 nos dois anos avaliados e os piores por João Pessoa que obteve desempenho N0 nos dois anos, sendo assim penalizada. Também foram penalizadas as cidades de Vitória em 2014 e Goiânia em 2016.

## 5 ANÁLISE COMPARATIVA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No total, distribuídos nos dois anos estudados, cada cidade foi avaliada em 58 descritores, sendo 29 por cada ano, distribuídos entre 04 áreas de preocupação, 06 pontos de vistas fundamentais, e 12 pontos de vistas elementares. De modo que somadas as cinco capitais foram avaliados 290 descritores. Sendo a nota média das capitais no ano de 2014 de 1,14 pontos e a avaliação global média em 80,68, em 2016 as médias foram de 1,67, e 83,33. E no período total, as médias foram fixadas em 1,64 e 81,98. Conforme avaliado Florianópolis e Goiânia obtiveram decréscimos em seus índices entre o primeiro e o segundo anos estudados. João Pessoa, Palmas e Vitória apresentaram melhoras em suas pontuações.

Quanto à análise dos municípios nas áreas de avaliação o Gráfico 30 expõe os desempenhos obtidos nas 4 áreas.

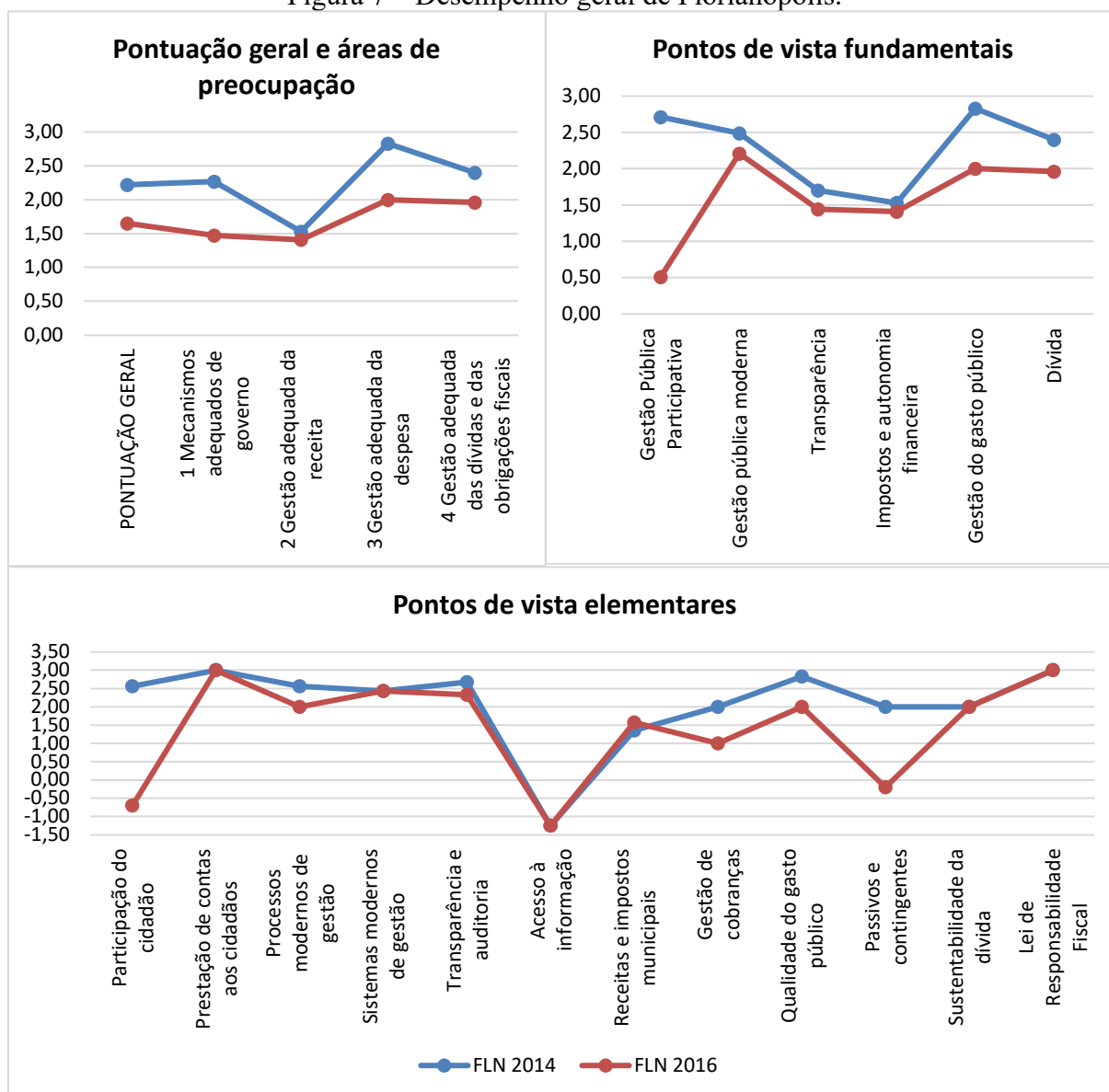


Conforme exposto nota-se que de tanto no ano de 2014 quanto em 2016 a área de preocupação 3 - Gestão adequada da despesa, foi a que obteve maior desempenho médio, seguida pelas áreas 1, 4 e 2, consecutivamente. Em 2014 área 3 também foi a que obteve maior desempenho médio, seguida pelas áreas 1, 4 e 2, consecutivamente. Na área 1 - mecanismos adequados de governo a pontuação média em 2014 foi de 1,81 e em 2016 de 1,90, sendo as melhores avaliadas as cidades de Florianópolis, Vitória e João Pessoa em 2014 já em 2016 as melhores foram João Pessoa, Palmas e Vitória, consecutivamente.

A área de avaliação 2 - Gestão adequada da receita, que apresentou as piores médias, sendo elas 0,87 e 1,15, destaca-se nenhuma cidade, em nenhum dos anos chegou ao menos próximo de um nível médio de sustentabilidade, sendo a maior nota obtida por Florianópolis (1,53) em 2014 e a pior por João Pessoa (0,33) também em 2014. A área de avaliação 4 - Gestão adequada das dívidas e das obrigações fiscais apresentou médias baixas, sendo elas 1,65 em 2014 e 1,55 em 2016, destaca-se que as cidades, em nenhum dos dois anos chegaram ao menos próximo de um nível adequado de sustentabilidade, sendo as maiores notas obtidas por Palmas (2,60) em 2014 e 2016 e a pior por João Pessoa (0,31) em 2014

A seguir serão apresentados alguns aspectos individuais de cada município como seus desempenhos gerais e nas áreas de preocupação, nos pontos de vista fundamentais e nos pontos de vista elementares. Iniciando-se com Florianópolis, de acordo com a Figura 7.

Figura 7 – Desempenho geral de Florianópolis.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).



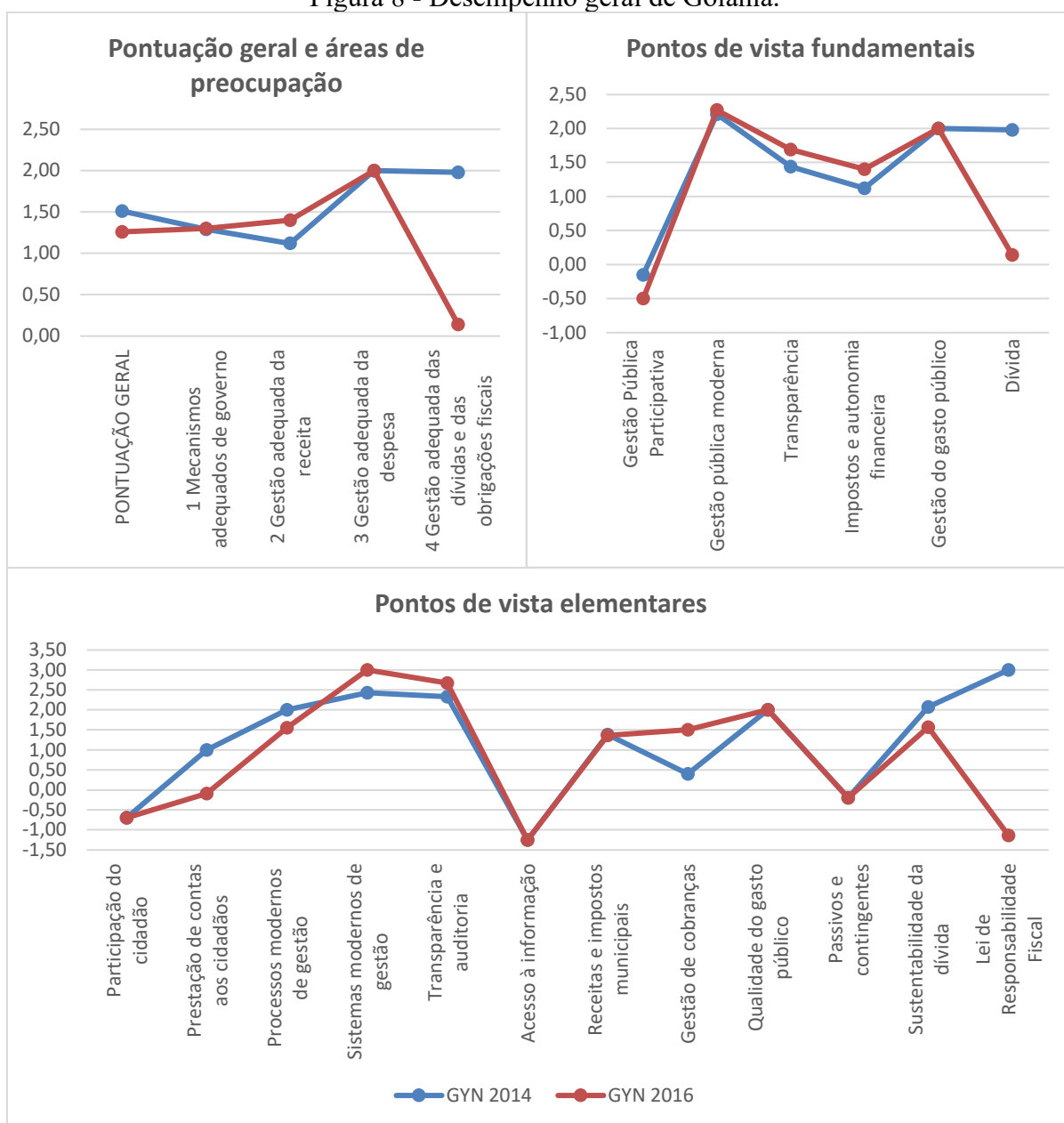
A pontuação geral de Florianópolis em 2014 foi de 2,22, nível N2, caindo para 1,65, nível N1, em 2016. Ao observar a Figura 7 nota-se que em 2016 as notas da cidade caíram em todas as áreas de preocupação e pontos de vista fundamentais. Entre os pontos de vista elementares 06 deles apresentaram queda e os outros seis mantiveram o desempenho de 2014.

Ao analisar os componentes da área de preocupação um, fica possível inferir que Florianópolis demonstrou problemas relacionados aos temas da participação social, da transparência e do acesso à informação. Em relação à área dois os problemas maiores encontram-se relacionados à impostos, autonomia financeira e gestão de cobranças os demais temas apresentaram valores medianos. Já a área de preocupação três teve desempenho mediano em todos os pontos de vista fundamentais e elementares. De modo que ainda carecem de melhorias. Por último a área quatro obteve bons resultados relativos à LRF, mediano nos temas relativos à dívida e sua sustentabilidade, e ruim quanto aos passivos e contingentes.

Sendo assim cidade de Florianópolis quanto à sua dimensão de sustentabilidade fiscal e de governança merece atenção não necessariamente pelos números, mas pelas tendências identificadas durante o processo de diagnóstico. Embora os indicadores mostrem uma saúde fiscal do município mediana, carecendo de melhorias em todas as áreas e pontos de vistas, os desempenhos ruins especialmente aqueles relativos à gestão pública participativa, gestão pública moderna, transparência e impostos e autonomia financeira apontam para a necessidade de atuação nesses temas de modo que a Prefeitura corrija eventuais práticas e possa melhorar sua autonomia financeira por meio do aprimoramento de seus gastos e pelo aumento de sua receita própria. Além disso, há muito que avançar na modernização da gestão pública municipal.

Com relação à cidade de Goiânia sua pontuação geral caiu de 1,51 para 1,26 sendo ambas ruins, referentes ao nível de impacto N1. Nota-se que em 2016 as notas da cidade se mantiveram em duas áreas de preocupação, melhorou em uma e piorou em outra. Havendo queda em dois pontos de vista fundamentais, melhorias em outros dois PVF's e estabilidade em outros dois. Entre os pontos de vista elementares quatro deles apresentaram queda, três mantiveram o desempenho de 2014 e três melhoraram. A Figura 8 demonstra os desempenhos gerais e nas áreas de preocupação, nos pontos de vista fundamentais e nos pontos de vista elementares de Goiânia.

Figura 8 - Desempenho geral de Goiânia.



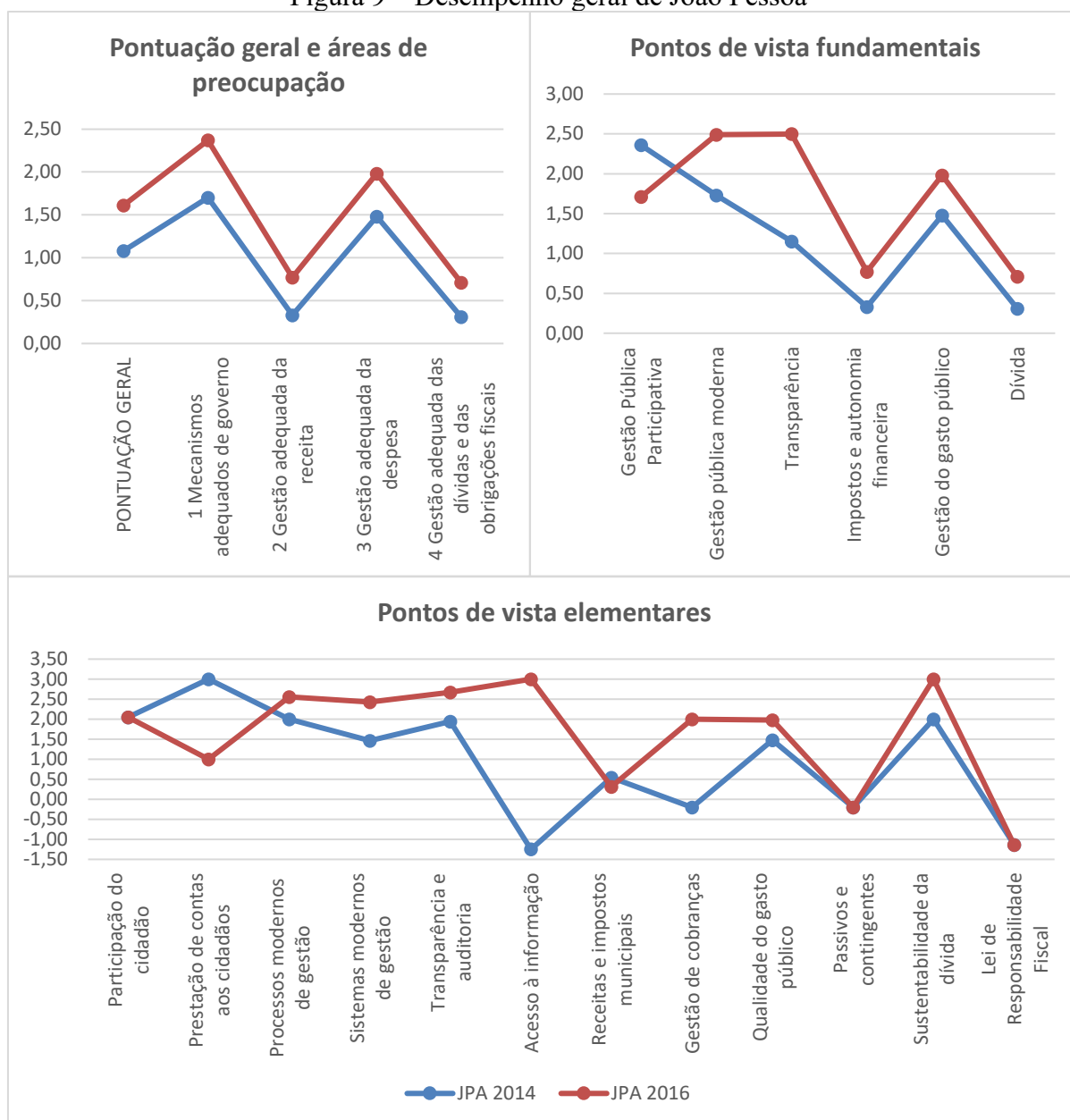
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ao analisar os componentes da área de preocupação um temas que Goiânia demonstrou problemas graves relacionados aos temas da participação social, do acesso à informação, da prestação de contas ao cidadão, dos processos moderno de gestão medianos, os temas relativos à transparência e gestão pública moderna foram carecem de atenção mediana. Em relação à área dois os problemas maiores encontram-se relacionados à impostos, autonomia financeira e gestão de cobranças os demais temas apresentaram valores medianos. Já a área de preocupação três teve desempenho mediano em todos os pontos de vista fundamentais e elementares. De modo que também carecem de melhorias. Por último a área quatro obteve bons resultados

relativos à LRF, mediano nos temas relativos à dívida e sua sustentabilidade, e ruim quanto aos passivos e contingentes.

Em relação à sustentabilidade fiscal e de governança da cidade de Goiânia, foi identificado o maior número de temas a serem prioritariamente apurados, dentre os quais: gastos públicos, gestão da dívida, passivo contingente, auditoria, gestão por resultados, gestão pública moderna e participação dos cidadãos no planejamento municipal. A seguir Figura 9 demonstra os desempenhos gerais e nas áreas de preocupação, nos pontos de vista fundamentais e nos pontos de vista elementares de João Pessoa.

Figura 9 – Desempenho geral de João Pessoa



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

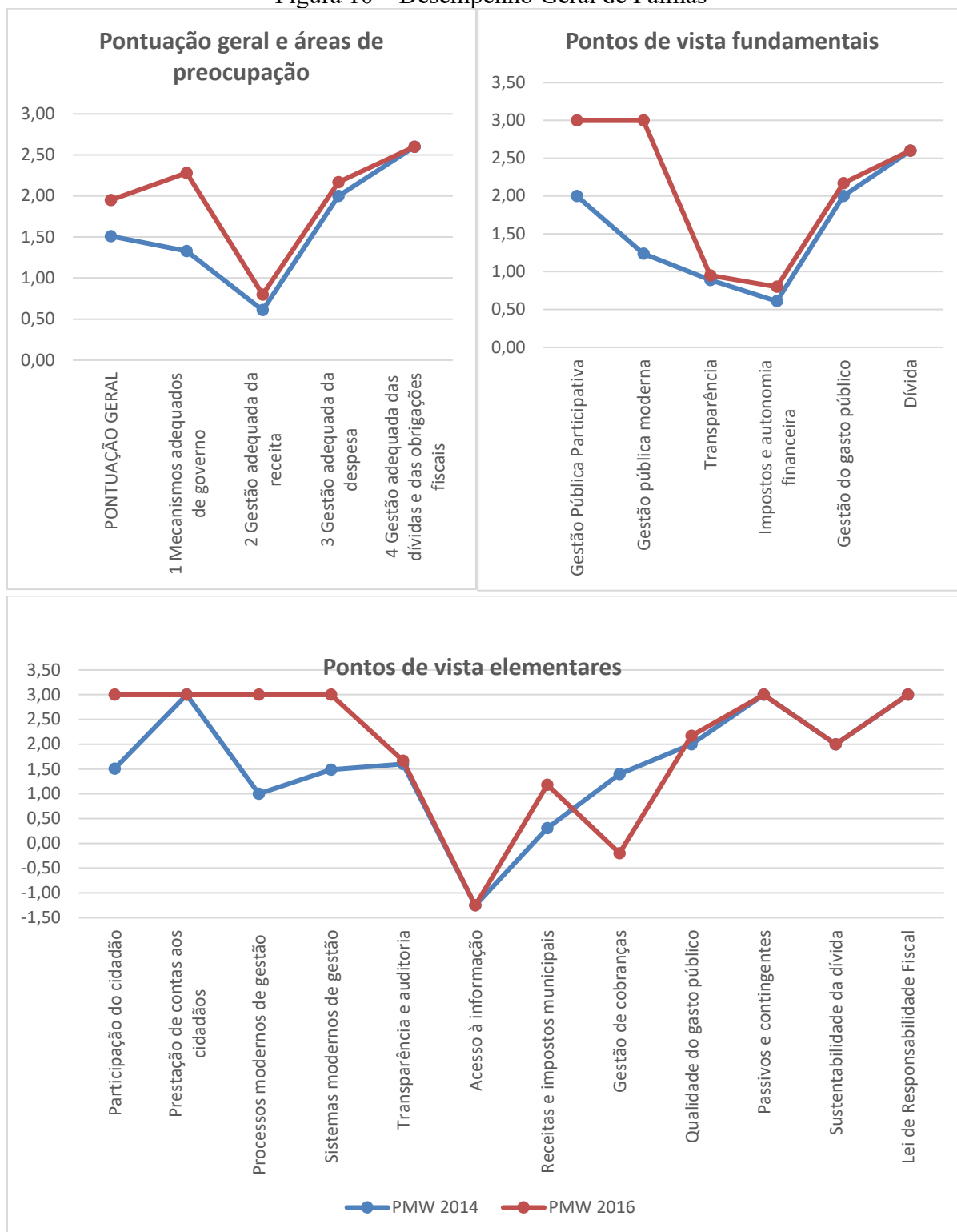
A pontuação geral de João Pessoa em 2014 foi de 1,08 subindo em 2016 para 1,61, ambas no nível de impacto N1. Ao observar a Figura 9 nota-se que em 2016 quase toa as notas da cidade aumentaram em nas áreas de preocupação e pontos de vista fundamentais. Entre os pontos de vista elementares apenas 01 deles apresentou queda, outros sete elevaram seus desempenhos de 2014 e quatro se mantiveram estáveis.

Ao analisar os componentes da área de preocupação um fica possível inferir que João Pessoa demonstrou problemas relacionados aos temas da participação social, do acesso à informação, da transparência, da gestão pública moderna e, da prestação de contas ao cidadão. Em relação à área dois os problemas maiores encontram-se relacionados à impostos e autonomia financeira e à gestão de cobranças, os demais temas apresentaram valores positivos ou medianos. Já na área de preocupação três os maiores problemas relacionam-se com a gestão e qualidade do gasto público. Por último a área quatro obteve resultados ruins relativos à dívida e sua sustentabilidade, à LRF, e quanto aos passivos e contingentes.

Assim João Pessoa possui uma sustentabilidade fiscal e de governança avaliada entre mediana e ruim se comparada a outras cidades semelhantes no Brasil. De modo que, apresenta baixo grau de autonomia financeira. Isto sinaliza para uma limitação da autonomia e da capacidade do município em estabelecer suas prioridades, uma vez que boa parte de sua capacidade de investimento está condicionada pelas transferências do Governo Federal. Apesar da existência de um plano estratégico (Plano Plurianual - PPA), aprovado por lei municipal, que estabelece as ações, as metas e as prioridades do governo para o período de quatro anos, a remuneração de pessoal não está alinhada com um sistema de indicadores de desempenho. Não existem sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal e nem sistemas de aquisições eletrônicos.

Com relação à cidade de Palmas sua pontuação geral subiu de 1,51 para 1,96 sendo ambas ruins e referentes ao nível de impacto N1. Em 2016 as notas da cidade elevaram em quase todas as áreas de preocupação e pontos de vista fundamentais e apresentou estabilidade na área quatro e no PVF 4.1. Entre os pontos de vista elementares apenas um deles apresentou queda, cinco mantiveram o desempenho de 2014 e seis melhoraram. A Figura 10 demonstra os desempenhos gerais e nas áreas de preocupação, nos pontos de vista fundamentais e nos pontos de vista elementares de Palmas.

Figura 10 – Desempenho Geral de Palmas



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ao mensurar os componentes da área de preocupação um temas que Palmas demonstrou problemas graves relacionados aos temas da transparência e auditoria e, do acesso à informação, os demais obtiveram todos a nota mais alta (3). Em relação à área dois os problemas maiores encontram-se relacionados a receitas e impostos, autonomia financeira e gestão de cobranças

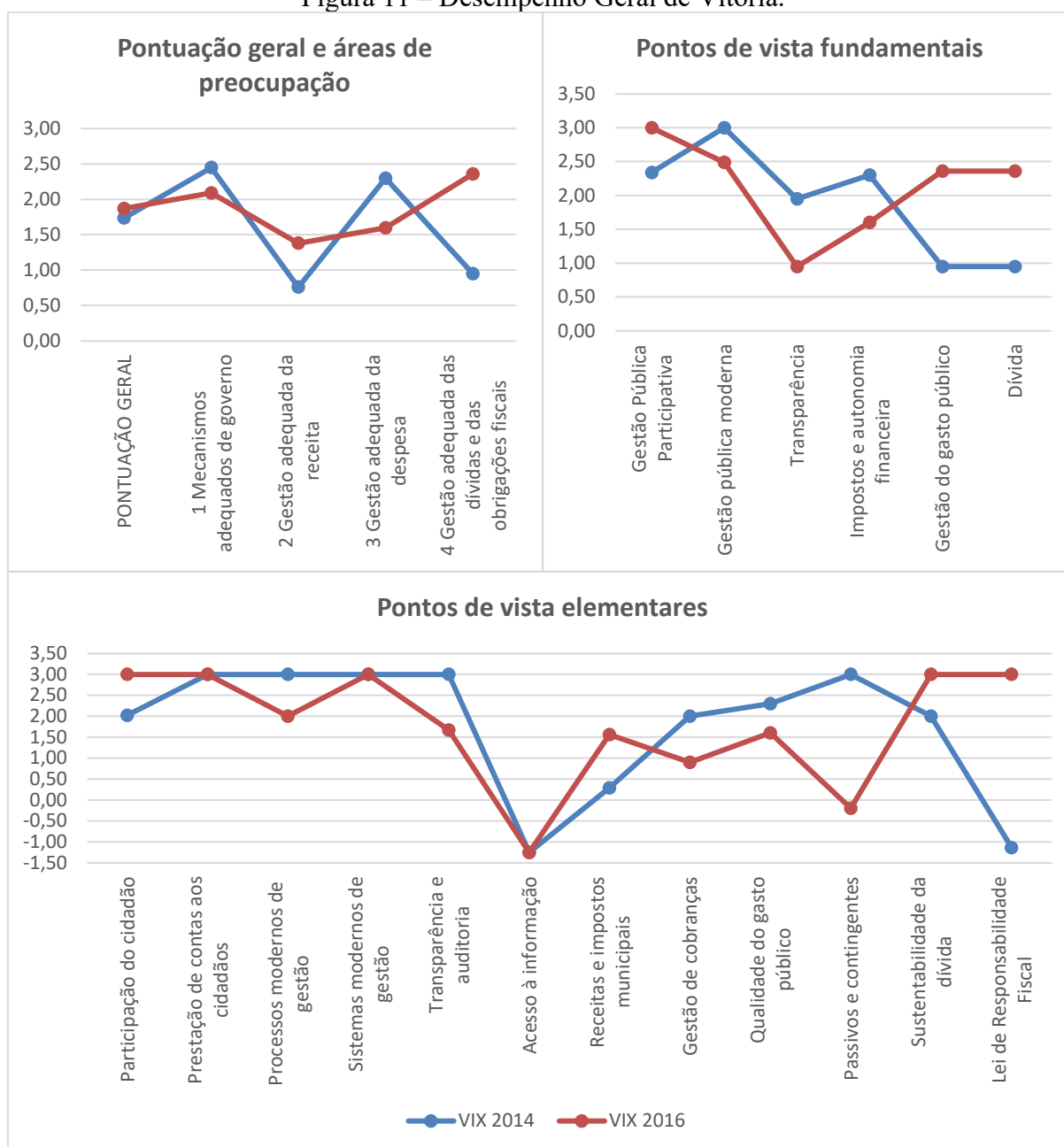
os demais temas apresentaram valores medianos. Na área de preocupação três os maiores problemas relacionam-se com a gestão e qualidade do gasto público. De modo que também carecem de melhorias. Já na área de preocupação três os maiores problemas relacionam-se com a gestão e qualidade do gasto público. Por último a área quatro obteve resultados ruins relativos à dívida e sua sustentabilidade.

De maneira geral a Gestão Pública de Palmas foi avaliada de forma média a positiva em 2016. Quanto à sustentabilidade fiscal e de governança da cidade a modernização da gestão pública, a transparência, o acesso à informação, a gestão adequada da receita, e a autonomia financeira municipal são os temas que merecem atenção especial. Com relação à participação das transferências no orçamento total, o Município de Palmas se enquadra entre as capitais com maior dependência das transferências constitucionais e voluntárias no orçamento. A modernidade e a democratização na gestão pública são desafios importantes na busca pelo desenvolvimento sustentável.

A melhoria da sustentabilidade fiscal e de governança da cidade de Palmas impõe um grande desafio na medida em que necessita de grande empenho político das lideranças municipais para garantir o sucesso de sua implementação. O aumento da eficiência da administração tributária e financeira, associada à modernização da gestão pública, como instrumento de controle social do dinheiro público irá garantir maior autonomia, viabilizando, assim, a realização de investimentos necessários para a implantação de medidas necessárias. Essa modernização, associada à melhoria da transparência, se constituirão em importantes instrumentos de controle social e de melhoria das finanças municipais, permitindo os avanços necessários ao desenvolvimento da cidade.

Por fim, em atenção à cidade de Vitória sua pontuação geral apresentou uma ligeira melhoria indo de 1,74 para 1,87 referentes ao nível de impacto N1. Nota-se que em 2016 as notas da cidade se elevaram em duas áreas de preocupação, e caíram em outras duas. Havendo queda em três pontos de vista fundamentais e melhorias em outros três PVF's. Entre os pontos de vista elementares cinco deles apresentaram queda, três mantiveram o desempenho de 2014 e quatro melhoraram. A Figura 11 demonstra os desempenhos gerais e nas áreas de preocupação, nos pontos de vista fundamentais e nos pontos de vista elementares de Vitória.

Figura 11 – Desempenho Geral de Vitória.



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ao analisar os componentes da área de preocupação um fica possível inferir que a cidade de Vitória demonstrou problemas relacionados aos temas da transparência e auditoria e, do acesso à informação, dentre os demais, a maioria obteve a nota mais alta (3). Em relação à área dois os problemas maiores encontram-se relacionados a receitas, impostos e autonomia financeira e à gestão de cobranças, os demais temas apresentaram notas medianas. Já na área de preocupação três os maiores problemas relacionam-se com a gestão e qualidade do gasto público. Por último a área quatro obteve resultados ruins relativos aos passivos e contingentes.

De maneira geral a Gestão Pública de Vitória foi analisada de forma média a positiva em 2016, havendo significativa melhora em relação a 2014. embora questões relativas à capacidade de arrecadação de impostos e autonomia financeira do município, apresentem um cenário preocupante. A cidade de Vitória tem realizados esforços, para a construção de uma política de Gestão Compartilhada que tem como princípios, gabinete itinerante que, por meio de audiências, realiza escuta à população e; planejamento estratégico. Neste contexto foram implantados diversos serviços.

A Prefeitura de Vitória conta com vários instrumentos que contemplam uma gestão pública moderna. Um exemplo importante da moderna gestão de Vitória é a remuneração do pessoal baseada em sistema de indicadores de desempenho. Com a implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho no Município de Vitória, os servidores efetivos do município passaram a ser avaliados por suas competências, conforme estabelecido por Lei Complementar Municipal, utilizada para fins de aquisição da estabilidade no serviço público.

Para alcançar uma melhor sustentabilidade fiscal e de governança da cidade de Vitória é necessário que a gestão trate das questões relativas à estabilidade fiscal e administrativa. Embora encontre-se em uma situação fiscal relativamente confortável no presente, as projeções futuras de queda na arrecadação indicam a necessidade de ações com vistas a impedir essas perdas. Dessa forma, são necessárias medidas voltadas para a maior eficiência das finanças públicas do município, a qual passa tanto pelo aumento da capacidade de arrecadação do município quanto pela melhoria nos processos com objetivo de tornar os gastos públicos mais eficientes.

Diante dos cenários municipais apresentados acima para fazer face ao desafio de transformar positivamente a administração municipal e, particularmente, aos desafios para melhoria da sua sustentabilidade fiscal e de governança, as gestões das cinco capitais requerem melhorias de processos, aperfeiçoamento de pessoal, equilíbrio fiscal e modernização das instalações onde são exercidas as funções de governo. Bem como medidas de fiscalização e controle, no âmbito estrito da governabilidade municipal, mas integrados a outras esferas de governo, deverão ser unificados em busca de integração e eficácia na boa administração para o desenvolvimento da cidade. Diante das análises acima apresentas, a próxima seção será dedicada às considerações finais.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi o de realizar uma avaliação de sustentabilidade fiscal e governança em nível local. Para tanto, de modo a cumprir este objetivo, utilizou a ferramenta de análise multicritério MACBETH, para avaliar comparativamente as cinco capitais brasileiras que integram a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Sendo este objetivo bem como os objetivos específicos alcançados positivamente.

No entanto cabe aqui mencionar que a realização da pesquisa demandou um considerável esforço, demandando um trabalho extremamente minucioso e extenso. Uma vez que foram avaliados 51 critérios, distribuídos entre 04 áreas de preocupação, 29 descritores, 06 pontos de vistas fundamentais, e 12 pontos de vistas elementares. Referentes a 05 cidades e por 2 anos diferentes. Sendo assim estruturados, mensurados, analisados e comparados 510 critérios no total. Bem como demandou a aquisição de licença, para uso da ferramenta MACBETH pelo custo de 175,00 EUROS, perfil acadêmico e válida por 1 ano.

A partir do trabalho foi possível observar que em atenção aos conceitos sustentados tanto pela metodologia ICES, desenvolvida pelo BID, quanto pela Agenda 2030 e seus os ODS, que ambas adotam um conjunto de metas que contemplam ações nas três dimensões clássicas (ambiental, social e econômica) no entanto a ICES apresenta o diferencial de adotar explicitamente temas de boa governança, possibilitando assim a realização deste estudo, uma vez que seu objeto refere-se a dimensão “Sustentabilidade Fiscal e de Governança”.

Observou-se que os níveis gerais de sustentabilidade fiscal e governança auferidos, em termos de avaliação global, das capitais analisadas, em 2014, conforme dados registrados nos planos diagnósticos e em 2016, após a ação das Redes de monitoramento, apresentaram uma avaliação aquém do que se espera de capitais médias, sendo estas aquelas que possuem população entre 100 mil e 2 milhões de habitantes e preenchem critérios socioeconômicos que as caracterizem como emergentes, conforme proposto pelo modelo desenvolvido. De modo que nenhuma cidade, em nenhum dos dois anos avaliados pôde ser considerada como sendo sustentável quantos aos seus aspectos fiscais e de governança.

Em consideração à Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, desenvolvida pelo BID, cabe alertar que apesar de ser uma iniciativa realizada em diversas cidades da América Latina e Caribe, no Brasil seus resultados e possíveis desdobramentos são de certa maneira questionáveis. Uma vez que desde seus momentos iniciais, entre 2013, até os dias de hoje tem-se a impressão de que a ICES serviu mais aos interesses políticos dos municípios brasileiros

participantes e seus gestores, que buscaram a promoção de suas participações no programa massivamente do que efetividade do programa.

Dentre os principais sinalizadores encontram-se a descontinuação do levantamento de indicadores devido à falta de organização e financiamento das Redes de monitoramento. Bem como a falta de continuidade, planejamento, integração e concretude do programa que impedem a realização das melhorias propostas pela ICES. Cabe destacar também pontos que remetem à uma certa falta de articulação, efetividade e uma possível má gestão de recursos. A realização dos planos diagnósticos e dos monitoramentos custaram milhões de reais e previam ainda a realização de empréstimos às cidades para que as mesmas pudessem realizar as melhorias nas áreas prioritária diagnosticadas, no entanto muitos foram os empecilhos para que recursos fossem liberados. Fazendo com que até hoje pouco tenha sido feito.

Quanto à realização da avaliação das capitais através da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (MCDA), especificamente com o uso da ferramenta MACBETH, o presente estudo demonstrou a validade do modelo proposto, bem como se mostrou indicado para avaliar a Sustentabilidade Fiscal e de Governança de qualquer gestão local, sendo ela participante da iniciativa ICES ou não, e não necessariamente cidades médias. Um dos motivos que possibilita estas futuras avaliações é o fato de os dados necessário para mensuração dos descritores serem informações de domínio público e de fácil acesso. Destaca-se também que o mesmo oferece várias representações gráficas que facilitam a elaboração de um relatório justificando as recomendações elaboradas.

Como desdobramentos futuros do presente trabalho vislumbra-se a realização de novos estudos com possível incremento de critérios, haja vista que a o conceito e de Sustentabilidade Fiscal e de Governança apresenta histórico relativamente novo, e em constante evolução. Cabendo por exemplo a inclusão de descritores relacionados a temas mais atuais tais como combate à corrupção, governo eletrônico, e-democracia, e e-participação entre outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira. **Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras**. 2012. 336f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012

AMORIM, P. K. D. F. ; SILVA, C. R. S.; FIGUEROA, F. H. V. .**PROPOSTA DE MODELO MULTICRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DE PORTAIS DE ELETRÔNICOS DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS BRASILEIROS**: Em que medida as câmaras municipais brasileiras vem sendo transparentes em seus portais?. In: 8º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2019, Brasília. Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2019. v. 8.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, p. 4-13, 2002.

AZEVEDO, I. S. C.; TEIXEIRA, C. S. Florianópolis: Uma análise evolutiva do desenvolvimento inovador da cidade a partir do seu ecossistema de inovação. **Revista do Alto Vale do Itajaí – REAVI**. v. 6, n.9, p. 108-121, jul., 2017.

BAI, Xuemei *et al.* Defining and advancing a systems approach for sustainable cities. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [s.l.], v. 23, p.69-78, dez. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2016.11.010>.

BAKLANOV, A. *et al.* From urban meteorology, climate and environment research to integrated city services. **Urban Climate**, [s.l.], v. 23, p.330-341, mar. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.uclim.2017.05.004>.

BALDIOTI, Hugo Ribeiro. **Abordagem Multicritério para Avaliação de Modelos Geradores de Cenários Aplicados ao Planejamento da Operação Hidrotérmica de Médio Prazo**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) – Departamento de Engenharia Elétrica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BANA E COSTA, C. A.; CHAGAS, M. P. A career choice problem: An example of how to use MACBETH to build a quantitative value model based on qualitative value judgements. **European Journal of Operational Research**, v. 153, n. 2, p. 323–331, 2004.

BANA E COSTA, C. A.; DE CORTE, J. M.; VANSNICK, J. C. MACBETH. (Overview of MACBETH multicriteria decision analysis approach). **International Journal of Information Technology and Decision Making**. v.11. p. 359-387, 2003.

BANA E COSTA, C. A.; ENSSLIN, L.; CORREA, E. C.; VANSNICK, J.-C. Decision support systems in action: Integrated application in a multicriteria decision aid process. **European Journal of Operational Research**, v. 113, n. 2, p. 315–335, 1999.

BANA E COSTA, C. A.; FERREIRA, JA Antunes; VANSNICK, J. C. Avaliação multicritério de propostas: O caso de uma nova linha do Metropolitano de Lisboa. **Revista de Transportes e Tecnologia**, v. 14, p. 31-65, 1995.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Organizational strategies for sustainable development: developing a research agenda for the new millennium. **Australian journal of management**, v. 27, n. 1\_suppl, p. 105-117, 2002.

BAZOLLI, J. Gestão das cidades: instrumentos contemporâneos e a judicialização da política urbana. In: DALENOGAR, F. (Coord.) *et al.*. **Novos paradigmas na administração municipal contemporânea**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2013.

BAZOLI, J. A.. Os desafios da democracia participativa e a complementariedade na democracia representativa: o Plano de Regularização Fundiária Sustentável e Participativo de Palmas/TO. In: Mônica Aparecida da Rocha Silva; Michelle Araújo Luz Cilli. (Org.). **Poder Político e políticas públicas: desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento**. 1ed.Palmas: Editora da Universidade Federal do Tocantins (EDUFT), 2017, v. 1, p. 145-161.

BAZZOLI, J.A.. Histórico do Programa ? uma visão das cidades de Palmas e Araguaína. In: BAZZOLI, J.A.; OLIVEIRA, Mariela C. Ayres; PEREIRA, Olivia de Campos Maia. (Org.). **Cidades sustentáveis: Tocantins em foco**. 1ed.Palmas: Editora da Universidade Federal do Tocantins - Eduft, 2017, v. 1, p. 19-32

BAZZOLI, J.A.; POVEDA, L. C. B. . A participação popular no município de Araguaína/ To como forma de assegurar o direito à cidade: o caso da garantia ao lazer às gerações futuras. In: BAZZOLI, J.A.; OLIVEIRA, Mariela C. Ayres; PEREIRA, Olivia de Campos Maia. (Org.). **Cidades sustentáveis: Tocantins em foco**. 1ed.Palmas: Editora da Universidade Federal do Tocantins - Eduft, 2017, v. 1, p. 159-186.

BENITES, Ana Jane. **Análise das cidades inteligentes sob a perspectiva da sustentabilidade**: o caso do Centro de Operações do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, p.224, 2016.

BERNARDES, Genilda D.'Arc; BORGES, Leandro Bernardes; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves. Repensando Goiânia da construção aos dias atuais. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 4-24, 2017.

BIBRI, Simon Elias. A foundational framework for smart sustainable city development: Theoretical, disciplinary, and discursive dimensions and their synergies. **Sustainable Cities and Society**, [s.l.], v. 38, p.758-794, abr. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scs.2017.12.032>.

BIBRI, Simon Elias; KROGSTIE, John. Smart sustainable cities of the future: An extensive interdisciplinary literature review. **Sustainable Cities and Society**, [s.l.], v. 31, p.183-212, maio 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scs.2017.02.016>.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2014). Anexo 2: indicadores da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis. **Guia metodológico 2ª Edição**. Recuperado em 8 maio, 2017, de <http://www.iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles/publicaciones-ciudades-sostenibles,18715.html>.

BOND, Alan J.; MORRISON-SAUNDERS, Angus. Re-evaluating Sustainability Assessment: Aligning the vision and the practice. **Environmental Impact Assessment Review**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.1-7, jan. 2011. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eiar.2010.01.007>

BORTOLUZZI, Sandro César; ENSSLIN, Sandra R.; LYRIO, Mauricio V.L.; ENSSLIN, Leonardo. Avaliação de desempenho econômico-financeiro: uma proposta de integração de indicadores contábeis tradicionais por meio da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C). **Revista Alcance (Online)**, v. 18, p. 200-218, 2011.

BOYKO, C.T. *et al.* Addressing sustainability early in the urban design process. **Management of Environmental Quality - Bradford**, v. 17, n. 6, p. 689-706, 2006.

BUSSOLOTTO, L. Governança Sustentável e Pregão Eletrônico. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, n. 27, p. 35-43, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, BRASIL, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7185htm>> Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescentam dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm)>. Acesso em: 23 de dez 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dão outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 01 de março 2019.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 04. abr. 2019.

BRAZ, José Miguel Baptista Proença. **O MACBETH como ferramenta MCDA para o Benchmarking de Aeroportos**. 2011. 59 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Aeronáutica). Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2011.

BRITO, Eliseu Pereira de. O planejamento da cidade e a formação do centro urbano de Palmas. **Revista Para Onde**, v. 3, n. 1, 2009.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. *In: VIOLA, Eduardo et al.* (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Santa Catarina: Cortez Editora, 1995. p.29-40.

CASTELLÀ, C.; PARÉS, M. Participação e qualidade democrática: uma proposta de critérios de qualidade. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, pp. 207-251.

CARVALHÊDO, Wlisses dos Santos; LIRA, E. B. Palmas ontem e hoje: do interior do Cerrado ao portal da Amazônia. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 51-73, 2009.

CHIARI, Mirna; ACCIOLY, Sabrina Maria de Lima. **As Dimensões da Sustentabilidade e suas Possibilidades de Utilização nas Políticas Públicas**. In: Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Florianópolis (SC), UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-597-570-20100903202725.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CONNECTED SMART CITIES. Ranking. **Resultados. 2017**. Disponível em: <http://www.connectedsmartcities.com.br/resultados-do-ranking-connected-smartcities/>. Acesso em: 7 maio 2020.

CUNDA, Daniela Zago Gonçalves da. Sustentabilidade Fiscal Sob a Ótica da Solidariedade e os Direitos Sociais em Xequê. **RIDB**, Ano 2, nº 3, 2013.

DA SILVA, Marcelo da Fonseca Ferreira; DE MENDONÇA CRUZ, César Albenes. Gestão e planejamento urbano—uma análise do plano diretor urbano da cidade de Vitória-ES/Urban management and planning an analysis of the urban director's plan of the city of Vitória-ES. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 4, p. 17134-17156, 2020.

DEBUS, I.; NASCIMENTO, E. R.. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101 de 4 de maio de 2000, **Revista Jurídica Virtual**, v. 3, n. 24, p. 1-37.

DEPINÉ, Á. C. **Fatores de Atração e Retenção da Classe Criativa: O potencial de Florianópolis como cidade humana inteligente**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.

DIAS, Cláudia. Usabilidade na web: criando portais mais acessíveis. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: Enap, 2019.

ELGERT, Lauren. Rating the sustainable city: ‘Measurementality’, transparency, and unexpected outcomes at the knowledge-policy interface. **Environmental Science & Policy**, v. 79, p. 16-24, 2018.

ENDEAVOR. Índice de Cidades Empreendedoras 2017. Disponível em: <https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/6588/1512651268AF-REAL-ICE2017-web.pdf>.

ENSSLIN, Leonardo; MONTIBELLER NETO, Gilberto; NORONHA, Sandro MacDonald. **Apoio à decisão: metodologias para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas**. Florianópolis: Insular, 2001.

ENSSLIN, Sandra Rolim. **A Incorporação da Perspectiva Sistêmico-Sinérgica na Metodologia MCDA Construtivista: uma ilustração de implementação**. 2002. 461 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina . Florianópolis. Brasil, 2002.

FARIA, José Henrique de. **Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo. Atlas. 2009.

FERRER-SAPENA, A.; PESET, F.; ALEIXANDRE BENAVENT, R. Acceso a los datos públicos y su reutilización: open data y open Government. **El Profesional de la Información**, vol. 20, nº 3, p. 260-269, 2011.

FILHO, A. C. P.. **O Endividamento dos Estados Brasileiros: uma análise de sustentabilidade e dos instrumentos de controle**, Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade de São Paulo, 2018.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM 2018, Ano base 2016**. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm2018/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 03 set. 2020.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **World Economic Outlook: january 2016**. Londres: FMI, 2016. 6 p.

FOLADORI, Guillermo. Avances y límites de la sustentabilidad social. *In: Economía, Sociedad y Territorio*. vol. 3, num. 12, 2002, p. 621-637.

FRANZ, N. M. **Gestão Participativa, Práticas de Governança e o Desenvolvimento Sustentável em Cidades Turísticas de Pequeno Porte**. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE. Curitiba, 2018.

FRANZ, N. M.; ANDREOLI, C. V. Gestão participativa, práticas de governança e o desenvolvimento sustentável em cidades turísticas de pequeno porte. *In: Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente (ENGEMA)*. USP. Dezembro, 2018, ISSN: 2359-1048. Disponível em: [http://engemausp.submissao.com.br/20/anais/resumo.php?cod\\_trabalho=63](http://engemausp.submissao.com.br/20/anais/resumo.php?cod_trabalho=63)

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v.1, n.3, p. 44-53, 2009.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GIFFHORN, Edilson. **Construção de um modelo de avaliação do desempenho de empresas terceirizadas com a utilização da metodologia MCDA-C: um estudo de caso.** 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GIUBERTI, A. C.. **Lei da Responsabilidade Fiscal:** Efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros, 33º Encontro Nacional das Associações de Pós Graduações em Economia, Natal – RN, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A048.pdf>> acesso em 24 de setembro de 2019.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Goiânia recebe o título de melhor cidade em qualidade de vida do país.** Disponível em: <[prefeitura-goiania-go.jusbrasil.com.br/](http://prefeitura-goiania-go.jusbrasil.com.br/)>. Acesso em: 25 ago. 2020

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro. **Teoria da decisão.** Thomson, 2007.

GUERRA, José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade *et al.*. The adoption of strategies for sustainable cities: a comparative study between Newcastle and Florianopolis focused on urban mobility. **Journal of Cleaner Production**, [s.l.], v. 113, p.681-694, fev. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.07.135>..

HARRISON, Colin; DONNELLY, Ian Abbott. A theory of smart cities. *In: Proceedings of the 55th Annual Meeting of the ISSS-2011, Hull, UK.* 2011.

HUOVILA, Aapo; BOSCH, Peter; AIRAKSINEN, Miimu. Comparative analysis of standardized indicators for Smart sustainable cities: What indicators and standards to use and when? **Cities**, v. 89, p. 141-153, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório de pesquisa. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, Panorama.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 04. abr. 2019.

IBRAHIM, Maysoun; EL-ZAART, Ali; ADAMS, Carl. Smart sustainable cities roadmap: Readiness for transformation towards urban sustainability. **Sustainable Cities and Society**, [s.l.], v. 37, p.530-540, fev. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scs.2017.10.008>.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JARDIM, José Maria. **Arquivos, Transparência do Estado e Capacidade Governativa na Sociedade da Informação.** Oficina de Assuntos Culturais da Organização dos Estados americanos. Janeiro, 2001.

JOÃO PESSOA. **Perfil do Município de João Pessoa.** Secretaria de Planejamento, 2004. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2018.



KANURI, Chaitanya *et al.* Getting started with the SDGs in cities. **Sustainable Development Solutions Network: New York, NY, USA, 2016.**

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H.. **Metodologia de Pesquisa**, Via Litterarum: Itabuna – BA, 2010.

KEENEY, Ralph L., **Value-Focused Thinking: A Path to Creative Decision Making**. Londres;Harvard University Press, 1992.

KIRKBY, John; O'KEEFE, Phil; TIMBERLAKE, Lloyd. **The Earthscan reader in sustainable development**. Earthscan Publications Ltd, 1995.

KRUEL, A. J. **Ignacy Sachs: uma voz sempre atual na sociedade**. In: Anais do 6 Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD–ENEEO. Florianópolis (SC), UFSC, 2010.

LACERDA, Rogério Tadeu de Oliveira; ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim. A performance measurement framework in portfolio management: a constructivist case. **Management Decision**, v. 49, n. 4, p. 648-668, 2011.

LANDRY, Maurice. A note on the concept of problem. **Organization studies**, v. 16, n. 2, p. 315-343, 1995.

LEONE, M.O.; ARRUDA, P. F. . **Desenvolvimento Sustentável e Eleições Municipais: Uma Análise sob a Perspectiva da Agenda Pós-2015 (Agenda 2030) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. In: IV Congresso Internacional de Direito Ambiental Internacional da Universidade Católica de Santos e Encontro Internacional sobre Estratégia e Economia Azul, tema geral Governança Ambiental Global, 2016, Santos. Anais do IV Congresso Internacional de Direito Ambiental Internacional sobre Estratégia e Economia Azul - Governança Ambiental Global. São Paulo: Leopoldianum, 2016. v. 01. p. 251-266.

LEONE, Meilyng Leone. Desenvolvimento Sustentável e os Municípios: Uma Análise Sob a Perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Lei n 13.493/17 (PIV - Produto Interno Verde). **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 59-76, 2018.

LINHARES, F.; PENNA, C.; BORGES, G.. Os efeitos da Lei da Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí, **Revista de Administração Pública**, v. 47, n.6, p. 13601373, 2012.

LUPORINI, Viviane. Conceitos de sustentabilidade fiscal. Niterói: UFF, 2006. (Texto para discussão n. 189)

LUQUE, C. A.; SILVA, V. M.. A Lei da Responsabilidade na Gestão Fiscal: Combatendo Falhas de Governo à Brasileira, **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p. 404-421, 2004

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão. **Modelo para avaliação de desempenho das secretarias de desenvolvimento regional (SDR's) do Governo do Estado de Santa Catarina: a perspectiva da MCDA-C**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MEDEIROS, Gabriel Londe. **Dos ODM aos ODS: o papel das cidades na agenda 2030**. 2019. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**. 2006. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/Biblioteca/BrasilAcessivelCaderno02.pdf>>. Acesso em 22 de Nov de 2017.

\_\_\_\_\_. **Campanha Plano Diretor**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/planejamento-urbano/350-campanha-plano-diretor.html>>. Acesso em 22 de Nov de 2017.

MORAES, L. N. **Proposta de Ferramenta de Análise Multicritério de Apoio à Gestão Municipal da Mobilidade Urbana**. 2017. 143 F. Dissertação de Mestrado em Transportes, Publicação. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

NEIVA, Samara *et al.*. **A compreensão dos legisladores municipais sobre cidades sustentáveis**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

NOVA ZELÂNDIA. THE TREASURY. **Affording Our Future: statement on new Zealand's long-term fiscal position**. Wellington: The Treasury, 2013. 73 p.

OCDE. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. **Government at a Glance 2009**. OECD Publishing, Paris. (2009). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264075061-en>. Acessado em 16 de fev de 2016.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Perspectivas da Urbanização Mundial**. Nova York, 2015. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>. Acesso em: 04. abr. 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development**. Resolution adopted by the General Assembly. Washington, 2015.

PARNELL, Susan. Defining a global urban development agenda. **World Development**, v. 78, p. 529-540, 2016.

PESCI, Rubén. Sustentabilidad y levedad. **Revista Ambiente**, 2003.

PETERS, B. G. A cybernetic model of governance. In: LEVI-FAUR, D. **Oxford Handbook of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PICKETT, S.t.a. *et al.* Ecological science and transformation to the sustainable city. **Cities**, [s.l.], v. 32, p.10-20, jul. 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2013.02.008>.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Construção de um modelo para avaliação da transparência da gestão da dívida pública municipal com vistas a favorecer o controle social**. 2005. 348 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

POPE, Jenny; ANNANDALE, David; MORRISON-SAUNDERS, Angus. Conceptualizing sustainability assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, [s.l.], v. 24, n. 6, p.595-616, ago. 2004. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.eiar.2004.03.001>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS. **Urban indicators guidelines: Monitoring the Habitat agenda and the millennium development goals**. Nairóbi: 2004. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org>> Acesso em: 1 set. 2020.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade-uma visão humanista. **Ambiente & sociedade**, n. 5, p. 233-240, 1999.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria (Org.). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria *et al.*. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003, p.76-97.

RÉUS, Iuana Silva. **Gestão Municipal e Desenvolvimento Sustentável: Um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios**. 2012. 249 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Centro de Ciências Socioeconômicas e da Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RIBEIRO, João Marcelo Pereira *et al.*. The adoption of strategies for sustainable cities: A comparative study between Seattle and Florianopolis legislation for energy and water efficiency in buildings. **Journal of Cleaner Production**, v. 197, p. 366-378, 2018.

RIBEIRO, Tatiana Soares Viana. **ISO 37120 e Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11: convergência frente à Agenda 2030**. 2019. 84 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

ROY, Bernard; BOUYSSOU, Denis. **Aide multicritère à la décision: méthodes et cas**. Paris: Economica, 1993.

SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. *In: Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento, direitos humanos e cidadania. **Direitos humanos no século XXI**, 1998.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 9, n. 25, p. 29-63, 1995.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, p. 155-163, 2001.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. Sociedade, cultura e meio ambiente. **Mundo & vida**, v. 2, n. 1, p. 7-13, 2000b.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SANTOS, C. M. dos. Hermenêutica e o conceito jurídico de cidadão na ação popular no paradigma do Estado Democrático de Direito. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3.550, 21 mar. 2013. Disponível em: . Acesso em: 16 jan. 2015.

SANTOS, A. H.; PEREIRA, D. B.; FONSECA, L. **A iniciativa cidades emergentes e sustentáveis e os objetivos de desenvolvimento sustentável: Uma análise sobre as relações conceitual, metodológica e institucional**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 6., 2017. Anais eletrônicos [...]. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://singep.org.br/6singep/resultado/32.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SARQUIS, A. B.; FIATES, G. G. S.; HAHN, A. K.; CAVALCANTE, F. R. Empreendedorismo inovador no polo tecnológico de Florianópolis. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Santa Catarina. v. 7, n. 3, p. 228-255, 2014.

SATTERTHWAITE, David. Sustainable Cities or Cities that Contribute to Sustainable Development? **Urban Studies**, [s.l.], v. 34, n. 10, p.1667-1691, out. 1997. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1080/0042098975394>.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILLAMY, N. **Dicionário de psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Itamar Xavier da. **Uma proposta de planejamento ambiental urbano para a sub-bacia do Córrego Machado em Palmas – TO**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Auditoria Ambiental) - Universidade de Las Palmas e Gran Canária, Florianópolis, 2014..

SUSTAINABLE CITIES INTERNATIONAL. **Indicators for Sustainability: How cities are monitoring and evaluating their success**. 2012. Disponível em: <<https://sustainablecities.net/wp-content/uploads/2015/10/indicators-for-sustainability-intl-case-studies-final.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; PÉREZ, Héctor Leandro Arroyo. **Direito Ambiental e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: RCS, 2007.

TESOURO – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/0/EntendendoLRF.pdf>> acesso em 2 de novembro de 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança Pública**: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. 96 p.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

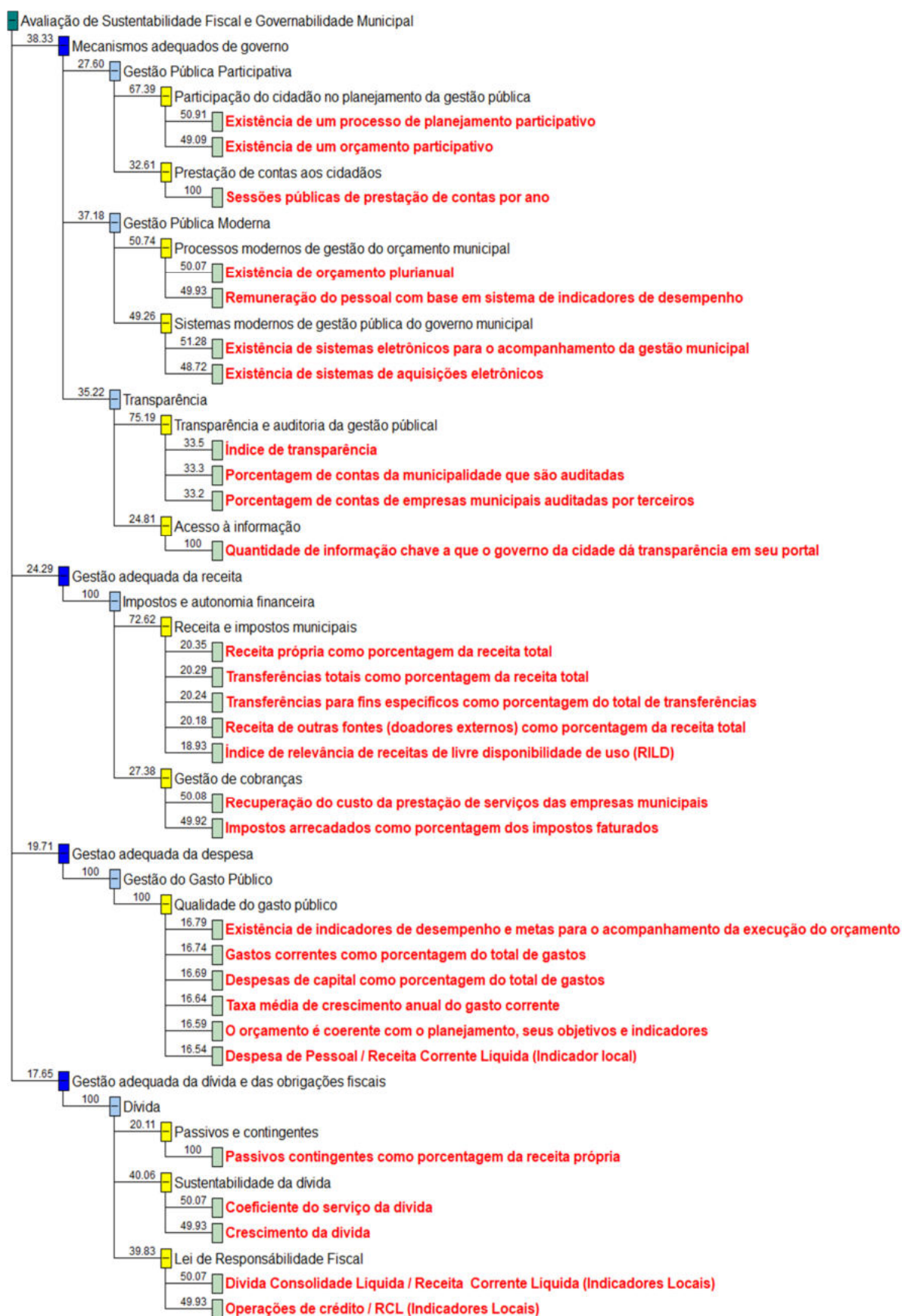
## APENDICÊS

### APÊNDICE A – EPAS

Fonte - Referencial	EPA
Lei 12.527, art. 7, VIIa ; (CRUZ <i>et al.</i> , 2012)	Acesso a documentos públicos por parte da sociedade
[Baseado em UN-Habitat, Urban Indicators Guidelines, “Check-list 8: Citizens’ Participation”, p. 51. 2004.]	Contribuir para a participação do cidadão no “negócio público”
[Baseado no Escritório de Prestação de Contas do Governo dos Estados Unidos, Government Auditing Standards. 2011; disponível em <a href="http://www.gao.gov/assets/590/587281.pdf">http://www.gao.gov/assets/590/587281.pdf</a> .]	Disponibilizar informações fiscais e financeiras
LC 101, art. 48, II ; GCIF; Índice de Governabilidade Urbana do UN-Habitat (UGI, sigla em inglês).	Divulgar a arrecadação de receitas.
Lei 12.527, art. 7, VIIa ; (CRUZ <i>et al.</i> , 2012)	Divulgar dados para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades.
Lei 12.527, art. 7, VIIa	Divulgar informações acerca dos atos da gestão pública
[Baseado na descrição do indicador do GCIF “Coeficiente do serviço da dívida”.]	Divulgar informações sobre a execução orçamentária e financeira.
[Baseado em BID, PET-BL PRODEV Evaluation Tool Manual and Questionnaire for the Report on the New Baseline. 2012.]	Divulgar informações sobre a remuneração dos servidores públicos.
LC 101, art. 48 ; [Baseado em Arizti, P. <i>et al.</i> , “Performance-Informed Budgeting in Latin America: Experiences and Opportunities”. Banco Mundial, 2009.; (FERRERSAPENA; PESET; ALEIXANDRE-BENAVENT, 2011)	Divulgar os planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestação de contas e parecer prévio, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal.
[Baseado em Participatory Budgeting Project; ver <a href="http://www.participatorybudgeting.org">http://www.participatorybudgeting.org</a> .]; A Rede Brasileira de Orçamento Participativo, que inclui 63 cidades membros brasileiras e outras 18 em processo de adesão (ver a lista completa em <a href="http://www.anfermed.com.br/redeop/newop/?page_id=54%20%E2%80%8E">http://www.anfermed.com.br/redeop/newop/?page_id=54%20%E2%80%8E</a> ), usa um indicador semelhante (ver o ponto 3.2.1 em <a href="http://www.anfermed.com.br/redeop/newop/?page_id=65">http://www.anfermed.com.br/redeop/newop/?page_id=65</a> ) para seu banco de dados, juntamente com indicadores mais detalhados. ; (MEIJER, 2013)	Gerenciamento de interações entre os múltiplos atores sociais

<p>[Baseado no Índice de Percepção da Corrupção da TI, disponível em <a href="http://www.transparency.org/cpi2011/in_detail">http://www.transparency.org/cpi2011/in_detail</a>.];</p>	<p>Internalizar a cultura de transparência</p>
<p>(CRUZ <i>et al.</i>, 2012) ; [Baseado em OCDE, “E-procurement”, em Government at a Glance, 2011.]</p>	<p>Uso de TICs para encorajar e aumentar a interação entre a sociedade e as organizações públicas</p>
<p>(CRUZ <i>et al.</i>, 2012)</p>	<p>Disponibilizar informações sobre desempenho, projetos e atingimento de metas em áreas relevantes para a sociedade, tais como saúde, educação, cultura, transporte, saneamento e outras</p>
<p>Decreto 7.815, art. 2, 2II</p>	<p>Divulgar as informações em tempo real, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil.</p>
<p>Lei 12.527, art. 7, VIIa</p>	<p>Acesso à informação requisitada</p>
<p>LC 101, art. 48</p>	<p>Divulgar os planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias, prestação de contas e parecer prévio, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal.</p>

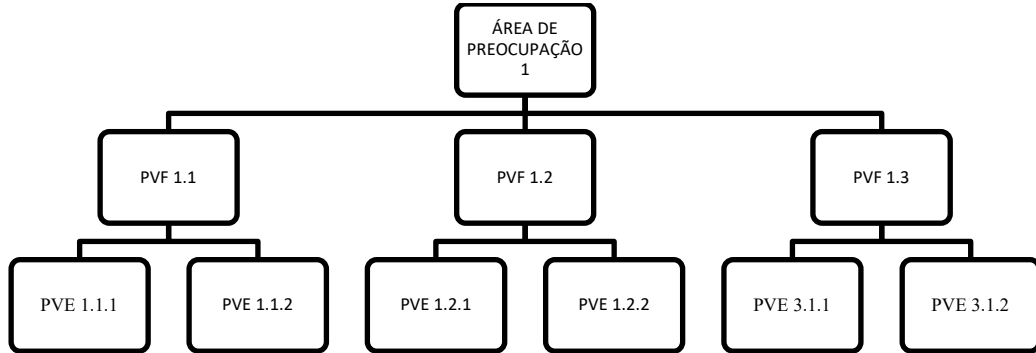
## APÊNDICE B - ESTRUTURA ARBORIZANTE



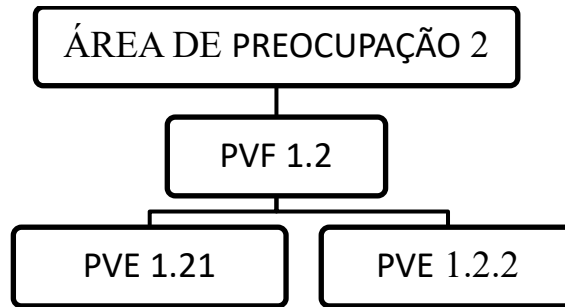


**APÊNDICE C - ESTRUTURA HIERÁRQUICA DE VALOR DA ÁREA DE PREOCUPAÇÃO 1 E SEUS PVFS**

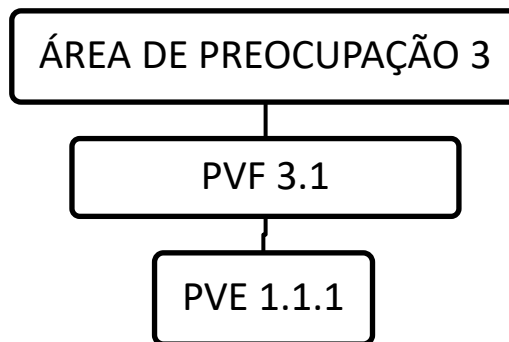
Estrutura Hierárquica de Valor da área de preocupação 1 e seus PVFs



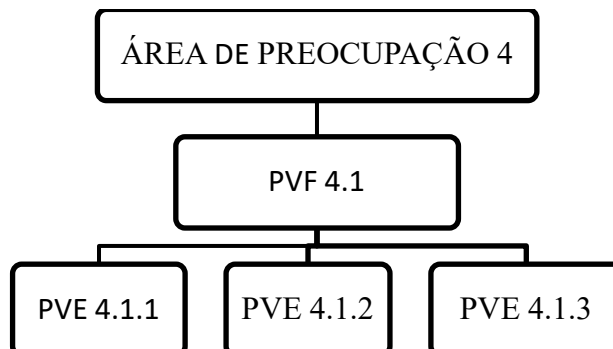
Estrutura Hierárquica de Valor da área de preocupação 2 e seus PVFs



Estrutura Hierárquica de Valor da área de preocupação 3 e seus PVFs



Estrutura Hierárquica de Valor da área de preocupação 4 e seus PVFs



## APÊNDICE D – DESCRITORES, ESCALAS, FUNÇÕES DE VALOR E REFERÊNCIAS

### Existência de um processo de planejamento participativo (subPVE 1.1.1.1)

Há um processo de planejamento participativo em cooperação com organizações comunitárias e com participação dos cidadãos.

#### Base de comparação:

<b>N3</b>	Planejamento participativo com: a) estrutura legal; b) consultas; c) opiniões recolhidas; d) divulgação pública de resultados; e) incorporação dos resultados aos objetivos e às metas do plano
<b>N2</b>	O planejamento não é totalmente participativo: a) é parte da estrutura legal; b) sem consulta; c) as opiniões não são recolhidas; d) os resultados são divulgados parcialmente; e) alguns resultados são incorporados os objetivos e às metas do plano
<b>N1</b>	O planejamento não é participativo: a) não há estrutura legal; b) sem consulta; c) não se recolhem opiniões e d) não são divulgados os resultados; e) não há informação nova a incorporar aos objetivos e às metas do plano
<b>N0</b>	ND ou NA

#### Referências:

**N3** : Planejamento participativo com: a) estrutura legal; b) consultas; c) opiniões recolhidas; d) divulgação pública de resultados; e) incorporação dos resultados aos objetivos e às metas do plano

**N1** : O planejamento não é participativo: a) não há estrutura legal; b) sem consulta; c) não se recolhem opiniões e d) não são divulgados os resultados; e) não há informação nova a incorporar aos objetivos e às metas do plano

#### Julgamentos :

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.0	mt. forte 1.0	extrema 2.0	extrema 3.2	3.0
N2		nula 0.0	mt. forte 1.0	extrema 2.2	2.0
N1			nula 0.0	extrema 1.2	1.0
N0				nula 0.0	-0.2

#### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.0	3.00	16.00
<b>N2</b>	2.0	2.00	11.00
<b>N1</b>	1.0	1.00	6.00
<b>N0</b>	-0.2	-0.20	0.00

### Existência de um orçamento participativo (subPVE 1.1.1.2)

Participação da sociedade civil na programação orçamentária municipal e porcentagem do orçamento definida com essa participação.

#### Base de comparação:

N3	Participação da sociedade civil na definição de pelo menos 10% do total do orçamento
N2	Participação da sociedade civil na definição de um valor inferior a 10% do total do orçamento
N1	Não há um orçamento participativo
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Participação da sociedade civil na definição de pelo menos 10% do total do orçamento

N1 : Não há um orçamento participativo

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.00	mt. forte 0.89	extrema 2.00	extrema 4.22	3.00
N2		nula 0.00	mt. forte 1.11	extrema 3.33	2.11
N1			nula 0.00	extrema 2.22	1.00
N0				nula 0.00	-1.22

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	23.71
N2	2.11	2.11	18.71
N1	1.00	1.00	12.47
N0	-1.22	-1.22	0.00

**Sessões públicas de prestação de contas por ano** (subPVE 1.1.2.1)

Número de sessões anuais nas quais o município presta contas publicamente sobre sua gestão.

**Base de comparação:**

N3	Mais de uma sessão pública de prestação de contas
N2	Uma sessão pública anual de prestação de contas
N1	Não há sessões públicas anuais de prestação de contas
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Mais de uma sessão pública de prestação de contas

N1 : Não há sessões públicas anuais de prestação de contas

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.00
N2		nula	extrema	extrema	2.09
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-0.09

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	17.17
N2	2.09	2.09	12.11
N1	1.00	1.00	6.06
N0	-0.09	-0.09	0.00

#### Existência de orçamento plurianual (subPVE 1.2.1.1)

A cidade tem um orçamento plurianual com planejamento de receita e despesa de pelo menos dois anos, do qual se vale para estabelecer requisitos orçamentais futuros para serviços existentes,

avaliar as implicações de mudanças futuras de políticas e novos programas em termos de recursos, e destinar recursos dentro de restrições fiscais.

#### Base de comparação:

N3	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos
N2	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos dois anos
N1	O orçamento só contempla um ano
N0	ND ou NA

#### Referências:

N3 : A cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos

N1 : O orçamento só contempla um ano

#### Julgamentos :

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.00	forte 0.89	mt. forte 2.00	extrema 4.22	3.00
N2		nula 0.00	mt. forte 1.11	extrema 3.33	2.11
N1			nula 0.00	extrema 2.22	1.00
N0				nula 0.00	-1.22

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.00	3.00	19.18
<b>N2</b>	2.11	2.11	15.14
<b>N1</b>	1.00	1.00	10.09
<b>N0</b>	-1.22	-1.22	0.00

### **Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho** (subPVE 1.2.1.2)

A remuneração do pessoal é calculada mediante um sistema de indicadores de desempenho.

#### **Base de comparação:**

<b>N3</b>	A remuneração de pelo menos 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho
<b>N2</b>	A remuneração de 10% A 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho
<b>N1</b>	A remuneração não é calculada por um sistema de indicadores de desempenho ou a remuneração de menos de 10% do pessoal incorpora os resultados de avaliação baseada em um sistema
<b>N0</b>	ND ou NA

#### **Referências:**

**N3** : A remuneração de pelo menos 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho

**N1** : A remuneração não é calculada por um sistema de indicadores de desempenho ou a remuneração de menos de 10% do pessoal incorpora os resultados de avaliação baseada em um sistema

#### **Julgamentos :**

< 2 >	<b>N3</b>	<b>N2</b>	<b>N1</b>	<b>N0</b>	Escala atual
<b>N3</b>	nula 0.00	forte 0.89	mt. forte 2.00	extrema 4.22	3.00
<b>N2</b>		nula 0.00	mt. forte 1.11	extrema 3.33	2.11
<b>N1</b>			nula 0.00	extrema 2.22	1.00
<b>N0</b>				nula 0.00	-1.22

#### **Julgamentos consistentes**

#### **Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.00	3.00	19.18
<b>N2</b>	2.11	2.11	15.14
<b>N1</b>	1.00	1.00	10.09
<b>N0</b>	-1.22	-1.22	0.00

**Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal** (subPVE 1.2.2.1)

Há sistemas eletrônicos em funcionamento para medir o cumprimento dos objetivos e das metas da municipalidade.

**Base de comparação:**

N3	Há um sistema eletrônico que mede os avanços e resultados da gestão municipal
N2	Há um sistema que mede os avanços e resultados da gestão municipal, mas ele é manual
N1	Não há um sistema de prestação de contas que meça os avanços e resultados da gestão municipal
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Há um sistema eletrônico que mede os avanços e resultados da gestão municipal

N1 : Não há um sistema de prestação de contas que meça os avanços e resultados da gestão municipal

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.00	mt. forte 1.11	extrema 2.00	extrema 3.11	3.00
N2		nula 0.00	mt. forte 0.89	extrema 2.00	1.89
N1			nula 0.00	mt. forte 1.11	1.00
N0				nula 0.00	-0.11

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	17.47
N2	1.89	1.89	11.24
N1	1.00	1.00	6.24
N0	-0.11	-0.11	0.00

**Existência de sistemas de aquisições eletrônicos** (subPVE 1.2.2.2)

A municipalidade dispõe de um sistema eletrônico para efetuar aquisições e contratações.

**Base de comparação:**

N3	Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas
N2	Há um sistema de aquisições eletrônico, mas ele não divulga os resultados das licitações públicas
N1	A municipalidade não dispõe de um sistema de aquisições eletrônico
N0	ND ou NA

**Referências:**

**N3** : Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas

**N1** : A municipalidade não dispõe de um sistema de aquisições eletrônico

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.0	mt. forte 1.0	extrema 2.0	extrema 3.2	3.0
N2		nula 0.0	mt. forte 1.0	extrema 2.2	2.0
N1			nula 0.0	extrema 1.2	1.0
N0				nula 0.0	-0.2

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

**Índice de transparência** (subPVE 1.3.1.1)

Pontuação por país no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional (TI) ou pontuação da municipalidade em um índice de transparência nacional para municípios, se houver.

**Base de comparação:**

N3	Ótimo ou bom - > 6
N2	Regular - 3,0–6,0
N1	Ruim < 3
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Ótimo ou bom - > 6

N1 : Ruim < 3

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.0	mt. forte 1.0	mt. forte 2.0	extrema 4.2	3.0
N2		nula 0.0	mt. forte 1.0	extrema 3.2	2.0
N1			nula 0.0	extrema 2.2	1.0
N0				nula 0.0	-1.2

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	21.00
N2	2.0	2.00	16.00
N1	1.0	1.00	11.00
N0	-1.2	-1.20	0.00

### Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas (subPVE 1.3.1.2)

Numerador: número de contas da municipalidade que são auditadas com independência

em relação ao grupo

de auditoria interna; denominador: número total de contas da municipalidade

#### Base de comparação:

N3	Porcentagem de contas auditadas superior a 50%
N2	Porcentagem de contas auditadas entre 30% e 50%
N1	Porcentagem de contas auditadas abaixo de 30%
N0	ND ou NA

#### Referências:

N3 : Porcentagem de contas auditadas superior a 50%

N1 : Porcentagem de contas auditadas abaixo de 30%

#### Julgamentos :

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	moderada	mt. forte	extrema	3.00
N2		nula	mt. forte	extrema	2.25
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-1.25

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :



	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.00	3.00	17.00
<b>N2</b>	2.25	2.25	14.00
<b>N1</b>	1.00	1.00	9.00
<b>N0</b>	-1.25	-1.25	0.00

**Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros** (subPVE 1.3.1.3)

Numerador: empresas municipais cujas contas são auditadas por profissionais independentes; denominador: número total de empresas municipais.

**Base de comparação:**

<b>N3</b>	80%–100%
<b>N2</b>	80%–100% são auditadas, mas não por uma organização independente, ou entre 50% e 80% das são auditadas por uma empresa privada independente
<b>N1</b>	< 50%
<b>N0</b>	ND ou NA

**Referências:**

**N3** : 80%–100%

**N1** : < 50%

**Julgamentos :**

< 2 >	<b>N3</b>	<b>N2</b>	<b>N1</b>	<b>N0</b>	Escala atual
<b>N3</b>	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
<b>N2</b>		nula	mt. forte	extrema	2.0
<b>N1</b>			nula	extrema	1.0
<b>N0</b>				nula	-0.2

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.0	3.00	16.00
<b>N2</b>	2.0	2.00	11.00
<b>N1</b>	1.0	1.00	6.00
<b>N0</b>	-0.2	-0.20	0.00

**Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal** (subPVE 1.3.2.1)

Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal

**Base de comparação:**

<b>N3</b>	Os itens de informação são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania: (i) planejamento da cidade; (ii) orçamento anual; (iii) Estrutura e execução orçamentária;
<b>N2</b>	Ao menos três dos itens descritos anteriormente são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania
<b>N1</b>	Dois ou menos dos itens descritos anteriormente são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania
<b>N0</b>	ND ou NA

**Referências:**

**N3** : Os itens de informação são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania: (i) planejamento da cidade; (ii) orçamento anual; (iii) Estrutura e execução orçamentária;

**N1** : Dois ou menos dos itens descritos anteriormente são incluídos de forma oportuna, clara e desagregada no portal eletrônico e outros canais de comunicação com a cidadania

**Julgamentos :**

< 2 >	<b>N3</b>	<b>N2</b>	<b>N1</b>	<b>N0</b>	<b>Escala atual</b>
<b>N3</b>	nula	forte	mt. forte	extrema	3.00
<b>N2</b>		nula	forte	extrema	2.00
<b>N1</b>			nula	extrema	1.00
<b>N0</b>				nula	-1.25

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.00	3.00	17.00
<b>N2</b>	2.00	2.00	13.00
<b>N1</b>	1.00	1.00	9.00
<b>N0</b>	-1.25	-1.25	0.00

**Receita própria como porcentagem da receita total** (subPVE 2.1.1.1)

Porcentagem da receita do governo local proveniente de tarifas, encargos e impostos permitidos pela lei em relação à receita total, inclusive a proporcionada por outros níveis de governo. Isso só inclui receita operacional ou recorrente, determinadas por métodos como pagamentos feitos a partir de fórmulas (por exemplo, repatriação do imposto de renda), doações feitas por níveis mais altos do governo (inclusive os governos nacionais ou estaduais) e outros tipos de transferências financeiras que podem estar vinculadas à prestação de serviços específicos.

**Base de comparação:**

<b>N3</b>	Semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país
<b>N2</b>	Semelhante à das cidades pares do país

N1	Menor em comparação com a das cidades pares
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país

N1 : Menor em comparação com a das cidades pares

**Julgamentos :**

<2>	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

**Transferências totais como porcentagem da receita total** (subPVE 2.1.1.2)

Transferências totais de outros níveis de governo como porcentagem da receita total.

**Base de comparação:**

N3	Semelhantes às das cidades exemplares do país
N2	Semelhantes à das cidades pares do país
N1	Maior em comparação com as das cidades pares
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Semelhantes às das cidades exemplares do país

N1 : Maior em comparação com as das cidades pares

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

### Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências (subPVE 2.1.1.3)

Transferências totais de outros níveis de governo como porcentagem do total de transferências.

#### Base de comparação:

N3	Semelhantes às das cidades exemplares do país
N2	Semelhantes à das cidades pares do país
N1	Maiores em comparação com as das cidades pares
N0	ND ou NA

#### Referências:

N3 : Semelhantes às das cidades exemplares do país

N1 : Maiores em comparação com as das cidades pares

#### Julgamentos :

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	mt. forte	extrema	3.00
N2		nula	forte	extrema	1.89
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-1.22

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	19.18
N2	1.89	1.89	14.14
N1	1.00	1.00	10.09
N0	-1.22	-1.22	0.00

**Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total** (subPVE 2.1.1.4)

Receita por fonte: outros (doadores externos)/Receita total

**Base de comparação:**

N3	Semelhante às das cidades exemplares do país
N2	Semelhante à das cidades pares do país
N1	Maior em comparação com as das cidades pares
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Semelhante às das cidades exemplares do país

N1 : Maior em comparação com as das cidades pares

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.0	mt. forte 1.0	mt. forte 2.0	extrema 4.2	3.0
N2		nula 0.0	mt. forte 1.0	extrema 3.2	2.0
N1			nula 0.0	extrema 2.2	1.0
N0				nula 0.0	-1.2

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	21.00
N2	2.0	2.00	16.00
N1	1.0	1.00	11.00
N0	-1.2	-1.20	0.00

**Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)** (subPVE 2.1.1.5)

Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)

**Base de comparação:**

N3	? 77% ? 80% ? 75% ? 76%"
N2	> 54% e < 77% > 61% e < 80% > 75% e < 46% > 56% e < 76%
N1	? 54% ? 61% ? 46% ? 56%"
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : ? 77% ? 80% ? 75% ? 76%"

N1 : ? 54% ? 61% ? 46% ? 56%"

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	forte	mt. forte	extrema	3.00
N2		nula	forte	extrema	2.00
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-1.25

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	17.00
N2	2.00	2.00	13.00
N1	1.00	1.00	9.00
N0	-1.25	-1.25	0.00

**Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais** (subPVE 2.1.2.1)

Porcentagem do custo da prestação de serviços (fornecidos pela municipalidade ou por empresas municipais) recuperado mediante tarifas ou taxas cobradas dos consumidores (por água, sistema de esgoto, coleta de lixo, eletricidade).

**Base de comparação:**

N3	maior ou igual a 90%
N2	> 50% e < 90%
N1	menor ou igual a 50%
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : maior ou igual a 90%

N1 : menor ou igual a 50%

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

### **Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados** (subPVE 2.1.2.2)

A relação entre os impostos arrecadados sobre o total de impostos faturados.

#### **Base de comparação:**

N3	Semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país
N2	Semelhante à das cidades pares do país
N1	Menor em comparação com a das cidades pares
N0	ND ou NA

#### **Referências:**

N3 : Semelhante à das cidades exemplares (de melhores práticas) do país

N1 : Menor em comparação com a das cidades pares

#### **Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

#### **Julgamentos consistentes**

#### **Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

### **Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento**

(subPVE 3.1.1.1)

Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento.

#### **Base de comparação:**

N3	Há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte
----	---

N2	Há indicadores de desempenho e metas, mas sem acompanhamento periódico, e seus resultados não são incorporados ao orçamento
N1	Não há indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte

N1 : Não há indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.00
N2		nula	extrema	extrema	2.09
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-0.09

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	17.17
N2	2.09	2.09	12.11
N1	1.00	1.00	6.06
N0	-0.09	-0.09	0.00

**Gastos correntes como porcentagem do total de gastos** (subPVE 3.1.1.2)

Gastos correntes totais do ano anterior (numerador) divididos pelos gastos totais da cidade no mesmo período, expressos como porcentagem.

**Base de comparação:**

N3	Semelhantes às das cidades exemplares do país
N2	Semelhante à das cidades pares do país
N1	Maiores em comparação com as das cidades pares
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Semelhantes às das cidades exemplares do país

N1 : Maiores em comparação com as das cidades pares

**Julgamentos :**



< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

### Despesas de capital como porcentagem do total de gastos (subPVE 3.1.1.3)

Gastos totais em ativos fixos do ano anterior (numerador) divididos pelos gastos totais da cidade no mesmo período, expressos como porcentagem.

#### Base de comparação:

N3	Semelhantes às das cidades exemplares do país
N2	Semelhante à das cidades pares do país
N1	Menores em comparação com as das cidades pares
N0	ND ou NA

#### Referências:

N3 : Semelhantes às das cidades exemplares do país

N1 : Menores em comparação com as das cidades pares

#### Julgamentos :

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

**Taxa média de crescimento anual do gasto corrente** (subPVE 3.1.1.4)

Taxa média de crescimento anual do gasto de operação dos últimos cinco anos.

**Base de comparação:**

N3	Semelhante às das cidades exemplares do país
N2	Semelhante à das cidades pares do país
N1	Maior em comparação com as das cidades pares
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Semelhante às das cidades exemplares do país

N1 : Maior em comparação com as das cidades pares

**Julgamentos :**

<2>	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

**O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores** (subPVE 3.1.1.5)

Determinar se o orçamento da cidade inclui os objetivos previstos em seu plano de desenvolvimento com indicadores de resultados.

**Base de comparação:**

N3	Mais de 70% dos programas do orçamento da cidade coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo
N2	Entre 30% e 70% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento
N1	Menos de 30% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento ou nem existe um plano
N0	ND ou NA

**Referências:**

**N3** : Mais de 70% dos programas do orçamento da cidade coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo

**N1** : Menos de 30% dos programas do orçamento coincidem com os do plano de desenvolvimento ou nem existe um plano

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	mfort-extr	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-0.2

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	16.00
N2	2.0	2.00	11.00
N1	1.0	1.00	6.00
N0	-0.2	-0.20	0.00

**Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)** (subPVE 3.1.1.6)

Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)

**Base de comparação:**

N3	Menor que 51,3%
N2	Entre 51,3% e 54%
N1	Acima de 54%
N0	ND ou NA

**Referências:**

**N3** : Menor que 51,3%

**N1** : Acima de 54%

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	forte	mt. forte	extrema	3.00
N2		nula	forte	extrema	2.00
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-1.25

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.00	3.00	17.00
<b>N2</b>	2.00	2.00	13.00
<b>N1</b>	1.00	1.00	9.00
<b>N0</b>	-1.25	-1.25	0.00

**Passivos contingentes como porcentagem da receita própria** (subPVE 4.1.1.1)

Total de passivos contingentes exigíveis nos próximos cinco anos como porcentagem da receita própria no mesmo período.

**Base de comparação:**

<b>N3</b>	< 30%
<b>N2</b>	30%–70%
<b>N1</b>	> 70%
<b>N0</b>	ND ou NA

**Referências:**

**N3** : < 30%

**N1** : > 70%

**Julgamentos :**

<2>	<b>N3</b>	<b>N2</b>	<b>N1</b>	<b>N0</b>	Escala atual
<b>N3</b>	nula	mt. forte	extrema	extrema	3.0
<b>N2</b>		nula	mt. forte	extrema	2.0
<b>N1</b>			nula	extrema	1.0
<b>N0</b>				nula	-0.2

**Julgamentos consistentes**

**Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
<b>N3</b>	3.0	3.00	16.00
<b>N2</b>	2.0	2.00	11.00
<b>N1</b>	1.0	1.00	6.00
<b>N0</b>	-0.2	-0.20	0.00

**Coefficiente do serviço da dívida** (subPVE 4.1.2.1)

O coeficiente do serviço da dívida é o coeficiente das despesas com serviço da dívida como porcentagem da receita própria de uma municipalidade.

**Base de comparação:**

<b>N3</b>	< 10%
<b>N2</b>	10%–20%

N1	> 20%
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : &lt; 10%

N1 : &gt; 20%

**Julgamentos :**

<2>	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	moderada	mt. forte	extrema	3.00
N2		nula	forte	extrema	2.14
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-1.29

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	15.32
N2	2.14	2.14	12.25
N1	1.00	1.00	8.18
N0	-1.29	-1.29	0.00

**Crescimento da dívida** (subPVE 4.1.2.2)

Taxa média de crescimento anual da dívida nos últimos três anos.

**Base de comparação:**

N3	A taxa de crescimento real anual é negativa
N2	A taxa de crescimento real anual está entre 0% e 2%
N1	A taxa de crescimento real anual é superior a 2%
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : A taxa de crescimento real anual é negativa

N1 : A taxa de crescimento real anual é superior a 2%

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	mt. forte	mt. forte	extrema	3.0
N2		nula	mt. forte	extrema	2.0
N1			nula	extrema	1.0
N0				nula	-1.2

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.0	3.00	21.00
N2	2.0	2.00	16.00
N1	1.0	1.00	11.00
N0	-1.2	-1.20	0.00

### Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais) (subPVE 4.1.3.1)

Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais)

#### Base de comparação:

N3	Menor 80%
N2	Entre 80 e 120%
N1	Acima 120%
N0	ND ou NA

#### Referências:

N3 : Menor 80%

N1 : Acima 120%

#### Julgamentos :

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula 0.00	forte 1.14	extrema 2.00	extrema 3.71	3.00
N2		nula 0.00	moderada 0.86	extrema 2.57	1.86
N1			nula 0.00	extrema 1.71	1.00
N0				nula 0.00	-0.71

### Julgamentos consistentes

#### Escalas :

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	13.25
N2	1.86	1.86	9.18
N1	1.00	1.00	6.11
N0	-0.71	-0.71	0.00

**Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)** (subPVE 4.1.3.2)

Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)

**Base de comparação:**

N3	Menor 10%
N2	Entre 10 e 16%
N1	Acima 16%
N0	ND ou NA

**Referências:**

N3 : Menor 10%

N1 : Acima 16%

**Julgamentos :**

< 2 >	N3	N2	N1	N0	Escala atual
N3	nula	moderada	forte	extrema	3.00
N2		nula	forte	extrema	2.14
N1			nula	extrema	1.00
N0				nula	-1.57

**Julgamentos consistentes****Escalas :**

	Escala atual	MACBETH ancorada	MACBETH de base
N3	3.00	3.00	16.32
N2	2.14	2.14	13.25
N1	1.00	1.00	9.18
N0	-1.57	-1.57	0.00

## APÊNDICE E - TAXAS E ESCALAS

Avaliação de Governança Participativa	Taxas de Substituição	Nível de Desempenho				Taxa de Contribuição Global
		Níveis de impacto – escala MACBETH				
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>		<b>N3</b>	<b>N2</b>	<b>N1</b>	<b>N0</b>	
<b>1 Mecanismos adequados de governo</b>	38,33%	-	-	-	-	-
PVF 1.1 Gestão Pública Participativa	27,60%	-	-	-	-	-
PVE 1.1.1 Participação do cidadão no planejamento da gestão pública	67,39%	-	-	-	-	-
subPVE 1.1.1.1 Existência de um processo de planejamento participativo	50,91%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,63%
subPVE 1.1.2 Existência de um orçamento participativo	49,09%	3,00	2,11	1,00	-1,22	3,50%
PVE 1.1.2 Prestação de contas aos cidadãos	32,61%	-	-	-	-	-
subPVE 1.1.2.1 Sessões públicas de prestação de contas por ano	100,00%	3,00	2,09	1,00	-0,09	3,45%
PVF 1.2 Gestão pública moderna	37,18%	-	-	-	-	-
PVE 1.2.1 Processos modernos de gestão pública do orçamento municipal	50,74%	-	-	-	-	-
subPVE 1.2.1.1 Existência de orçamento plurianual	50,07%	3,00	2,11	1,00	-1,22	3,62%
subPVE 1.2.1.2 Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho	49,93%	3,00	2,11	1,00	-1,22	3,61%
PVE 1.2.2 Sistemas modernos de gestão pública do governo municipal	49,26%	-	-	-	-	-
subPVE 1.2.2.1 Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal	51,28%	3,00	1,89	1,00	-0,11	3,60%
subPVE 1.2.2.2 Existência de sistemas de aquisições eletrônicos	48,72%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,42%
PVF 1.3 Transparência	35,22%	-	-	-	-	-
PVE 1.3.1 Transparência e auditoria da gestão pública	75,19%	-	-	-	-	-
subPVE 1.3.1.1 Índice de transparência	33,50%	3,00	2,00	1,00	-1,20	3,40%
subPVE 1.3.1.2 Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas	33,30%	3,00	2,25	1,00	-1,25	3,22%
subPVE 1.3.1.3 Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros	33,20%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,37%
PVE 1.3.2 Acesso à informação	24,81%	-	-	-	-	-



subPVE 1.3.2.1 Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal	100,00%	3,00	2,00	1,00	-1,25	3,35%
<b>2 Gestão adequada da receita</b>	24,29%	-	-	-	-	-
PVF 2.1 Impostos e autonomia financeira	100,00%	-	-	-	-	-
PVE 2.1.1 Receitas e impostos municipais	72,62%	-	-	-	-	-
subPVE 2.1.1.1 Receita própria como porcentagem da receita total	20,35%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,59%
subPVE 2.1.1.2 Transferências totais como porcentagem da receita total	20,29%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,58%
subPVE 2.1.1.3 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências	20,24%	3,00	1,89	1,00	-1,22	3,57%
subPVE 2.1.1.4 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total	20,18%	3,00	2,00	1,00	-1,20	3,56%
subPVE 2.1.1.5 Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)	18,93%	3,00	2,00	1,00	-1,25	3,34%
PVE 2.1.2 Gestão de cobranças	27,38%	-	-	-	-	-
subPVE 2.1.2.1 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais	50,08%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,33%
subPVE 2.1.2.2 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados	49,92%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,32%
<b>3 Gestão adequada da despesa</b>	19,71%	-	-	-	-	-
PVF 3.1 Gestão do gasto público	100,00%	-	-	-	-	-
PVE 3.1.1 Qualidade do gasto público	100,00%	-	-	-	-	-
subPVE 3.1.1.1 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento	16,79%	3,00	2,09	1,00	-0,09	3,31%
subPVE 3.1.1.2 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos	16,74%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,30%
subPVE 3.1.1.3 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos	16,69%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,29%
subPVE 3.1.1.4 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente	16,64%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,28%
subPVE 3.1.1.5 O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores	16,59%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,27%
subPVE 3.1.1.6 Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)	16,54%	3,00	2,00	1,00	-1,25	3,26%
<b>4 Gestão adequada das dívidas e das obrigações fiscais</b>	17,65%	-	-	-	-	-
PVF 4.1 Dívida	100,00%	-	-	-	-	-

PVE 4.1.1 Passivos e contingentes	20,11%	-	-	-	-	-
subPVE 4.1.1.1 Passivos contingentes como percentagem da receita própria	100,00%	3,00	2,00	1,00	-0,20	3,55%
PVE 4.1.2 Sustentabilidade da dívida	40,06%	-	-	-	-	-
subPVE 4.1.2.1 Coeficiente do serviço da dívida	50,07%	3,00	2,14	1,00	-1,29	3,54%
subPVE 4.1.2.2 Crescimento da dívida	49,93%	3,00	2,00	1,00	-1,20	3,53%
PVE 4.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal	39,83%	-	-	-	-	-
subPVE 4.1.3.1 Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais)	50,07%	3,00	1,86	1,00	-0,71	3,52%
subPVE 4.1.3.2 Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)	49,93%	3,00	2,14	1,00	-1,57	3,51%

**APÊNDICE F – DESEMPENHOS VERIFICADOS NO ANO DE 2014**

DESCRITOR	FLN	GYN	JPA	PMW	VIX
	2014	2014	2014	2014	2014
Existência de um processo de planejamento participativo	Sim	ND	sim	Não é totalmente participativo	Há planejamento participativo com: a) uma estrutura legal nacional; b) consultas; c) opiniões recolhidas; d) divulgação pública de Resultados; e) incorporação dos resultados aos objetivos e metas do plano
Existência de um orçamento participativo	Sim	ND	Sim, mas não há porcentagem do orçamento definida	Não há orçamento participativo	Não há um orçamento participativo
Sessões públicas de prestação de contas por ano	3	Não há sessões públicas anuais de prestação de contas	14	Mais de uma sessão pública	2
Existência de orçamento plurianual	Sim	A cidade tem um orçamento projetado para os próximos três anos	sim	Só contempla um ano	Orçamento projetado para os próximos três anos
Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho	Sim, parcialmente	A remuneração não é calculada por um sistema de indicadores de desempenho ou a remuneração de menos de 10% do pessoal incorpora os resultados de avaliação baseada em um sistema	não	Não é calculada em indicadores de desempenho	A remuneração de pelo menos 40% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho
Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal	Sim, em parte	Há um sistema que mede os avanços e resultados da gestão municipal, mas ele é manual	Sim, manual	Não há um sistema de prestação de contas	Há um sistema eletrônico que mede os avanços e resultados da gestão municipal

Existência de sistemas de aquisições eletrônicos	Sim	Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas	não	Há um sistema de aquisições eletrônico, mas ele não divulga os resultados das licitações públicas	Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que, no mínimo, divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas.
Índice de transparência	6,91 (resultado para SC, não Florianópolis)	3,8	6,15	4,98	7,61
Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas	100%	100%	100%	> 50%	> 50%
Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros	80%–100% das empresas municipais são auditadas, mas não por uma organização privada independente, ou 50%–80% das empresas municipais são auditadas por uma empresa privada independente	100%	ND	Não existe empresa municipal a ser auditada	80%–100%
Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal	ND	NL	NL	ND	NL
Receita própria como porcentagem da receita total	54,3% (2012)	45% (2010)	29,73%	Menor em comparação com as cidades pares (2013)	Semelhante à das cidades exemplares do país
Transferências totais como porcentagem da receita total	42,9% (2012)	78,1% (2010)	67,87%	Maiores em comparação com as cidades pares (2013)	Semelhantes às das cidades pares do país
Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências	0,5% (2013)	78,10% (2010)	45,29%	Semelhante às das cidades pares do país	14% (dados inexistentes para comparação)

Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total	ND	0	ND	ND	0% (dados inexistentes para comparação)
Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)	ND	ND	ND	ND	ND
Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais	27,80%	30%	NA	ND	< 50%
Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados	73,6% (2012)	ND	ND	Semelhante à das cidades exemplares	Semelhante à das cidades exemplares do país (85%)
Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento	Sim, com acompanhamento	Há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte	Sim	Não há indicadores de desempenho	Há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte
Gastos correntes como porcentagem do total de gastos	86,6% (2010)	39,5%	88,91%	Semelhante aos das cidades exemplares	Semelhantes aos das cidades exemplares do país (90%)
Despesas de capital como porcentagem do total de gastos	13,4% (2010)	61%	11,09%	Semelhante aos das cidades exemplares	Semelhantes aos das cidades exemplares do país 9%
Taxa média de crescimento anual do gasto corrente	6,10%	16,00%	16,38%	Semelhante à das cidades pares do país	Semelhante à das cidades exemplares do país
O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores	Sim	Mais de 70% dos programas do orçamento da cidade coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo	sim	Menos de 30% dos programas do orçamento	Mais de 70% dos programas do orçamento da cidade coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo

Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)	53,90%	47,69%	ND	52,65%	ND
Passivos contingentes como percentagem da receita própria	38,60%	ND	ND	<30	< 30%
Coefficiente do serviço da dívida	7,9% (2013)	11,00%	6,48%	-0,21%	4,6%
Crescimento da dívida	11,80%	0,00%	16,32%	43%	20%
Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais)	33,90%	14,46%	ND	-21,00%	ND
Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)	2,45%	0,2%	ND	0%	ND

**APÊNDICE G – DESEMPENHOS VERIFICADOS NO ANO DE 2016**

DESCRITOR	FLN	GYN	JPA	PMW	VIX
	2016	2016	2016	2016	2016
Existência de um processo de planejamento participativo	ND	ND	Sim	Há planejamento participativo	Há planejamento participativo com: a) uma estrutura legal nacional; b) consultas; c) opiniões recolhidas; d) divulgação pública de Resultados; e) incorporação dos resultados aos objetivos e metas do plano
Existência de um orçamento participativo	ND	ND	Sim	Participação da sociedade civil na definição de pelo menos 10% do total do orçamento	Participação da sociedade civil na definição de pelo menos 10% do total do orçamento
Sessões públicas de prestação de contas por ano	3	ND	Não	Mais de uma sessão pública	2
Existência de orçamento plurianual	Sim	O orçamento só contempla um ano	Sim	Projetado para os próximos 4 anos	Orçamento projetado para os próximos três anos
Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho	Não existe sistema	A remuneração de 20% do pessoal incorpora os resultados de uma avaliação baseada em um sistema de indicadores de desempenho	Sim	A remuneração de pelo menos 40% do pessoal incorpora os resultados de Avaliação baseada em indicadores de desempenho	A remuneração não é calculada por um sistema de indicadores de desempenho ou a Remuneração de menos de 10% do pessoal incorpora os resultados de avaliação baseada
Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal	Sim, em parte	Há um sistema eletrônico que mede os avanços e resultados da gestão municipal	Sim, manual	Há sistema de monitoramento das metas e objetivos traçados na elabora. Com acompanhamento eletrônico e operação manual	Há um sistema eletrônico que mede os avanços e resultados da gestão municipal

Existência de sistemas de aquisições eletrônicos	Sim	Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que, no mínimo, divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas.	Sim	Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que, no mínimo, divulga as chamadas para concursos e os resultados das licitações públicas	Há um sistema de aquisições eletrônico online aberto ao público que, no mínimo, divulga as chamadas e os resultados das licitações públicas.
Índice de transparência	2,08	6	9,16	8,75	9
Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas	100%	100%	100%	16,30%	0%
Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros	100%	100%	As contas são auditadas por diferentes órgãos de controle: Tribunal de Contas do Estado - TCE (Prestações de contas anuais obrigatórias), Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU, de acordo com a origem dos recursos.	9,30%	0%
Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal	ND	ND	100%	ND	ND
Receita própria como porcentagem da receita total	64,79%*	29,36%	27,05%	Menor em comparação com as cidades pares (2013)*	39,30%*
Transferências totais como porcentagem da receita total	36,40%*	48,35%	67,36%	Semelhante às das cidades pares do país*	43,59%*
Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências	26,64%**	24,99%	42,90%	Maiores em comparação com as das cidades pares**	43,19%*
Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total	35,20%**	0	ND	Semelhantes às das cidades exemplares do país***	0%



Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)	ND	ND	ND	ND	ND
Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais	14,76%	0%	19,74%	NA	ND
Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados	60,57%**	88,81%	96,93%	Não houve imposto faturado****	80,00%*
Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento	Sim, com acompanhamento	Não há indicadores de desempenho nem metas para o acompanhamento do orçamento	Sim	Há indicadores de desempenho	Há indicadores de desempenho e metas com acompanhamento periódico, e seus resultados são incorporados ao orçamento seguinte
Gastos correntes como porcentagem do total de gastos	103,70%*	94,61%	95,30%	Semelhante à das cidades pares do país*	93,00%**
Despesas de capital como porcentagem do total de gastos	10%*	6,09%	4,70%	Semelhante à das cidades pares do país*	6,00%**
Taxa média de crescimento anual do gasto corrente	5,99%*	9,38%	5,00%	Maior em comparação com a das cidades pares do país***	ND
O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores	Sim	Mais de 70% dos programas do orçamento da cidade coincidem com os do plano de desenvolvimento do governo	Sim	Entre 30% e 70% dos programas do orçamento	ND
Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)	57,19%	52%	ND	50,98%	43%
Passivos contingentes como porcentagem da receita própria	ND	ND	ND	<30	ND
Coefficiente do serviço da dívida	6,89%	18,17%	2,77%	9%	7,57%
Crescimento da dívida	4,35%	7,73%	-2,21%	22%	A taxa de crescimento real anual é negativa (-21%)

Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais)	6,89%	ND	ND	12,34%	-2%
Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)	0,36%	ND	ND	2%	1%

## APÊNDICE H – PONTUAÇÕES AUFERIDAS

Avaliação de Governança Participativa	Taxas de Substituição	FLN		GYN		JPA		PMW		VIX	
		2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016	2014	2016
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO - PONTUAÇÃO GERAL</b>		<b>2,22</b>	<b>1,65</b>	<b>1,51</b>	<b>1,26</b>	<b>1,08</b>	<b>1,61</b>	<b>1,51</b>	<b>1,95</b>	<b>1,74</b>	<b>1,87</b>
<b>1 Mecanismos adequados de governo</b>	38,33%	2,27	1,47	1,29	1,30	1,70	2,37	1,33	2,28	2,45	2,09
PVF 1.1 Gestão Pública Participativa	27,60%	<b>2,71</b>	0,51	-0,15	-0,50	2,36	1,71	2,00	3,00	2,34	3,00
PVE 1.1.1 Participação do cidadão no planejamento da gestão pública	67,39%	2,56	-0,70	-0,70	-0,70	2,05	2,05	1,51	3,00	2,02	3,00
subPVE 1.1.1.1 Existência de um processo de planejamento participativo	50,91%	3,00	-0,20	-0,20	-0,20	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
subPVE 1.1.2 Existência de um orçamento participativo	49,09%	2,11	-1,22	-1,22	-1,22	2,11	2,11	1,00	3,00	1,00	3,00
PVE 1.1.2 Prestação de contas aos cidadãos	32,61%	3,00	3,00	1,00	-0,09	3,00	1,00	3,00	3,00	3,00	3,00
subPVE 1.1.2.1 Sessões públicas de prestação de contas por ano	100,00%	3,00	3,00	1,00	-0,09	3,00	1,00	3,00	3,00	3,00	3,00
PVF 1.2 Gestão pública moderna	37,18%	2,49	2,21	2,21	2,27	1,73	2,49	1,24	3,00	3,00	2,49
PVE 1.2.1 Processos modernos de gestão pública do orçamento municipal	50,74%	2,56	2,00	2,00	1,55	2,00	2,56	1,00	3,00	3,00	2,00
subPVE 1.2.1.1 Existência de orçamento plurianual	50,07%	3,00	3,00	3,00	1,00	3,00	3,00	1,00	3,00	3,00	3,00
subPVE 1.2.1.2 Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho	49,93%	2,11	1,00	1,00	2,11	1,00	2,11	1,00	3,00	3,00	1,00
PVE 1.2.2 Sistemas modernos de gestão pública do governo municipal	49,26%	2,43	2,43	2,43	3,00	1,46	2,43	1,49	3,00	3,00	3,00
subPVE 1.2.2.1 Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal	51,28%	1,89	1,89	1,89	3,00	1,89	1,89	1,00	3,00	3,00	3,00
subPVE 1.2.2.2 Existência de sistemas de aquisições eletrônicos	48,72%	3,00	3,00	3,00	3,00	1,00	3,00	2,00	3,00	3,00	3,00
PVF 1.3 Transparência	35,22%	<b>1,70</b>	1,44	1,44	1,69	1,15	2,50	0,89	0,95	1,95	0,95
PVE 1.3.1 Transparência e auditoria da gestão pública	75,19%	2,67	2,33	2,33	2,67	1,94	2,67	1,60	1,67	3,00	1,67
subPVE 1.3.1.1 Índice de transparência	33,50%	3,00	1,00	1,00	2,00	3,00	3,00	2,00	3,00	3,00	3,00
subPVE 1.3.1.2 Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas	33,30%	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	1,00	3,00	1,00
subPVE 1.3.1.3 Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros	33,20%	2,00	3,00	3,00	3,00	-0,20	2,00	-0,20	1,00	3,00	1,00

PVE 1.3.2 Acesso à informação	24,81%	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	3,00	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25
subPVE 1.3.2.1 Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal	100,00%	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	3,00	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25
<b>2 Gestão adequada da receita</b>	24,29%	1,53	1,41	1,12	1,40	0,33	0,77	0,61	0,80	0,76	1,38
PVF 2.1 Impostos e autonomia financeira	100,00%	1,53	1,41	1,12	1,40	0,33	0,77	0,61	0,80	0,76	1,38
PVE 2.1.1 Receitas e impostos municipais	72,62%	1,35	1,57	1,38	1,36	0,54	0,31	0,31	1,18	0,29	1,56
subPVE 2.1.1.1 Receita própria como porcentagem da receita total	20,35%	3,00	3,00	3,00	1,00	2,00	1,00	1,00	1,00	3,00	2,00
subPVE 2.1.1.2 Transferências totais como porcentagem da receita total	20,29%	3,00	3,00	1,00	2,00	2,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00
subPVE 2.1.1.3 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências	20,24%	3,00	1,89	1,00	1,89	1,00	1,89	1,89	1,00	-1,22	1,89
subPVE 2.1.1.4 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total	20,18%	-1,20	1,00	3,00	3,00	-1,20	-1,20	-1,20	3,00	-1,20	3,00
subPVE 2.1.1.5 Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)	18,93%	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25	-1,25
PVE 2.1.2 Gestão de cobranças	27,38%	2,00	1,00	0,40	1,50	-0,20	2,00	1,40	-0,20	2,00	0,90
subPVE 2.1.2.1 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais	50,08%	1,00	1,00	1,00	1,00	-0,20	1,00	-0,20	-0,20	1,00	-0,20
subPVE 2.1.2.2 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados	49,92%	3,00	1,00	-0,20	2,00	-0,20	3,00	3,00	-0,20	3,00	2,00
<b>3 Gestão adequada da despesa</b>	19,71%	2,83	2,00	2,00	2,00	1,48	1,98	2,00	2,17	2,30	1,60
PVF 3.1 Gestão do gasto público	100,00%	2,83	2,00	2,00	2,00	1,48	1,98	2,00	2,17	2,30	1,60
PVE 3.1.1 Qualidade do gasto público	100,00%	2,83	2,00	2,00	2,00	1,48	1,98	2,00	2,17	2,30	1,60
subPVE 3.1.1.1 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento	16,79%	3,00	3,00	3,00	1,00	2,09	2,09	1,00	3,00	3,00	3,00
subPVE 3.1.1.2 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos	16,74%	3,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00	3,00	2,00	3,00	2,00
subPVE 3.1.1.3 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos	16,69%	3,00	1,00	1,00	2,00	2,00	3,00	3,00	2,00	3,00	2,00
subPVE 3.1.1.4 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente	16,64%	3,00	3,00	1,00	2,00	1,00	3,00	2,00	1,00	3,00	-0,20
subPVE 3.1.1.5 O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores	16,59%	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	1,00	2,00	3,00	-0,20

subPVE 3.1.1.6 Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)	16,54%	2,00	1,00	3,00	2,00	-1,25	-1,25	2,00	3,00	-1,25	3,00
<b>4 Gestão adequada das dívidas e das obrigações fiscais</b>	17,65%	2,40	1,96	1,98	0,14	0,31	0,71	2,60	2,60	0,95	2,36
PVF 4.1 Dívida	100,00%	2,40	1,96	1,98	0,14	0,31	0,71	2,60	2,60	0,95	2,36
PVE 4.1.1 Passivos e contingentes	20,11%	2,00	-0,20	-0,20	-0,20	-0,20	-0,20	3,00	3,00	3,00	-0,20
subPVE 4.1.1.1 Passivos contingentes como percentagem da receita própria	100,00%	2,00	-0,20	-0,20	-0,20	-0,20	-0,20	3,00	3,00	3,00	-0,20
PVE 4.1.2 Sustentabilidade da dívida	40,06%	2,00	2,00	2,07	1,57	2,00	3,00	2,00	2,00	2,00	3,00
subPVE 4.1.2.1 Coeficiente do serviço da dívida	50,07%	3,00	3,00	2,14	2,14	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
subPVE 4.1.2.2 Crescimento da dívida	49,93%	1,00	1,00	2,00	1,00	1,00	3,00	1,00	1,00	1,00	3,00
PVE 4.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal	39,83%	3,00	3,00	3,00	-1,14	-1,14	-1,14	3,00	3,00	-1,14	3,00
subPVE 4.1.3.1 Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais)	50,07%	3,00	3,00	3,00	-0,71	-0,71	-0,71	3,00	3,00	-0,71	3,00
subPVE 4.1.3.2 Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)	49,93%	3,00	3,00	3,00	-1,57	-1,57	-1,57	3,00	3,00	-1,57	3,00

## APÊNDICE I – TABELA DE ORDENAÇÕES – 2014

subPVE 1.1.1.1	subPVE 1.1.1.2	subPVE 1.1.2.1	subPVE 1.2.1.1	subPVE 1.2.1.2	subPVE 1.2.2.1
N3	N3	N3	N3	N3	N3
FLN	FLN	FLN	FLN	VIX	VIX
VIX	JPA	JPA	GYN	FLN	FLN
JPA	N1	PMW	JPA	N1	GYN
PMW	PMW	VIX	VIX	GYN	JPA
N1	VIX	N1	N1	JPA	N1
GYN	GYN	GYN	PMW	PMW	PMW
subPVE 1.2.2.2	subPVE 1.3.1.1	subPVE 1.3.1.2	subPVE 1.3.1.3	subPVE 1.3.2.1	subPVE 2.1.1.1
N3	N3	N3	N3	N3	N3
FLN	FLN	FLN	GYN	N1	FLN
GYN	JPA	GYN	VIX	FLN	GYN
VIX	VIX	JPA	FLN	GYN	VIX
PMW	PMW	PMW	N1	JPA	JPA
N1	N1	VIX	JPA	PMW	N1
JPA	GYN	N1	PMW	VIX	PMW
subPVE 2.1.1.2	subPVE 2.1.1.3	subPVE 2.1.1.4	subPVE 2.1.1.5	subPVE 2.1.2.1	subPVE 2.1.2.2
N3	N3	N3	N3	N3	N3
FLN	FLN	GYN	N1	N1	FLN
JPA	PMW	N1	FLN	FLN	PMW
VIX	N1	FLN	GYN	GYN	VIX
N1	GYN	JPA	JPA	VIX	N1
GYN	JPA	PMW	PMW	JPA	GYN
PMW	VIX	VIX	VIX	PMW	JPA
subPVE 3.1.1.1	subPVE 3.1.1.2	subPVE 3.1.1.3	subPVE 3.1.1.4	subPVE 3.1.1.5	subPVE 3.1.1.6
N3	N3	N3	N3	N3	N3
FLN	FLN	FLN	FLN	FLN	GYN
GYN	PMW	PMW	VIX	GYN	FLN
VIX	VIX	VIX	PMW	JPA	PMW
JPA	JPA	JPA	N1	VIX	N1
N1	N1	N1	GYN	N1	JPA
PMW	GYN	GYN	JPA	PMW	VIX
subPVE 4.1.1.1	subPVE 4.1.2.1	subPVE 4.1.2.2	subPVE 4.1.3.1	subPVE 4.1.3.2	
N3	N3	N3	N3	N3	
PMW	FLN	GYN	FLN	FLN	
VIX	JPA	N1	GYN	GYN	
FLN	PMW	FLN	PMW	PMW	
N1	VIX	JPA	N1	N1	
GYN	GYN	PMW	JPA	JPA	
JPA	N1	VIX	VIX	VIX	

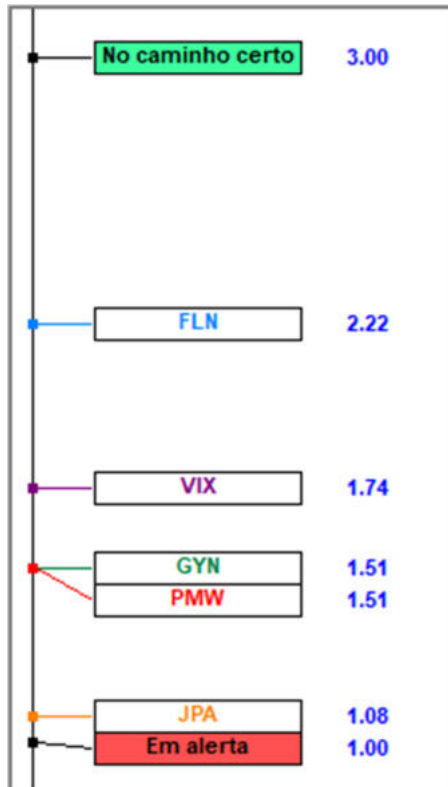
## APÊNDICE J - TABELA DE ORDENAÇÕES – 2016

subPVE 1.1.1.1	subPVE 1.1.1.2	subPVE 1.1.2.1	subPVE 1.2.1.1	subPVE 1.2.1.2	subPVE 1.2.2.1
N3	N3	N3	N3	N3	N3
PMW	PMW	FLN	FLN	PMW	GYN
VIX	VIX	PMW	JPA	GYN	PMW
JPA	JPA	VIX	PMW	JPA	VIX
N1	N1	N1	VIX	N1	FLN
FLN	FLN	JPA	N1	FLN	JPA
GYN	GYN	GYN	GYN	VIX	N1
subPVE 1.2.2.2	subPVE 1.3.1.1	subPVE 1.3.1.2	subPVE 1.3.1.3	subPVE 1.3.2.1	subPVE 2.1.1.1
N3	N3	N3	N3	N3	N3
FLN	JPA	FLN	FLN	JPA	FLN
GYN	PMW	GYN	GYN	N1	VIX
JPA	VIX	JPA	JPA	FLN	N1
PMW	GYN	N1	N1	GYN	GYN
VIX	N1	PMW	PMW	PMW	JPA
N1	FLN	VIX	VIX	VIX	PMW
subPVE 2.1.1.2	subPVE 2.1.1.3	subPVE 2.1.1.4	subPVE 2.1.1.5	subPVE 2.1.2.1	subPVE 2.1.2.2
N3	N3	N3	N3	N3	N3
FLN	FLN	GYN	N1	N1	JPA
GYN	GYN	PMW	FLN	FLN	GYN
PMW	JPA	VIX	GYN	GYN	VIX
VIX	VIX	N1	JPA	JPA	N1
N1	N1	FLN	PMW	PMW	FLN
JPA	PMW	JPA	VIX	VIX	PMW
subPVE 3.1.1.1	subPVE 3.1.1.2	subPVE 3.1.1.3	subPVE 3.1.1.4	subPVE 3.1.1.5	subPVE 3.1.1.6
N3	N3	N3	N3	N3	N3
FLN	GYN	JPA	FLN	FLN	PMW
PMW	JPA	GYN	JPA	GYN	VIX
VIX	PMW	PMW	GYN	JPA	GYN
JPA	VIX	VIX	N1	PMW	N1
N1	N1	N1	PMW	N1	FLN
GYN	FLN	FLN	VIX	VIX	JPA
subPVE 4.1.1.1	subPVE 4.1.2.1	subPVE 4.1.2.2	subPVE 4.1.3.1	subPVE 4.1.3.2	
N3	N3	N3	N3	N3	
PMW	FLN	JPA	FLN	FLN	
N1	JPA	VIX	PMW	PMW	
FLN	PMW	N1	VIX	VIX	
GYN	VIX	FLN	N1	N1	
JPA	GYN	GYN	GYN	GYN	
VIX	N1	PMW	JPA	JPA	

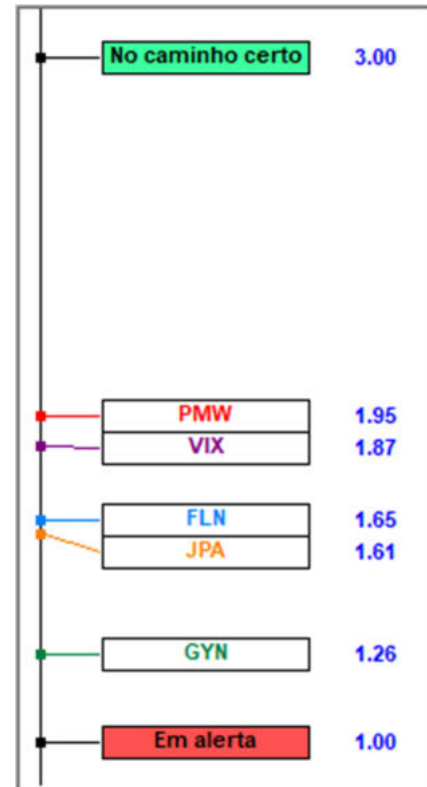
## APÊNDICE K - TERMÔMETRO GLOBAL – 2014 E 2016

### Termômetro global :

**2014**



**2016**





APÊNDICE L – ANÁLISE DE ROBUSTEZ

	FLN	GYN	JPA	PMW	VIX	No caminho certo	Em alerta
FLN	=	+	+				+
GYN		=					+
JPA		+	=				+
PMW	+	+	+	=	+		+
VIX	+	+	+		=		+
No caminho certo	▲	▲	▲	▲	▲	=	▲
Em alerta							=

Informação local				
	ordinal	MACBETH	restrições	cardinal
subPVE 1.1.1.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 1.1.1.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 1.1.2.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 1.2.1.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
subPVE 1.2.1.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 1.2.2.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 1.2.2.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
subPVE 1.3.1.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 1.3.1.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
subPVE 1.3.1.3	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 1.3.2.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 2.1.1.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 2.1.1.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 2.1.1.3	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 2.1.1.4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 2.1.1.5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 2.1.2.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 2.1.2.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 3.1.1.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 3.1.1.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 3.1.1.3	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 3.1.1.4	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 3.1.1.5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 3.1.1.6	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 4.1.1.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 4.1.2.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 4.1.2.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
subPVE 4.1.3.1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾
subPVE 4.1.3.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾

Informação global			
ordinal	MACBETH	restrições	cardinal
<input checked="" type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> ±0% ▾

Diff

**APÊNDICE M – DESCRITORES E REFERÊNCIA ICES**

<b>DESCRITORES</b>	<b>REFERÊNCIA ICES</b>
<b>1 Mecanismos adequados de governo</b>	
<b>PVF 1.1 Gestão Pública Participativa</b>	
<b>PVE 1.1.1 Participação do cidadão no planejamento da gestão pública</b>	
subPVE 1.1.1.1 Existência de um processo de planejamento participativo	107
subPVE 1.1.2 Existência de um orçamento participativo	108
<b>PVE 1.1.2 Prestação de contas aos cidadãos</b>	
subPVE 1.1.2.1 Sessões públicas de prestação de contas por ano	109
<b>PVF 1.2 Gestão pública moderna</b>	
<b>PVE 1.2.1 Processos modernos de gestão pública do orçamento municipal</b>	
subPVE 1.2.1.1 Existência de orçamento plurianual	110
subPVE 1.2.1.2 Remuneração do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho	111
<b>PVE 1.2.2 Sistemas modernos de gestão pública do governo municipal</b>	
subPVE 1.2.2.1 Existência de sistemas eletrônicos para o acompanhamento da gestão municipal	112
subPVE 1.2.2.2 Existência de sistemas de aquisições eletrônicos	113
<b>PVF 1.3 Transparência</b>	
<b>PVE 1.3.1 Transparência e auditoria da gestão pública</b>	
subPVE 1.3.1.1 Índice de transparência	114
subPVE 1.3.1.2 Porcentagem de contas da municipalidade que são auditadas	115

subPVE 1.3.1.3 Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros	116
<b>PVE 1.3.2 Acesso à informação</b>	
subPVE 1.3.2.1 Quantidade de informação chave a que o governo da cidade dá transparência em seu portal	117
<b>2 Gestão adequada da receita</b>	
<b>PVF 2.1 Impostos e autonomia financeira</b>	
<b>PVE 2.1.1 Receitas e impostos municipais</b>	
subPVE 2.1.1.1 Receita própria como porcentagem da receita total	118
subPVE 2.1.1.2 Transferências totais como porcentagem da receita total	119
subPVE 2.1.1.3 Transferências para fins específicos como porcentagem do total de transferências	120
subPVE 2.1.1.4 Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total	121
subPVE 2.1.1.5 Índice de relevância de receitas de livre disponibilidade de uso (RILD)	122
<b>PVE 2.1.2 Gestão de cobranças</b>	
subPVE 2.1.2.1 Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais	123
subPVE 2.1.2.2 Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados	124
<b>3 Gestão adequada da despesa</b>	
<b>PVF 3.1 Gestão do gasto público</b>	
<b>PVE 3.1.1 Qualidade do gasto público</b>	

subPVE 3.1.1.1 Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento	125
subPVE 3.1.1.2 Gastos correntes como porcentagem do total de gastos	126
subPVE 3.1.1.3 Despesas de capital como porcentagem do total de gastos	127
subPVE 3.1.1.4 Taxa média de crescimento anual do gasto corrente	128
subPVE 3.1.1.5 O orçamento é coerente com o planejamento, seus objetivos e indicadores	130
subPVE 3.1.1.6 Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (Indicador local)	L1
<b>4 Gestão adequada das dívidas e das obrigações fiscais</b>	
<b>PVF 4.1 Dívida</b>	
<b>PVE 4.1.1 Passivos e contingentes</b>	
subPVE 4.1.1.1 Passivos contingentes como porcentagem da receita própria	130
<b>PVE 4.1.2 Sustentabilidade da dívida</b>	
subPVE 4.1.2.1 Coeficiente do serviço da dívida	131
subPVE 4.1.2.2 Crescimento da dívida	132
<b>PVE 4.1.3 Lei de Responsabilidade Fiscal</b>	
subPVE 4.1.3.1 Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (Indicadores Locais)	L2
subPVE 4.1.3.2 Operações de crédito / RCL (Indicadores Locais)	L3

**APÊNDICE N – DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES ICES - 2016**

DIAGNOSTICO ICES	FLORIANÓPOLIS	GOIÂNIA	JOÃO PESSOA	PALMAS	VITÓRIA
	INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES	INDICADORES
Sem recomendações	110; 115; 131; LO1	110; 113; 115; 116; 118; 121; 123; 124; 125; 128; 129; 131;132	107; 108; 110; 111; 112; 113; 114; 115; 117; 118; 119; 120; 123; 124; 126; 127; 128; 129; 131; 132	107; 108; 109; 110; 111; 112; 113; 114; 116; 121; 124; 126; 127; 128; LO1; LO3	107; 108; 109; 110; 112; 113; 116; 118; 119; 120; 121; 124; 125; 126; 127; 131; 132; LO1; LO2; LO3
Dados não disponibilizados pela fonte ou que não atenderam a orientação metodológica solicitada pela Rede de Monitoramento Cidadão	107; 108; 117; 122; 130	107; 108; 109; 11; 122; 130; LO2; LO3	121; 122; 130; LO1; LO2; LO3	117; 122; 123; 130	117; 122; 123; 128; 129; 130
Os resultados apresentaram uma variação considerada anormal, com relação à primeira coleta. Por meio de ofício, será recomendado à Prefeitura Municipal avaliar as discrepâncias, com vistas ao próximo ciclo de coleta de indicadores	114; LO02, LO03	114; 119; 120; 126; 127	109	115; 131; 132; LO2	
Indicadores que serão objeto de ofícios para as fontes com recomendações ou pedidos de esclarecimentos	109; 111; 112; 113; 116; 118; 119; 120; 121; 123; 124; 125; 126; 127; 128; 129; 132	111; 112	116; 125	118; 119; 120; 125; 129	111; 114; 115
Dados não disponibilizados pela fonte e que foram coletados pela Agência Executora em bases Federais ou Estaduais ou por meio de coleta web		LO1			





# ANEXO C - SEMAFORIZAÇÃO – GOIÂNIA 2016



RELATÓRIO INDICADORES + 26

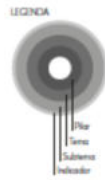
### indicadores LOCAIS

- 1.1 Despesa de Pessoal/Recursos Corrente Líquida
- 1.2 Dívida Consolidada Líquida/Recursos Corrente Líquida
- 1.3 Cobertura de crédito/RCI

### indicadores GERAIS

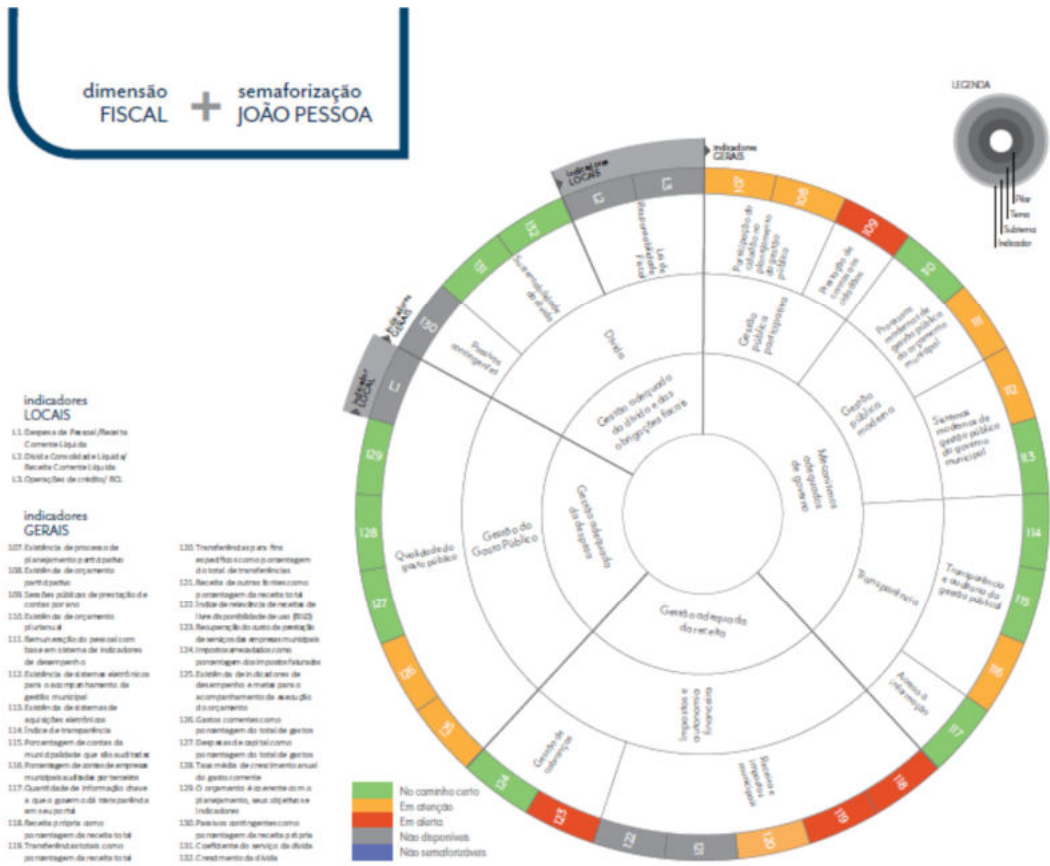
- 107. Evidência de processo de planejamento por período
- 108. Evidência de orçamento por período
- 109. Saneamento público de prestação de contas por ano
- 110. Evidência de orçamento plurianual
- 111. Retorneção do pessoal com base em sistema de indicadores de desempenho
- 112. Evidência de sistema eletrônico para o acompanhamento de gastos municipais
- 113. Evidência de sistema de auditoria eletrônica
- 114. Índice de transparência
- 115. Participação da comunidade municipal que não está no IPI
- 116. Participação de consórcios municipais autônomos por território
- 117. Quantidade de informações sobre a que o governo disponibiliza em seu portal
- 118. Receita própria como percentagem de receita total
- 119. Transferência total como percentagem de receita total

- 120. Transferência por área específica como percentagem do total de transferências
- 121. Resultado de ações de inclusão social como percentagem de receita total
- 122. Índice de relação de receita de fonte de possibilidade de uso (FPU)
- 123. Ausência de corte de prestação de serviços de empresas privadas
- 124. Impostos arrecadados como percentagem do produto interno bruto
- 125. Evidência de inclusão social de empresas e meios para o acompanhamento de execução do orçamento
- 126. Gastos com saúde como percentagem do total de gastos
- 127. Despesa de capital como percentagem do total de gastos
- 128. Taxa média de crescimento anual do gasto corrente
- 129. O orçamento de que se trata em o planejamento, seus objetivos e indicadores
- 130. Passivos contingentes como percentagem de receita própria
- 131. Confiabilidade do serviço de dívida
- 132. Crescimento de dívida

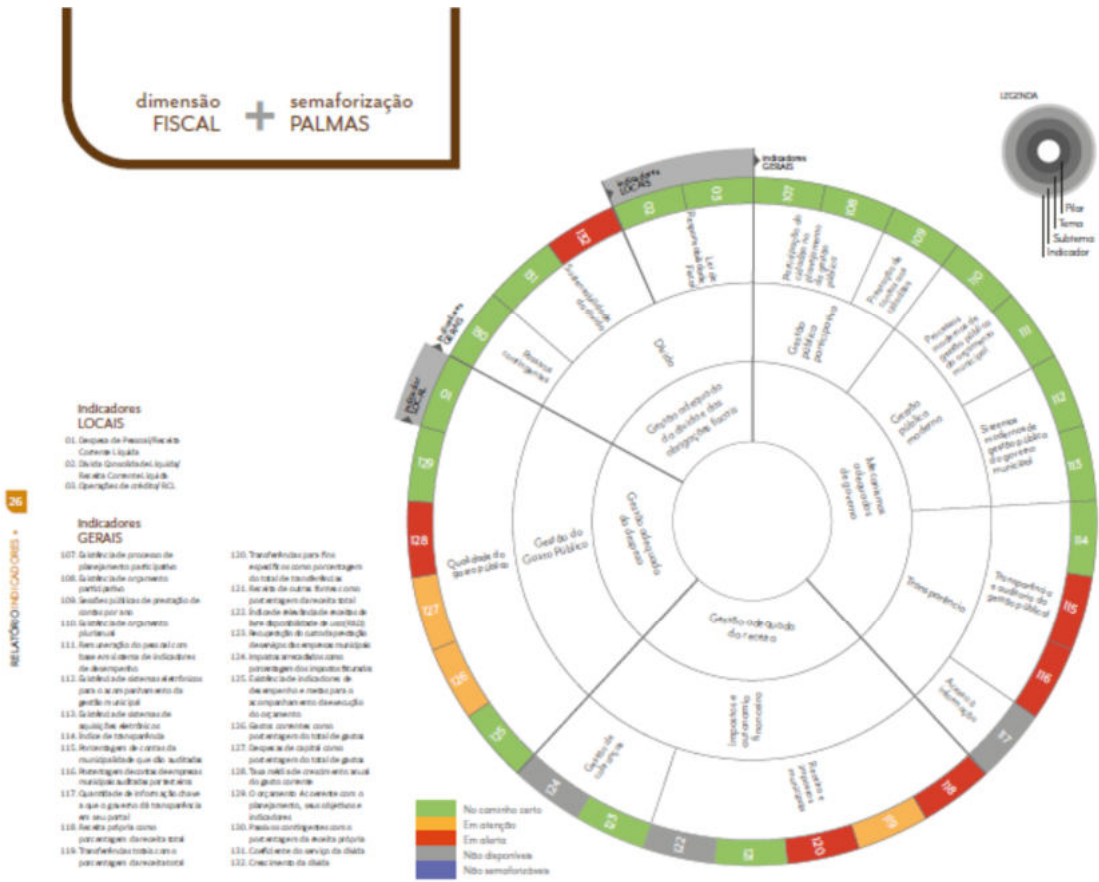




ANEXO D - SEMAFORIZAÇÃO – JOÃO PESSOA 2016



## ANEXO E - SEMAFORIZAÇÃO – PALMAS 2016



## ANEXO F – SEMAFORIZAÇÃO – VITÓRIA 2016

